

Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo

PERSPETIVAS SOCIAIS E TERRITÓRIO



PERSPETIVAS SOCIAIS E TERRITÓRIO

Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo



Universidade do Minho
Departamento de Geografia

Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo

PERSPETIVAS SOCIAIS E TERRITÓRIO

®UMDGEO – Departamento de Geografia da Universidade do Minho
2017

Título:
Perspetivas Sociais e Território

Autora:
Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo

Imagem da capa:
Paula Cristina Almeida Cadima Remoaldo

ISBN:
978-989-98857-3-8

Ano de Edição:
2017

Editor:
UMDGEO – Departamento de Geografia da Universidade do Minho
Campus de Azurém
4800-058 Guimarães
Portugal

Coleção:
Ensino

Número:
1

Reservados todos os direitos.
O texto apresentado é da exclusiva responsabilidade da respetiva autora.

*Aos meus alunos que me fazem recordar, todos os dias,
o significado de ser professora.*

Índice

Introdução.....	6
1-Enquadramento, objetivos, justificação e programa da unidade curricular	8
1.1-Enquadramento	8
1.2-Justificação da unidade curricular.....	11
1.3-Objetivos	16
1.4-Competências de aprendizagem.....	17
1.5-Estrutura do programa.....	21
1.5.1-Principais temas.....	21
1.5.2-Enunciado detalhado do programa	22
1.5.3-Justificação dos conteúdos	23
1.6-Bibliografia geral	25
1.6.1-Livros de caráter geral.....	26
1.6.2-Revistas a usar pelos alunos	27
1.6.3-Fontes estatísticas	27
1.6.4-Sítios na internet.....	29
2-Os conteúdos programáticos a desenvolver e objetivos a atingir em cada tema	31
2.1-Tema 1 do programa - O interesse da Geografia pela pobreza, pela exclusão social e por outros temas sociais atuais	31
2.1.1-Objetivos específicos a atingir	31
2.1.2-Tópicos a desenvolver.....	31
2.1.3-Conteúdos a desenvolver em cada um dos <i>itens</i> do tema 1.....	32
2.1.3.1-A Geografia pós-moderna e a abordagem de alguns temas sociais atuais.....	32
2.1.3.2-O desenvolvimento, o empoderamento, a pobreza e a exclusão social.....	36
2.1.4-Bibliografia básica.....	62
2.1.5-Bibliografia complementar.....	63
2.1.6-Sítios a consultar	68
2.2-Tema 2 do programa – A (des)igualdade de género como uma questão social atual .	69
2.2.1-Objetivos específicos a atingir	69
2.2.2-Tópicos a desenvolver.....	70
2.2.3-Conteúdos a desenvolver em cada um dos <i>itens</i> do tema 2.....	70
2.2.3.1-Sexo <i>versus</i> género.....	70
2.2.3.2-Os desafios avançados pela O.N.U.....	75
2.2.3.3-Principais desafios que se colocam a Portugal	77
2.2.4-Bibliografia básica.....	82
2.2.5-Bibliografia complementar.....	83
2.2.6-Sítios a consultar	85

2.3-Tema 3 do programa – As novas conjugalidades e modelos familiares	86
2.3.1-Objetivos específicos a atingir	86
2.3.2-Tópicos a desenvolver	86
2.3.3-Conteúdos a desenvolver em cada um dos <i>itens</i> do tema 3.....	86
2.3.3.1-A família contemporânea	86
2.3.3.2-As desigualdades territoriais mais relevantes em Portugal	91
2.3.3.3-As políticas de apoio à família	95
2.3.3.4-Como investigar a família contemporânea	96
2.3.4-Bibliografia básica.....	96
2.3.5-Bibliografia complementar.....	97
2.3.6-Sítios a consultar	99
2.4-Tema 4 do programa – O turismo cultural como atividade potenciadora da qualidade de vida das populações.....	100
2.4.1-Objetivos específicos a atingir	100
2.4.2-Tópicos a desenvolver	100
2.4.3-Conteúdos a desenvolver em cada um dos <i>itens</i> do tema 4.....	101
2.4.3.1-Os impactes do turismo cultural na qualidade de vida das populações	101
2.4.3.2-Como investigar o turismo cultural	110
2.4.3.3-A perceção dos residentes sobre os impactes do turismo e a imagem do destino mantida pelos turistas	112
2.4.3.4-As Capitais Europeias da Cultura e da Juventude e os seus impactes na qualidade de vida das populações.....	115
2.4.4-Bibliografia básica.....	121
2.4.5-Bibliografia complementar.....	123
2.4.6-Sítios a consultar	129
3-Métodos de ensino, calendarização das aulas e modelo de avaliação.....	130
3.1-Métodos de ensino e de avaliação	130
3.2-Calendarização das aulas.....	135
3.3-Distribuição dos conteúdos programáticos a desenvolver e dos objetivos a atingir.	135
3.4-Glossário	140

Introdução

O presente livro sobre a unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território” reflete a experiência de seis anos de lecionação da unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território”, do 2º Ciclo em Geografia (Área de especialização em Planeamento e Gestão do Território), do Departamento de Geografia da Universidade do Minho.

Para o efeito, este livro de cariz pedagógico trata, sobretudo, do programa e do desenvolvimento dos conteúdos da unidade curricular mencionada, de regime semestral e de carácter opcional, lecionada no segundo semestre letivo do referido Curso de 2º Ciclo. Constitui uma versão mais direcionada para os estudantes tendo por base outras abordagens realizadas anteriormente do programa de unidade curricular.

A principal motivação para escrever uma obra deste tipo resulta da vontade de lecionar aspetos mais sociais na análise do território, abordando ou aprofundando conteúdos que não foram lecionados no 1º Ciclo de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho e no primeiro semestre letivo do 2º Ciclo em Geografia da mesma Universidade ou que o foram de forma diluída, em várias unidades curriculares. Neste sentido, perspetiva-se sensibilizar os alunos para a análise crítica do território, enfatizando como o mesmo pode conduzir a desigualdades sociais, grande parte das vezes, assinaláveis. Num período de crise económica e social tão vincado, este desafio afigura-se mais premente.

O texto que aqui se apresenta está estruturado em 3 capítulos. O primeiro capítulo dedica-se ao enquadramento e justificação da unidade curricular, bem como à apresentação dos objetivos gerais, das competências de aprendizagem e à estrutura do programa da unidade curricular. Também é contemplada bibliografia de carácter geral e revistas que podem ser consultadas para cada tema.

O segundo capítulo centra-se na apresentação pormenorizada dos conteúdos programáticos e da bibliografia básica e complementar de cada um dos quatro temas escolhidos e equaciona os objetivos mais específicos de cada um deles.

O terceiro e último capítulo debruça-se sobre os métodos de ensino e de avaliação a usar, bem como sobre a calendarização das aulas. Encerra com um pequeno glossário que poderá guiar o aluno no decurso do semestre letivo.

Este livro tem subjacente o pressuposto de que a universidade é um local de aprendizagem conjunta e que deve ser entendida como um espaço de partilha de saberes entre todos os seus intervenientes, como propôs o designado paradigma de Bolonha. Se concordarmos

com este tipo de pensamento, então teremos de ter presente a necessidade de desafiar os alunos para desempenharem um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem e, para que todo o processo tenha sucesso, o professor tem que saber ir ao encontro daquilo que os alunos procuram ou necessitam. Tem ainda subjacentes os deveres e direitos dos estudantes previstos no Código de Conduta Ética Académica na Universidade do Minho (aprovado pelo Despacho RT – 47/2012, de 24 de Julho), que almeja a formação de cidadãos livres, responsáveis e competentes. Por último, tem também presente um dos documentos sancionados pela U.N.E.S.C.O. (2007) e destacado por Seto e Wells (2007) dedicado à melhoria da qualidade de diferentes componentes do ensino superior (*e.g.*, governança, conteúdos, formas de pedagogia, serviços oferecidos) e um dos mais recentes documentos da O.C.D.E. editado por Schleicher (2012).

1-Enquadramento, objetivos, justificação e programa da unidade curricular

1.1-Enquadramento

À data da redação do presente texto passaram já dez anos de implementação do paradigma de Bolonha no seio do Departamento de Geografia da Universidade do Minho. Foi em Maio de 1998 que se iniciou, a nível europeu, a discussão da criação de um Espaço Europeu do Ensino Superior através da Declaração de Sorbonne, que foi subscrita por quatro países (França, Alemanha, Itália e Reino Unido), passando, a 19 de Junho de 1999, para 29 países o número de subscritores da designada Declaração.

No sentido de se alcançarem os objetivos de harmonização e uniformização do Espaço Europeu do Ensino Superior, a Declaração de Bolonha foi ancorada na ideia da competitividade do Sistema Europeu de Ensino Superior e de mobilidade e empregabilidade no Espaço Europeu. Entre os requisitos mais importantes sobressaem: a adoção de um sistema de graus comparável e facilmente inteligíveis, incluindo a aplicação do Suplemento de Diploma; a adoção de um sistema baseado essencialmente em dois ciclos, pré e pós-graduado; e a promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e outro pessoal (www.crup.pt – acedido em 5/4/2007).

No que diz respeito ao sistema de dois ciclos, o Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro (Diário da República, I Série-A) aprovou os princípios reguladores dos instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior e o Despacho n.º 10543/2005, de 11 de Maio (Diário da República, II Série), e centrou-se nas normas técnicas para a apresentação das estruturas curriculares e dos planos de estudos dos cursos superiores, tendo o quadro legal sido complementado posteriormente com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

Na sequência da publicação destes documentos legislativos, foram aprovados pela tutela, em 2006, alguns dos Cursos de 1.º Ciclo e de 2.º Ciclo de Geografia das universidades portuguesas, e o da Universidade do Minho foi um dos que iniciou a aplicação do novo plano curricular do 1.º Ciclo no ano letivo de 2006/2007, seguindo-se no ano letivo de 2007/2008, a primeira edição do 2.º Ciclo em Geografia.

No documento redigido em Janeiro de 2006, foi assumido que o 2.º Ciclo de estudos em Geografia oferece um conjunto de conhecimentos e competências que conferem continuidade e ampliam a especialização adquirida ao nível do 1.º Ciclo em Geografia e Planeamento.

Os objetivos principais subjacentes a esta pós-graduação prendem-se com a aquisição de competências para a análise e investigação das relações homem-meio na vertente ambiental e humana, qualificando nos domínios da organização, gestão, planeamento e (re)qualificação do

território, usando ferramentas tecnológicas de ajuda à análise e tomada de decisão nestes domínios.

Entre as principais competências que os alunos devem adquirir com esta pós-graduação destacam-se:

1-ter capacidade de observação e de desconstrução da complexidade do meio geográfico envolvente;

2-dominar um conjunto de ferramentas de apoio à análise e tomada de decisão em questões de planeamento e gestão do espaço;

3-conhecer um conjunto de saberes multidisciplinares que permitem compreender a complexidade das dinâmicas espaciais;

4-estruturar e implementar programas de diagnóstico e intervenção ao nível da (re)qualificação e desenvolvimento do território;

5-dominar conhecimentos teórico-metodológicos específicos ao nível da investigação de questões espaciais.

A unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território” pretende contribuir para a aquisição das competências 1, 3, 4 e 5.

O Mestrado em Geografia pressupõe ainda o adquirir de um acréscimo de operacionalidade que permita aos detentores do grau de Mestre em Geografia complementar os saberes adquiridos no 1º Ciclo de Geografia e Planeamento, nomeadamente, os saberes instrumentais associados à áreas da gestão, conservação e planeamento do território.

Em termos de Plano de Estudos, são contempladas as unidades curriculares patentes no Quadro 1, distribuídas por quatro semestres lectivos e iniciando-se o mesmo em Outubro de cada ano. No ano letivo de 2011/2012 procederam-se a algumas alterações no Plano de Estudos, passando a existir uma nova unidade curricular obrigatória no primeiro semestre designada por “Geografias do Desenvolvimento”, em substituição de “Técnicas de Análise em Geografia”. Também a unidade curricular “Análise Territorial” passou de obrigatória para opcional no mesmo semestre lectivo. Foi ainda criada a possibilidade de realização, no quarto semestre letivo, de uma Dissertação (esta era a única via presente nas primeiras versões do Mestrado), de um Trabalho de Projeto, de um Relatório de Estágio ou de um Relatório Detalhado sobre Actividade Profissional (R.D.A.P.). Estas foram as mudanças que mais diretamente podem afetar o equacionar da unidade curricular que se apresenta nos *itens* seguintes, sendo evidente que o 2º Ciclo ganhou uma abordagem mais social dos fenómenos que ocorrem à superfície da terra.

As competências técnico-científicas adquiridas perspetivam dar resposta às exigências de mercado e constituem uma adequação a que o paradigma de Bolonha obrigou, sobressaindo, por

exemplo, o modelo em regime semestral. Esta afirmação significa também que a realização do 2º Ciclo se tornou uma condição fulcral para o desempenho profissional.

Quadro 1 - Plano de estudos do 2.º Ciclo em Planeamento e Gestão do Território da Universidade do Minho

1.º ano			
1.º Semestre			
Unidade Curricular	Área Científica	Regime	ECTS
Análise Espacial e Modelação em SIG	Geografia	S1	7,5
Geografias do Desenvolvimento	Geografia	S1	7,5
<i>Opção I</i>	Direito / Geografia	S1	5
<i>Opção II</i>	Direito / Geografia	S1	5
<i>Opção III</i>	Direito / Geografia	S1	5
Subtotal			30
2.º Semestre			
Metodologias de Avaliação em Planeamento	Geografia	S2	7,5
Ecologia da Paisagem	Geografia	S2	7,5
Seminário de Investigação	Geografia	S2	5
<i>Opção IV</i>	Geografia / Economia	S2	5
<i>Opção V</i>	Geografia / Economia	S2	5
Subtotal			30
2.º ano			
3.º Semestre			
Seminário de Acompanhamento	Geografia	S3	10
4.º Semestre			
Dissertação/Trabalho de Projeto/Relatório de Estágio/ Relatório Detalhado sobre Actividade Profissional (R.D.A.P.)	Geografia	S4	50
Subtotal			60
Total de créditos			120

Fonte: www.uminho.pt (acedido em 25/03/2016).

A unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território” assume-se como opcional no segundo semestre do Plano de Estudos, contribuindo com 5 ECTS. Encontra-se afetada à área científica da Geografia, pressupondo a abordagem de questões sociais contemporâneas, que, como se mencionou antes, não foram lecionadas no 1º Ciclo de Geografia e Planeamento ou que o foram de forma diluída em várias unidades curriculares. Em suma, o Mestrado em Geografia permite uma formação abrangente centrada na gestão e requalificação do território.

Quadro 1 - Plano de estudos do 2.º Ciclo em Planeamento e Gestão do Território da Universidade do Minho (conclusão)

Opções I, II, III	Área científica	Regime	ECTS
Análise Territorial	Geografia	S	5
Direito da Organização Administrativa	Direito	S	5
Gestão e Planeamento de Bacias Hidrográficas	Geografia	S	5
Inovação e Desenvolvimento em Áreas Rurais	Geografia	S	5
Telemática e Desenvolvimento Local	Geografia	S	5
Turismo e Planeamento	Geografia	S	5
Opções IV, V	Área científica	Regime	ECTS
Ambiente Urbano	Geografia	S	5
Avaliação e Gestão de Riscos Naturais	Geografia	S	5
Economia e Política Regional	Economia	S	5
Mobilidade e Transportes	Geografia	S	5
Perspetivas Sociais e Território	Geografia	S	5

Fonte: www.uminho.pt (acedido em 25/03/2016).

1.2-Justificação da unidade curricular

A unidade curricular opcional “Perspetivas Sociais e Território” tem-se assumido como um desafio, visto não existir em Portugal, nos cursos de Geografia, uma unidade curricular com esta designação e, como é sabido, as questões sociais, ainda que cada vez mais relevantes para a ciência geográfica na análise que faz do território, têm sido objeto de estudo sobretudo da Sociologia. Todavia, a Geografia tem ganho destaque na abordagem deste tipo de questões, visto, por exemplo, a globalização, as alterações climáticas, as mutações demográficas e as disparidades e conflitos relativamente aos recursos terem vindo a moldar muitos aspectos da vida do ser humano e das sociedades do planeta Terra (*German Geographical Society*, 2012) e terem um interesse crescente para a ciência geográfica. Na realidade, o início do século XXI constitui um tempo de significativas mudanças sociais. Esta situação tem conduzido a que vários cientistas de diferentes domínios científicos tenham escrito sobre a natureza destas mudanças, ao mesmo tempo que proliferaram os que não são especialistas a escrever sobre as mesmas (Walmsley, 2012). Estranhamente, são os próprios geógrafos a reconhecer que não têm contribuído significativamente para este debate nalguns países e continentes, como, por exemplo,

Walmsley (2012), que refere o caso da Austrália. Noutras realidades, como a da Grã-Bretanha, o geógrafo Dorling, entre outros, tem concedido grande importância às variações territoriais nas condições de vida e bem-estar social (Fahmy *et al.*, 2011).

No âmbito destes fenómenos sobressai também a pobreza, as desigualdades de género e a qualidade de vida das populações, que estão patentes, de forma mais ou menos explícita, nos Oito Objetivos do Milénio, que as Nações Unidas avançaram em 2000, subscritos pelo maior número de países e nações de que há história, comparativamente com outros documentos de idêntica natureza, e para serem alcançados até 2015 e que foram recentemente revistos. Apesar de ser de louvar esta Declaração datada de 2000, e os esforços que parte dos países encetaram para atingir os objetivos delineados, em 2015, era clara a dificuldade em cumprir em tão pouco tempo parte dos mesmos. Na realidade, com a presente crise económica e social começa a ser notória a acentuação das desigualdades, nalguns países onde se tinham alcançado, nas últimas décadas, relevantes ganhos.

Estas temáticas são pertinentes e de grande utilidade numa educação integral, que constitui um dos eixos principais da missão da Universidade do Minho e que pressupõe a formação humana ao seu mais alto nível, incluindo as dimensões ética e cultural, além da científica, técnica e profissional, e que veicula uma educação pessoal, social, intelectual e profissional dos seus estudantes (Universidade do Minho, 2012). A unidade “Perspetivas Sociais e Território” pretende contribuir para o aprofundamento de conhecimentos e de competências específicas, tendo subjacente, sobretudo, o futuro desempenho dos alunos como técnicos de planeamento do território.

Os cinco tipos de conhecimento subjacentes à unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território” resumem-se a seguir:

- 1) Conhecimento aplicado;
- 2) Conhecimento útil e atual;
- 3) Conhecimento complementar;
- 4) Conhecimento multidisciplinar;
- 5) Conhecimento construtivo e partilhado.

De seguida são esclarecidos estes cinco tipos de conhecimento.

1-Conhecimento aplicado – iniciando os alunos na investigação e aplicando os conhecimentos que adquiriram no 1º Ciclo e no primeiro semestre do 2º Ciclo em Geografia ou em ciências afins, suscitando, por isso, a reflexão crítica dos mesmos e contrariando o carácter mais informativo e enciclopédico do modelo usado na lecionação do 1º Ciclo.

2-Conhecimento útil e atual – centrando-se em temáticas relevantes para a sociedade atual e como futuros técnicos de planeamento do território, contribuindo para a qualidade de vida da população, promovendo a equidade, a justiça social e territorial, bem como a inclusão social.

Depois de nos anos oitenta Jorge Gaspar ter chamado a atenção para a fragilidade da Geografia (Humana) nas respostas exigidas pela conjuntura de crise político-económica em que o país se encontrava nos oito anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 (Gaspar, 1982), eis que a atual crise económica e social parece ter estimulado a Geografia (Humana) a procurar novas respostas.

Depois de o Ambiente ter conseguido assumir-se como um elemento agregador da ciência geográfica, esta apresenta capacidades para deixar de ser rotulada como uma disciplina académica “frágil”, como o parecia ser nos anos oitenta do século passado (Gaspar, 1982). Como ressalta ainda Jorge Gaspar a propósito dos geógrafos, *Do seu trabalho socialmente consciente e cientificamente coerente ressaltará desde logo a sua relevância e interesse para o progresso da comunidade* (Gaspar, 1982: 217). Da releitura da Geografia de Portugal, chamava, então, Jorge Gaspar (1982) a atenção para um dos temas que estava afastado dos interesses dos geógrafos portugueses. Este correspondia ao papel da estrutura social na configuração ou produção dos espaços.

3-Conhecimento complementar – tentando complementar as unidades curriculares que se encontram a montante e integrando conhecimentos que foram lecionados de forma diluída em várias unidades curriculares nos dois primeiros ciclos.

4-Conhecimento multidisciplinar – recolhendo contributos de outras ciências sociais (*e.g.*, Sociologia, Economia, Psicologia), sem as quais não é possível obter um conhecimento multidimensional e global. Assim como cada vez mais as outras ciências têm despertado para o território, também a ciência geográfica deve ser capaz de usar outras leituras complementares do mesmo. Importa salientar o *papel da estrutura social na configuração ou produção dos espaços*, estando este afastado até então das preocupações dos geógrafos (citado por Malheiros, 2009: 17).

5-Conhecimento construtivo e partilhado – proporcionando um modelo mais construtivo e interventivo do aluno, desafiando o mesmo para a difícil tarefa da construção do conhecimento. Neste sentido, o professor assume o papel de facilitador da aprendizagem nos termos do paradigma de Bolonha. Cabe ao aluno o processo de refletir e de construir, individual e coletivamente. A discussão na sala de aula é o instrumento mais usado, reforçando o aprender a pensar e a propor soluções. O formato escolhido é o de aulas teórico-práticas e os exemplos mais usados são, em grande parte, resultantes de investigações realizadas por várias equipas de investigação, nomeadamente aquela em que me tenho inserido nos últimos anos, com enfoque na

realidade portuguesa.

A intenção inicial na estruturação do Plano de Estudos do Curso de 2º Ciclo em Geografia (Planeamento e Gestão do Território) foi contemplar uma unidade curricular que complementasse a unidade curricular opcional de “Geografia Social”, lecionada no segundo ano do 1º Ciclo em Geografia e Planeamento. A Geografia Social contemporânea prevê duas vertentes de orientação. A primeira associada à Geografia Regional clássica, com forte cunho da escola de Paul Vidal de la Blache, que se manifestou sobretudo no início do século XX, e a segunda associada aos sociólogos urbanos de Chicago, que emergiu nos anos vinte do século XX, nos Estados Unidos da América. Todavia, as transformações sociopolíticas que ocorreram em finais dos anos sessenta do século XX foram determinantes para a sua afirmação no seio da ciência geográfica (Malheiros, 1994).

A emergência da Geografia Social como corrente disciplinar data de 1982, com a realização do primeiro Colóquio de Geografia Social. Mas ela foi precedida pelos trabalhos inovadores de Pierre George (1909-2006), autor em 1945 de uma *Géographie Sociale du Monde* e pelos trabalhos de Renée Rochefort (nascido a 1927) sobre a Sicília. Os trabalhos de Soja (1989), de Harvey (1990) e de Smith (1994), numa abordagem (pós)moderna, não podem ser olvidados, chamando a atenção para os novos desafios sociopolíticos da sociedade (pós)moderna e para as injustiças sociais e territoriais resultantes, primeiro, da liberalização dos mercados e mais tarde do processo de globalização, na sua forma hegemónica (Malheiros, 2009). Não existe, no entanto, consenso sobre o objeto de estudo da Geografia Social, assumindo-se, ainda assim, que estuda as relações entre o social e o espacial (Baud *et al.*, 2008).

Com base nestes pressupostos, a unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território” não se preocupa com questões de epistemologia da Geografia Social, que já foram abordadas na unidade de Geografia Social, do 1º Ciclo, mas com temáticas contemporâneas que preocupam os cientistas sociais, estando entre eles os geógrafos.

Deste modo, considerar as questões sociais e o território afigura-se como pertinente e enquadrável num Plano de Estudos de um 2º Ciclo em Geografia direcionado para o Planeamento e Gestão do Território. O segundo semestre letivo parece ser a localização mais pertinente, porque se segue à leccionação das unidades curriculares de “Geografias do Desenvolvimento” (obrigatória) e de “Turismo e Planeamento” (opcional).

Os alunos de um Curso de 2º Ciclo com este perfil devem, sobretudo, estar atentos aos complexos fenómenos que moldam e moldarão o seu percurso de vida e profissional. Sendo assim, perspetiva-se aprofundar o conhecimento, estimular o espírito crítico e a competência relacionada com a resolução de problemas (*German Geographical Society*, 2012).

Como foi mencionado, esta unidade curricular é lecionada em regime semestral, no segundo semestre letivo do primeiro ano, e possui caráter opcional no plano curricular do 2º Ciclo em Geografia, Área de Especialização em Planeamento e Gestão do Território. É composta por três tempos letivos semanais, que são de caráter teórico-prático. Atendendo a que se dispõe de três horas letivas semanais, opta-se na maior parte das aulas por discutir na primeira hora e meia os temas inerentes ao programa de cariz mais teórico e, no restante tempo, realiza-se um acompanhamento dos trabalhos individuais que estão a ser realizados pelos alunos com vista à organização e redação de um artigo científico.

Como não se prevê um razoável número de alunos inscritos, atendendo ao número de unidades curriculares opcionais existentes e ao número inferior aos 16 alunos inscritos anualmente no 2º Ciclo, que ocorreu na quase totalidade de edições, é possível implementar um modelo de lecionação bastante participativo.

Apesar de não existir uma unidade curricular com esta designação nas restantes universidades portuguesas, aprez-me salientar a existência de outras que abordam questões sociais pertinentes, tais como a “Geografia Social” ou “Geografia Social e Cultural”, como acontece nalgumas universidades portuguesas.

Desde 1998 existe uma unidade curricular na Universidade de Lisboa intitulada “Geografia Social e Cultural” (1º ano do 1º Ciclo em Geografia), que depois não parece ter seguimento nas ofertas de 2º Ciclo.

A “Geografia Económica e Social” surge também no plano de estudos do 1º Ciclo de Geografia da Universidade do Porto, devido, entre outros aspetos, à importância que a Geografia Económica teve, como unidade curricular, durante várias décadas nesta licenciatura. Mas também não existe uma unidade com designação afim nas ofertas do 2º Ciclo.

Na Universidade de Coimbra destaca-se a “Geografia Social” no 1º semestre do 1º ano do 1º Ciclo em Geografia, quer na Área de pré-especialização em Geografia Humana, quer na de pré-especialização em Geografia Física. A “Geografia Cultural” aparece como opção nas duas especializações, não se identificando unidades curriculares com este perfil nas ofertas do 2º Ciclo.

Na Universidade Nova de Lisboa sobressai a “Geografia Económica e Social” e as “Teorias e Políticas do Desenvolvimento” (esta última contemplando um *item* relacionado com o combate à pobreza) que são lecionadas no 1º Ciclo de Geografia e Planeamento Regional, que depois desembocam nas unidades curriculares opcionais de “Geografia do Desenvolvimento” e de “Territórios da Pobreza e Exclusão” no Mestrado em Gestão do Território em todas as suas quatro áreas de especialização (Deteção Remota e Sistemas de Informação Geográfica;

Ambiente e Recursos Naturais; Planeamento e Ordenamento do Território; e Território e Desenvolvimento).

Uma unidade curricular do 2º Ciclo em Geografia na Universidade do Minho pressupõe que o licenciado em Geografia e Planeamento pela mesma Universidade tenha adquirido, no decurso dos três anos do 1º Ciclo (Despacho RT/C-316/2008), várias competências, interessando para a unidade curricular: demonstrar capacidade de observação e perceção do meio geográfico envolvente; avaliar e diagnosticar padrões de uso e transformação do espaço; interpretar e intervir na gestão das interações resultantes do uso e ocupação do espaço por parte dos grupos humanos; equacionar, de forma multidisciplinar, causas e consequências resultantes do uso e ocupação do espaço.

Tomando em linha de atenção o programa das unidades curriculares do 1º Ciclo, as que estão a montante e lhe estão mais próximas são as que se apresentam na Figura 1.

Atendendo a que a unidade curricular “Geografia do Turismo” (opção) não é lecionada no 1º Ciclo de Geografia e Planeamento há vários anos letivos optei por não a considerar na Figura 1.

Em termos do 2º Ciclo, e tendo por base os conteúdos que são abordados no seio da unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território”, são os conteúdos programáticos das unidades curriculares de “Geografias do Desenvolvimento” (a funcionar no primeiro semestre letivo apenas desde o ano letivo de 2010/2011) e de “Economia e Política Regional” (opção do 2º semestre letivo) os que se relacionam mais de perto com os conteúdos programáticos da primeira unidade curricular.

1.3-Objetivos

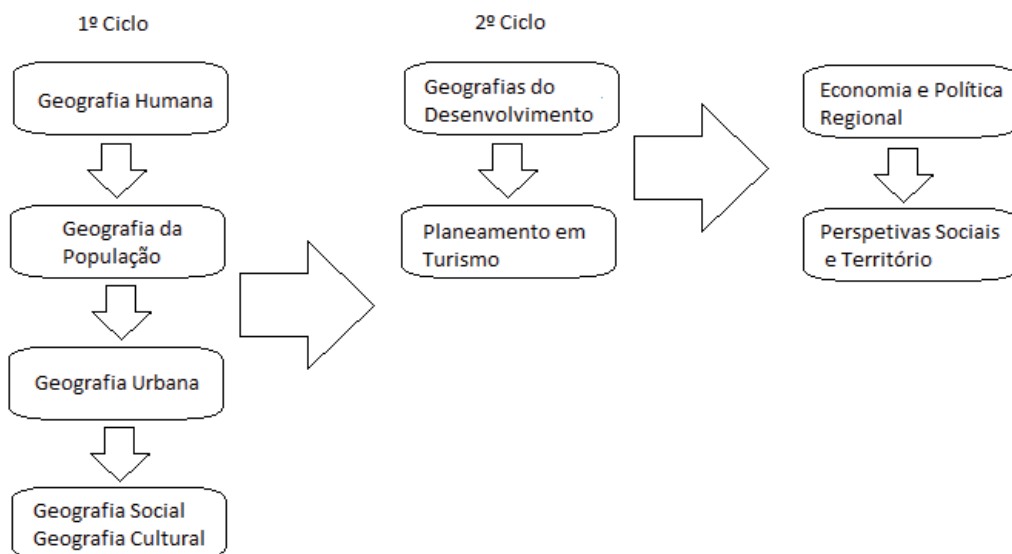
Tendo por base todos os pressupostos enunciados, os objetivos gerais subjacentes à unidade curricular são os seguintes:

-alargar o leque de conhecimentos dos alunos, tentando robustecer a sua capacidade de integração no mercado de trabalho;

-contribuir para uma abordagem que ressalta o papel da estrutura social na produção dos territórios;

-desenvolver o espírito crítico dos alunos, permitindo aos mesmos a construção de conhecimento em cada tema previsto no programa;

Figura 1 – Unidades curriculares que estão a montante da unidade curricular de Perspetivas Sociais e Território



Fonte: elaboração própria.

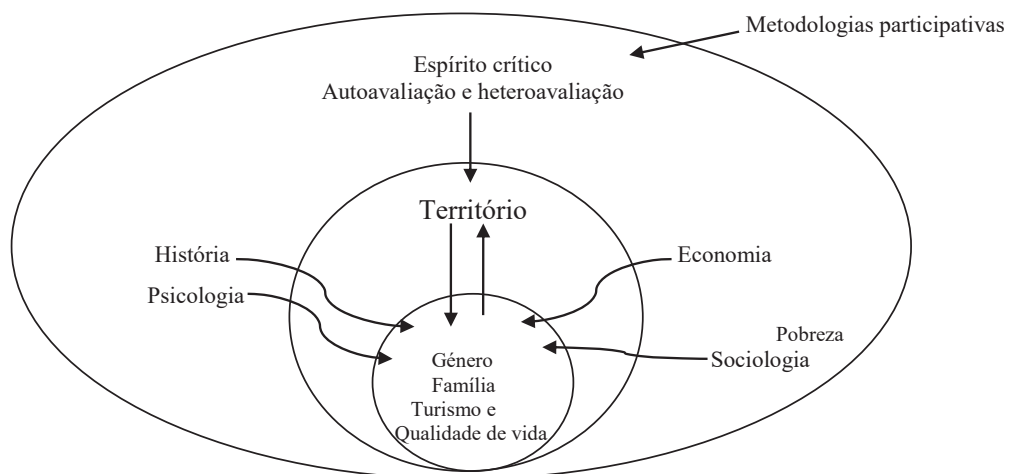
- iniciar os alunos na investigação, desafiando-os para a realização de um artigo científico;
- desenvolver a aprendizagem de competências transversais (*soft skills*), além das competências técnicas, tais como, competências de comunicação (comunicação escrita e comunicação oral) e competências de desenvolvimento pessoal (espírito crítico, autoavaliação e heteroavaliação).

A unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território” pretende abordar conteúdos do foro social que possam ajudar na leitura do território, recolhendo contributos de várias disciplinas, destacando-se a História, a Economia, a Sociologia e a Psicologia, e utilizando metodologias participativas (Figura 2).

1.4-Competências de aprendizagem

Quando se fala de competências, estas devem ser encaradas como capacidades cognitivas e competências disponíveis para os indivíduos aprenderem através delas a resolução de problemas específicos, bem como a motivação associada, a vontade, a prontidão e as capacidades para aplicar as soluções de problemas de forma responsável e com sucesso em diversas situações (Weinert, 2001 *in German Geographical Society*, 2012).

Figura 2 – Aprofundamento de conteúdos do foro social que ajudem a ler o território, usando o contributo de várias ciências



Fonte: Elaboração própria.

As competências correspondem, assim, a um padrão específico e mensurável de comportamentos e de conhecimentos que gera ou prevê um elevado desempenho numa dada posição ou contexto de responsabilidades. Elas são importantes na identificação e aplicação de ideias e soluções, de modo a resolver os problemas com a máxima eficiência e a utilização mínima de recursos (Seto e Wells, 2007).

Partilho da opinião da Sociedade de Geografia Alemã que, no caso particular da ciência geográfica, advoga que são as seguintes as suas áreas de competências: conhecimento específico, metodologia, comunicação, avaliação e ação (*German Geographical Society*, 2012).

Na presente unidade curricular as competências ou resultados de aprendizagem que se perspetivam que cada aluno atinja são:

- aplica os principais conceitos considerados como básicos (*e.g.*, empoderamento, pobreza, exclusão social, desigualdade de género, família contemporânea) na redação de um artigo científico ou de um relatório;

- avalia de forma fundamentada e crítica a situação portuguesa em matéria de pobreza e exclusão social, igualdade de género, apoio à família contemporânea e ao desenvolvimento do turismo cultural;

- detém capacidades básicas de comunicação escrita, nomeadamente em matéria de redação de um artigo científico sobre fenómenos sociais ligados a um território, definindo os objetivos, a

problemática, as hipóteses de trabalho (quando necessárias), e estrutura a investigação de forma coerente usando fontes fidedignas e identificadas no artigo;

-possui capacidades de comunicação oral conseguindo apresentar de forma clara e objetiva um texto em formato de comunicação (*paper*), contemplando os conteúdos mais relevantes suportados por fontes e a metodologia utilizada, bem como os resultados e ilações mais importantes.

O domínio das metodologias e a aquisição deste tipo de competências tem vindo a ganhar cada vez mais importância para os alunos, quando se considera a necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida. Tem sido notório o aumento da diversidade de métodos usados em Geografia, assim como noutras ciências sociais. Na realidade, os livros, os artigos, os Atlas, a imprensa, os CD/DVD, os mapas, as fotografias aéreas e imagens de satélite têm conseguido melhorar a capacidade de intervenção dos geógrafos no planeamento e ordenamento do território.

Quando se fala em competências deste tipo está-se a reportar também a duas capacidades subsidiárias: a avaliação e a comunicação. Para que os alunos as consigam adquirir, torna-se necessário capacitá-los para a busca de informação, usando determinadas estratégias (*e.g.*, utilizando, por exemplo, o Google Académico para recolher artigos internacionais e nacionais sobre os temas previstos no programa e a *B-on* – Biblioteca de Conhecimento *Online*), para organizar informação e para analisar essa mesma informação (que permitirá chegar à avaliação dessa mesma informação).

Por este motivo, no início das aulas, a docente solicita aos alunos para fazerem uma pesquisa sobre o tema (ou consultando bibliografia de uma aula para a seguinte), que será debatido na aula, exercitando-os na recolha de informação, estruturação da mesma, identificação da informação mais relevante, ligação com outro tipo de informação por forma a transformar a mesma em outras formas de conhecimento.

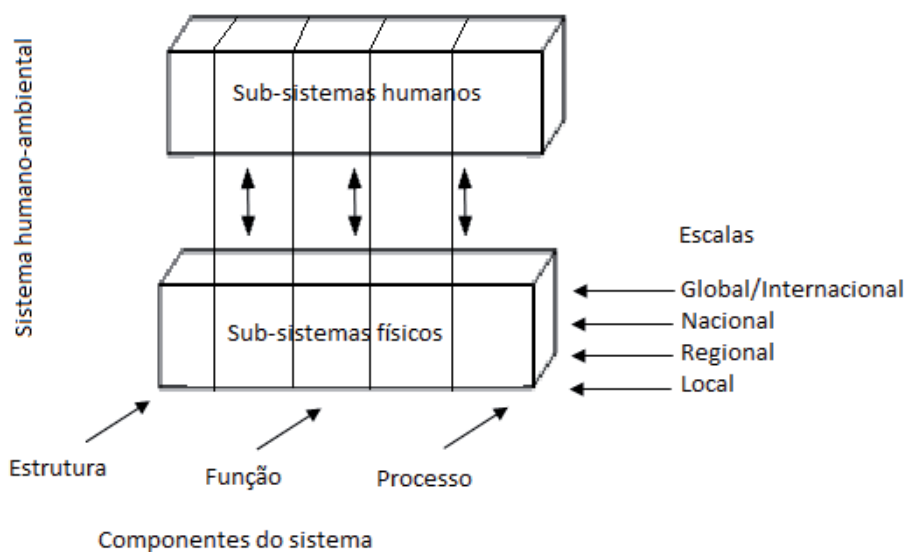
Também partilho da opinião da Sociedade de Geografia Alemã quando menciona que a competência de comunicação apresenta uma função dual: comunicação na sala de aula e comunicação num contexto social (*German Geographical Society*, 2012). No contexto de uma unidade curricular de opção, como o é “Perspetivas Sociais e Território”, esta competência ganha ainda mais destaque, pois o número mais reduzido de alunos ajuda os mesmos e o docente a investir neste tipo de competência. Os alunos aprendem a compreender factos geográficos e sociais, a expressar-se de forma apropriada, utilizando termos das ciências sociais e tornando-se entendíveis pelos outros. Se se aditar a avaliação da comunicação oral por parte dos pares, então teremos uma participação mais justa na avaliação feita no seio da unidade curricular e uma oportunidade para a troca de ideias de indivíduos da mesma idade e, sensivelmente, com a mesma experiência de vida e

conhecimentos de base. Teremos ainda uma maior reflexão sobre o próprio desempenho e o dos colegas e cada aluno passa a deter *feedback* de várias fontes, não se centrando apenas na avaliação do professor. A presente unidade curricular usa essencialmente a avaliação por pares (*peer-assessment*). A avaliação por pares permite que a classificação final seja concedida pela docente e pelo aluno.

Esta postura ganha ainda com a possibilidade de cada turma se assumir mais como um grupo do que como uma soma de vários indivíduos. Ganha também porque o envolvimento do aluno no processo de avaliação pode ajudar de forma substancial a atingir uma aprendizagem mais profunda. Um maior envolvimento do aluno, uma maior motivação e responsabilização do mesmo pode conduzir a uma aprendizagem mais eficaz, especialmente a longo prazo.

A Geografia tende a ver a Terra como um sistema humano-ambiental através de uma perspetiva espacial (Figura 3). Sendo assim, perspectiva-se o aprofundamento na presente unidade curricular, sobretudo do subsistema humano do sistema Terra, usando uma linguagem geográfica entendível pelas várias ciências sociais.

Figura 3 – Conceitos usados na análise do território em Geografia



Fonte: Adaptado de Pietsch (2007), in *German Geographical Society* (2012: 11).

A abordagem a diferentes escalas, com especial destaque para a nacional e a regional/local, foi a solução escolhida, assim como os componentes designados por estrutura (vários elementos na sua organização espacial e distribuição formam a estrutura de um sistema), função (os elementos do

sistema relacionam-se entre si e, por isso, cada um apresenta determinadas funções) e processo (cada elemento do sistema e o sistema como um todo mudam através das interações que se criam no seio de processos contínuos) devem ser contemplados.

1.5-Estrutura do programa

1.5.1-Principais temas

As aulas teórico-práticas apresentam-se organizadas em quatro áreas temáticas:

- 1) O interesse da Geografia pela pobreza, pela exclusão social e por outros temas sociais atuais;
- 2) O caminho para a igualdade de género como uma das questões sociais com maior atualidade;
- 3) As novas conjugalidades e modelos familiares;
- 4) Políticas de desenvolvimento local centradas na atividade turística e respetivos impactes na qualidade de vida das populações.

Apesar de o último tema ter implicitamente uma dimensão territorial e parecer estar mais ligado ao Planeamento e Gestão do Território, os restantes temas têm, cada vez mais, significado neste domínio num período de crise do Estado Social onde as desigualdades territoriais tendem a acentuar-se e se torna necessário denunciar as mesmas.

Ainda que se tenha por base quatro temáticas, elas detêm um poder “amplificador”, pois, por exemplo, na temática da (des)igualdade de género, os alunos podem escolher para realização do artigo científico a (des)igualdade de género em vários domínios, tais como no turismo, na família e no mercado de trabalho. Também, por exemplo, na temática relacionada com as novas conjugalidades e modelos familiares, o envelhecimento é um tema que pode ser selecionado, ainda que não seja lecionado de forma direta.

O programa foi desenhado prevendo 14 períodos letivos no segundo semestre, se não se contabilizar a avaliação em época de recurso, época que não costuma ser usada pelos alunos. Foi também pensado no sentido de o aluno explorar estas áreas temáticas na sala de aula nas 42 horas de que se dispõe no decurso do semestre.

Prevê-se um total de 4,5 horas semanais de trabalho independente, aproximando-se do paradigma de Bolonha, ainda que se tenha consciência de que o mesmo possui vários *handicaps*. Almeja-se que os alunos invistam na leitura e análise de obras e artigos, na aprendizagem do

acesso a fontes credíveis, na avaliação da informação patente nas mesmas e na estruturação e escrita de textos.

1.5.2-Enunciado detalhado do programa

Foi delineado o presente programa detalhado da unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território”, cujos tópicos a lecionar serão desenvolvidos no capítulo 2.

Programa detalhado

1-O interesse da Geografia pela pobreza, pela exclusão social e por outros temas sociais atuais

- 1.1-A Geografia pós-moderna e a abordagem de alguns temas sociais atuais
- 1.2-O desenvolvimento, o empoderamento, a pobreza e a exclusão social

2-O caminho para a igualdade de género como uma das questões sociais com maior atualidade

- 2.1-Sexo *versus* género e os desafios avançados pela O.N.U.
- 2.2-Principais desafios que se colocam a Portugal

3-As novas conjugalidades e modelos familiares

- 3.1-A família contemporânea
- 3.2-A pressão social
- 3.3-As desigualdades territoriais mais relevantes

4-Políticas de desenvolvimento local centradas na atividade turística e respetivos impactes na qualidade de vida das populações

- 4.1-As políticas desenvolvidas pelas autarquias: Guimarães e a aposta no turismo cultural
- 4.2-A perceção dos residentes sobre os benefícios do turismo e a imagem do destino mantida pelos turistas
- 4.3-As Capitais Europeias da Cultura e da Juventude e os seus impactes na qualidade de vida das populações

1.5.3-Justificação dos conteúdos

Já não existem dúvidas de que a pobreza e a desigualdade são dos principais problemas que afetam as sociedades, nomeadamente as contemporâneas. A situação revela, entre outros aspetos, o facto de o crescimento económico adotado e as políticas públicas que o enquadram terem permitido a manutenção de desigualdades de rendimento e de situações de pobreza.

O conhecimento da incidência e da severidade da pobreza constitui, atualmente, quer um tema obrigatório a considerar por parte dos Governos (que se sentem pressionados a avaliá-la e a torná-la pública), quer um direito de todos os cidadãos.

Em 2010 ocorreu o ano europeu dedicado ao combate à pobreza e à exclusão social, denotando uma vontade explícita dos decisores políticos de quererem alterar a situação de crise económica que se fazia sentir, mais nuns países do que noutros, e que continuou a acentuar-se em finais daquele ano. Foi mais uma tentativa do Parlamento Europeu e do Conselho, que desde 1983 se tem preocupado em chamar a atenção da opinião pública da União Europeia e dos Governos dos vários países-membros para temas relevantes, sobretudo do foro social (desde 2005). Ressalte-se aqui, por exemplo, a Igualdade de Oportunidades para Todos (ano de 2007). Na sequência do ano de 2010 dedicado ao combate à pobreza e à exclusão social, o ano de 2011 dedicou-se ao voluntariado e o de 2012 foi o ano europeu do envelhecimento ativo. Em 2015 foi proclamado o Ano Europeu para o Desenvolvimento, com o lema “O nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro” (<http://www.qren.pt/np4/4711.html> - acedido em 28/2/2016). Foi uma oportunidade para sensibilizar os cidadãos europeus para as políticas de desenvolvimento da União Europeia e para o combate contra a pobreza.

No entanto, todas estas tentativas não produziram os frutos que se esperavam, continuando a aumentar os casos de pobreza, a existir desigualdade de oportunidades, de que as mulheres e os deficientes são um exemplo, e a impossibilitar uma vida condigna a parte dos idosos, depois de décadas de trabalho.

As Nações Unidas iniciaram em 2008 a segunda década para a erradicação da pobreza (a primeira Década Internacional para a Erradicação da Pobreza ocorreu entre 1997 e 2006), reiterando o facto de a erradicação da pobreza constituir o desafio global mais importante que o mundo enfrenta e que é requisito central na procura de um desenvolvimento sustentável. O emagrecimento do Estado-Providência e a crescente privatização de bens públicos deverá, a curto prazo, fazer-se sentir na extensão e severidade da pobreza e da desigualdade indicando que outro tipo de políticas públicas deve ser posta em prática.

A pobreza é encarada atualmente como uma violação de direitos humanos, sendo bastante difícil construir um índice compósito que integre todas as variáveis que retratem a privação e a exclusão social.

Inicia-se este tema sobre a pobreza e a exclusão social com a abordagem da postura da Geografia, à escala internacional e nacional, no que diz respeito às principais questões sociais. Continua-se com a discussão de alguns conceitos, tais como o de pobreza e de exclusão social e de outros afins (desenvolvimento, empoderamento, capital social). É analisada a situação portuguesa comparativamente com os restantes países da União Europeia.

Considerando o ponto 2 do programa (O caminho para a igualdade de género como uma das questões sociais com maior atualidade), as questões de género são analisadas, atualmente, em qualquer manual de Geografia Humana e constitui um tema complementar do primeiro tema do programa da unidade curricular. A distinção entre “sexo” e “género” afigura-se como uma discussão nuclear, devido à confusão dos conceitos por parte dos alunos, seguida da discussão dos desafios avançados pela O.N.U., em 2000, no âmbito dos Oito Objetivos do Milénio (mais concretamente, o Objetivo 3). Contemplam-se ainda as metas atingidas em Portugal no âmbito do 3º Objetivo do Milénio e como as variáveis “sexo” e “género” podem ser usadas na investigação. Pretende-se que cada aluno consiga destrinçar, usando artigos e obras científicas, estes dois conceitos e compreender como devem ser usados na investigação científica, numa análise analítica de tipo bivariada ou multivariada.

É realizado o diagnóstico das desigualdades de género em Portugal numa das suas componentes – a violência. De acordo com o estabelecido no III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (2007-2010), a violência de género assume-se como um dos expoentes máximos da desigualdade histórica entre homens e mulheres. Constitui um facto estrutural e insere-se em práticas dominantes vigentes no seio das relações familiares e sociais, públicas e privadas.

Ao equacionar o ponto 3 do programa (As novas conjugalidades e modelos familiares), constata-se que a questão da família é lecionada em várias unidades curriculares, de forma direta ou menos direta, tais como “Geografia Humana” (1º ano do 1º Ciclo), “Geografia da População” (1º ano do 1º Ciclo) e “Geografia Humana de Portugal” (3º ano do 1º Ciclo). Ainda assim, a questão da pressão social e algumas particularidades da família contemporânea são abordadas com maior profundidade apenas na unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território”. Sendo assim, centra-se a atenção nas desigualdades territoriais mais relevantes em Portugal.

No que se refere ao último *item* do programa (Políticas de desenvolvimento local centradas na atividade turística e respetivos impactes na qualidade de vida das populações),

defende-se que o turismo deve ser encarado como um efetivo instrumento para o desenvolvimento e que pode contribuir para a redução da pobreza nos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A percepção dos residentes é privilegiada, assumindo-se estes como importantes partes interessadas (*stakeholders*) em todo o processo de planeamento turístico. Importa não esquecer que o turismo apresenta um elevado potencial para afetar as vidas da comunidade recetora (Kim *et al.*, 2012) e as despesas turísticas criam, hoje em dia, mais emprego e rendimento do que qualquer outro sector da economia, resultados do seu efeito multiplicador e da sua ligação a quase todas as outras indústrias da economia (Santos, 2012). Além disso, o turismo encerra os maiores movimentos de pessoas e é uma das maiores atividades económicas à escala mundial (Salim *et al.*, 2012).

Resumindo, optou-se por temas ou que não foram lecionados quer no 1º Ciclo quer no 2º Ciclo ou pelo aprofundamento de outros, que poderão contribuir para uma postura mais holística por parte do geógrafo e dos restantes cientistas sociais no âmbito do planeamento e gestão do território.

1.6-Bibliografia geral

*Alguns livros são para ser saboreados,
outros para ser engolidos e uns poucos
para ser mastigados e digeridos.*

Francis Bacon (1561–1626)

Atendendo a que a unidade curricular insiste na atitude crítica dos alunos perante os fenómenos sociais e a sua implicação no território e vice-versa, considerando que as horas de trabalho independente são em número superior às horas letivas, sugerem-se os livros que se apresentam neste *item*.

No início de cada tema, a docente fornece bibliografia básica e de cariz complementar adaptada a cada tema do programa. Sendo assim, na unidade curricular “Perspetivas Sociais e Território” são utilizados vários níveis bibliográficos: um de cariz mais geral (que agora se apresenta), um básico e outro mais complementar (que serão apresentados na segunda parte deste programa em cada tema programático), e outro mais específico, de acordo com as necessidades de cada aluno para a redação do artigo científico.

1.6.1-Livros de caráter geral

- Agnew, J.A.; Duncan, J.S. (Eds.) (2011), *The Wiley-Blackwell companion to Human Geography*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Boyle, M. (2015), *Human Geography: A concise introduction*, West Sussex, John Wiley & Sons.
- Butler, T.; Watt, P. (2007), *Understanding social inequality*, London, Sage Publications.
- Castells, M. (2010), *The information age: Economy, society, and culture*, vol. III, End of Millennium, West Sussex, Wiley-Blackwell.
- Cavaco, C. (Coord.) (2008), *Turismo, Inovação e Desenvolvimento*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Chant, S.; Mellwaine, C. (2009), *Geographies of development in the 21st century: an introduction to the Global South*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited.
- Claval, P. (2006), *História da Geografia*, Colec. “Biblioteca 70”, 25, Lisboa, Edições 70.
- Costa, A.B. da (Coord.) et al. (2008), *Um olhar sobre a pobreza – vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- Daniels et al. (Eds.) (2005), *An introduction to Human Geography: issues for the 21st century*, 2nd edition, Essex, Pearson Education Limited.
- Gregory, D. et al. (Eds.) (2009), *The dictionary of Human Geography*, 5th edition, West Sussex, Wiley-Blackwell.
- Hamnett, C. (Ed.) (1996), *Social Geography: A reader*, Oxford, Oxford University Press.
- Helliwell, J.F.; Layard, R.; Sachs, J. (Eds.) (2015), *World Happiness Report 2015*, New York, Sustainable Development Solutions Network.
- Moseley, W.G.; Lanegran, D.A.; Pandit, K. (2007), *The introductory reader in Human Geography: contemporary debates and classic writings*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Murray, W.E. (2006), *Geographies of Globalization*, Routledge Contemporary Human Geography Series, New York, Routledge.
- Pain, R. et al. (2001), *Introducing Social Geographies*, London, Ed. Hodder Arnold.
- Richards, G.; Munsters, W. (Eds.) (2010), *Cultural tourism research methods*, Oxfordshire, CAB International.
- Vallentine, G. (2001), *Social Geography: Space and Society*, Harlow, Prentice Hall.

1.6.2-Revistas a usar pelos alunos

Análise Social
Annals of Tourism Research
Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles
Configurações – Revista de Sociologia
Current Issues in Tourism
Estudos Regionais - Revista Portuguesa de Estudos Regionais
European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation
Geoforum
International Journal of Hospitality Management
International Journal of Tourism Research
Journal of Cultural Heritage
Journal of Development Studies
Journal of Hospitality and Tourism Research
Journal of Sustainable Tourism
Journal of Tourism and Cultural Change
Journal of Travel Research
Progress in Human Geography
Revista de Estudos Demográficos
Revista Turismo & Desenvolvimento
The Geographical Journal
Tourism and Hospitality Planning & Development
Tourism Geographies
Tourism Management
Transactions of the Institute of British Geographers
Urban Affairs Review
Urban Studies

1.6.3-Fontes estatísticas

Instituto Nacional de Estatística (2002), *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90*, Lisboa.
Instituto Nacional de Estatística (2002), *Censos 2001 - Resultados definitivos*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2004), *Retrato Territorial de Portugal 2003*, Tema A – Estatísticas Multitemáticas, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2015), *Retrato Territorial de Portugal 2013*, Tema A – Estatísticas Multitemáticas, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2002), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2000*, Tema B – População e Sociedade, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2015), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2013*, Tema B – População e Sociedade, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2008), *Indicadores Sociais 2007*, Tema B – População e Sociedade, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2012), *Indicadores Sociais 2011*, Tema B – População e Sociedade, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2009), *Anuário Estatístico da Região Norte 2008*, Tema A – Estatísticas Multitemáticas, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2015), *Anuário Estatístico da Região Norte 2014*, Tema A – Estatísticas Multitemáticas, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2009), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2007*, Tema B – População e Sociedade, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2015), *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2013*, Tema B – População e Sociedade, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística. Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (2009), *Índice de Desenvolvimento Regional 2006*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2010), *Homens e Mulheres*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2010), *Indicadores Sociais 2009*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2010), *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2012), *Censos 2001 – Resultados definitivos*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas Demográficas: 2011*, Tema População e Sociedade, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2015), *Estatísticas Demográficas: 2014*, Tema População e Sociedade, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2012), *Anuário Estatístico de Portugal 2011*, Tema A – Estatísticas Multitemáticas, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2015), *Anuário Estatístico de Portugal 2014*, Tema A – Estatísticas Multitemáticas, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas do Turismo 2011*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2015), *Estatísticas do Turismo 2014*, Lisboa.

1.6.4-Sítios na internet

<http://www.epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/> (Eurostat)

<http://www.gep.msss.gov.pt/> (Gabinete de Estratégia e Planeamento)

<http://www.grameen-info.org/> (Grameen Bank)

<http://www.portugal.gov.pt> (Governo de Portugal)

<http://www.prb.org> (Population Reference Bureau)

<http://www.social.un.org/index/> (DESA – Social Policy and Development Division)

<http://www.undp.org/content/undp/en/home.html> (United Nations Development Programme)

<http://www.who.int/en/> (Organização Mundial de Saúde)

<http://www.worldbank.org> (Banco Mundial)

<http://www.world-tourism.org/> (Organização Mundial do Turismo)

Referências bibliográficas do capítulo 1

Baud, P. *et al.* (2008), *Dictionnaire de Géographie*, 4^a ed., Paris, Hartier.

Fahmy, E. *et al.* (2011), “Poverty and place in Britain, 1968-99”, *Environment and Planning*, 43, pp. 594-617.

Gaspar, J. (1982), “Portugal: uma Geografia em mudança (o levantar de uma questão)”, *Finisterra*, VII (34), pp. 215-221.

German Geographical Society (2012), *Educational standards in Geography for the intermediate school certificate: with sample assignments*, 2nd edition, Bonn.

Malheiros, J. (1994), “Tendências recentes na Geografia Social: o estudo dos grupos desfavorecidos”, *Inforgeo*, 7/8, pp. 115-128.

Malheiros, J.M. (2009), *Ambiente social urbano - Programa da unidade curricular*, NETURB – Núcleo de Estudos Urbanos, Centro de Estudos Geográficos – IGOT, Universidade de Lisboa.

Salim *et al.* (2012), “Language for Tourism: A Review of Literature”, *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 66, pp. 136–143.

Santos, R. (2012), *O regresso dos emigrantes portugueses e o desenvolvimento do turismo em Portugal*, Tese de Doutoramento em Turismo, Universidade de Aveiro, 497 págs..

Schleicher, A. (Ed.) (2012), *Preparing Teachers and Developing School Leaders for the 21st Century: Lessons from around the world*, Paris, O.E.C.D. Publishing.

Seto, M.; Wells, P.J. (Eds.) (2007), *Quality Assurance and Accreditation: A Glossary of Basic Terms and Definitions*, Bucharest, U.N.E.S.C.O..

Universidade do Minho (2010), *Manual da Qualidade*, versão 1.0, Braga.

Universidade do Minho (2012), *Relatório de contas e de gestão: Contas individualizadas e consolidadas 2011*, Gualtar, Reitoria da Universidade do Minho.

Walmsley, D.J. (2012), “Contemporary social change as the context for geographical enquiry: Towards a reinvigoration of the concept of place”, *Geographical Research*, 50(2), pp. 115-125.

2-Os conteúdos programáticos a desenvolver e objetivos a atingir em cada tema

2.1-Tema 1 do programa - O interesse da Geografia pela pobreza, pela exclusão social e por outros temas sociais atuais

Atendendo a que se trata de uma unidade curricular de um Curso de 2º Ciclo e na qual se prevê uma razoável discussão dos temas na sala de aula, a apresentação dos conteúdos a desenvolver serve apenas de guião, podendo ser alterada a ordem aqui vertida.

1-O interesse da Geografia pela pobreza, pela exclusão social e por outros temas sociais atuais

- 1.1-A Geografia pós-moderna e a abordagem de alguns temas sociais atuais
- 1.2-O desenvolvimento, o empoderamento, a pobreza e a exclusão social

2.1.1-Objetivos específicos a atingir

São os seguintes os objetivos a atingir:

- avaliar o papel da Geografia (pós)moderna na abordagem de várias questões sociais;
- definir os seguintes conceitos: desenvolvimento, empoderamento, pobreza e exclusão social;
- caracterizar os Oito Objetivos do Milénio e a sua importância para o desenvolvimento;
- caracterizar as desigualdades na repartição do rendimento e da riqueza, a incidência da pobreza e os seus vários rostos, principalmente para Portugal;
- destrinçar o conceito de pobreza do de exclusão social.

2.1.2-Tópicos a desenvolver

Prevê-se um total de 6 horas letivas para a leção do tema 1 do programa, porque trata de um tema introdutório e basilar da unidade curricular e há necessidade de relembrar alguns conceitos (*e.g.*, desenvolvimento, capital social) e definir outros (*e.g.*, empoderamento, pobreza). É adotada uma postura de participação ativa na sala de aula, centrada no aluno, em que estes tentam, *per se*, chegar aos conceitos propostos.

Enunciam-se, a seguir, os tópicos que se almejam desenvolver no tema 1:

- o fim anunciado da Geografia, em 1970, por Toffler;
- as perspetivas de Paul Claval (2006), de Murray (2006), de Castree, Fuller e Lambert (2007) e de Agnew e Duncan (2011);
- as “novas geografias” mais complexas;
- os problemas que interessam à Geografia e aos quais esta ciência pode dar resposta;
- o conceito de desenvolvimento iniciado com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (1995);
- os conceitos de desenvolvimento sustentável e de Desenvolvimento Humano e as suas limitações;
- o índice de concentração de Gini como o mais comunmente utilizado na avaliação da desigualdade dos rendimentos;
- os Oito Objetivos do Milénio e a sua ligação ao conceito de desenvolvimento;
- o conceito de pobreza e a tentativa da sua medição;
- distinção entre pobreza e exclusão social;
- a pobreza em Portugal.

2.1.3-Conteúdos a desenvolver em cada um dos *itens* do tema 1

2.1.3.1-A Geografia pós-moderna e a abordagem de alguns temas sociais atuais

Para a maioria dos alunos do 2º Ciclo as origens da Geografia Social e Cultural contemporânea foram abordadas noutras unidades curriculares do 1º Ciclo de Geografia e Planeamento. Para atingir este objetivo é usada, por exemplo, a abordagem de Paul Claval (2006), que salienta de forma objetiva o “olhar” da Geografia, neste período (pós)moderno.

Para este autor, a *Geografia explicativa procura compreender como os homens estruturam o espaço para permitir às sociedades funcionarem eficazmente. Concebe os homens como peças de um organismo ou de uma máquina cujas articulações estão desenhadas tendo em vista um funcionamento harmonioso* (Claval, 2006: 135). A nova forma de fazer Geografia, mais humanista, tenta escutar as pessoas, compreender a sua diversidade, e *ver como esta pode desenvolver-se sem criar choques e tensões* (Claval, 2006: 135).

Novas e complexas Geografias foram emergindo nas últimas décadas após o pronúncio, há mais de quatro décadas do fim da Geografia, com o processo da globalização. Muitos foram os que previram o fim da Geografia com o processo da globalização, com o famigerado *shrinking world*, com Toffler (1970) a liderar então este movimento. Por detrás desta previsão estava o argumento da evolução dos transportes e das tecnologias de comunicação bem como a

intensificação dos movimentos de pessoas, que levaram a considerar que o lugar já não é uma fonte primária de diversidade (Murray, 2006).

Esta perspetiva foi, por exemplo, reconsiderada em 1992, por O'Brien (Murray, 2006). A “alinhamento do espaço pelo tempo”, a “convergência do tempo-espaço” e a “compressão tempo-espaço” são algumas das expressões usadas. Mas estas mutações conduziram não ao fim da Geografia mas à criação de novas e complexas Geografias, que lidam com o facto de o processo de globalização ter alterado a forma como a população, as mercadorias, os bens e a informação se difundem e interatuam. Na realidade, *o universo pós-moderno acabou com o fetichismo do tempo* (Claval, 2006: 135) e passou a conceder ao espaço uma relevância que tardava a acontecer na leitura que se deve fazer do mundo. Esta postura surge nos anos oitenta do século XX quando um crítico literário americano (Frederic Jameson), imbuído do pensamento de Henri Lefebvre, destaca a dimensão espacial inerente ao mundo (pós)moderno (Claval, 2006).

Também no ponto de vista de Moseley, Lanegran e Pandit (2007: 1): *In an age when many disciplines increasingly focus on understanding one aspect of human systems or the natural world, geography has distinguished itself by seeking to comprehend the connections between different elements of the human and biophysical realms*. De acordo com estes autores, a Geografia foi outrora considerada “fora de moda” e o interesse por ela reemergiu nos últimos anos, e os Geógrafos passaram a estar na linha da frente no estudo da complexidade de fenómenos, tais como, a globalização económica, as mudanças climáticas e a migração internacional.

Mais recentemente Agnew e Duncan (2011) ressaltaram a pluralidade da Geografia Humana e os avanços, sobretudo, nos últimos vinte anos em termos, quer de objetivos e de temas abordados, quer em teorias e métodos. Esta pluralidade contém em si aspetos positivos e negativos, sobressaindo nos aspetos positivos a ausência de uma disciplina ortodoxa e a “mente aberta” para acolher novas abordagens tornando a Geografia Humana num domínio interessante para uma audiência cada vez mais vasta.

A Geografia (Humana) encarada cada vez mais como uma disciplina holística (Pain *et al.*, 2001), conseguiu adaptar-se ao desafio dos diferentes impactes do processo da globalização, porque eles interagem com os lugares, as instituições e as pessoas, dando lugar a geografias da globalização (Murray, 2006). Ainda que tenham surgido novas e complexas Geografias, Castree, Fuller e Lambert (2007) reafirmam que a Geografia continua a debater-se com vários problemas, alguns deles tão velhos como a própria ciência, estando entre eles a divisão entre a Geografia Física e a Geografia Humana ou a própria fragmentação no seio de cada uma destas vertentes. *In metaphorical terms, the idea of a border ('hard' or 'soft') continues to animate these*

discussions. It appears in writings about geography's 'internal' problems (...) such as the human-physical 'divide' or the sub-disciplinary 'fragmentation' of the two 'halves' of the discipline. (...) ruminations on geography's 'external' challenges – such as its apparent inability to influence the policy world 'out there' or its supposed failure to stop other disciplines treading on its 'turf' (Castree; Fuller e Lambert, 2007: 129).

Quando se consideram as questões sociais que interessam à ciência geográfica, importa recordar as origens da Geografia Social contemporânea, que se podem reduzir a duas vertentes de orientação. A primeira associada à Geografia Regional clássica, com forte cunho da escola de Paul Vidal de la Blache, e a segunda associada aos sociólogos urbanos de Chicago, que emergiu nos Estados Unidos nos anos vinte do século XX. Não obstante, as transformações sociopolíticas que ocorreram em finais dos anos sessenta do século XX foram determinantes para a sua afirmação no seio da ciência geográfica (Malheiros, 1994).

O surgimento da Geografia Social como corrente disciplinar data de 1982, com o primeiro Colóquio de Geografia Social. Mas ela foi precedida pelos trabalhos inovadores de Pierre George (1909-2006), autor em 1945 de uma *Géographie Sociale du Monde*, e pelos trabalhos de Renée Rochefort (nascido a 1927), sobre a Sicília. Em 2003, Rachel Pain identificou a Geografia Social como estando focada nos aspetos geográficos da prestação social, da reprodução social, das identidades sociais e das iniquidades.

Os trabalhos de Soja (1989), de Harvey (1990) e de Smith (1994), numa abordagem (pós)moderna, não podem também ser olvidados, pois concentram o enfoque nos novos desafios sociopolíticos da sociedade (pós)moderna e nas injustiças sociais e espaciais que resultaram primeiro, da liberalização dos mercados e, depois, da globalização na sua forma hegemónica (Malheiros, 2009). Não existe, no entanto, um consenso sobre o objeto de estudo da Geografia Social, estudando, resumidamente, as relações entre o social e o espacial (Baud *et al.*, 2008).

Os temas de cariz social abordados pela Geografia portuguesa foram pouco retratados até inícios dos anos oitenta do século XX, importando recordar a perspetiva de Jorge Gaspar, datada de 1981 e intitulada *Portugal: uma Geografia em mudança (o levantar de uma questão)* (Gaspar, 1981) e o texto de Teresa Barata Salgueiro, datado de 1991 (Salgueiro, 1991), que causou um impacto considerável no seio da comunidade geográfica aquando da realização do I Congresso da Geografia Portuguesa e intitulado *O mundo está cada vez mais pequeno. Reflexão sobre o espaço geográfico*. Por último, importa ter presente a diversidade temática dos anos de noventa do mesmo século, onde trabalhos de investigadores de várias universidades emergem no âmbito, por exemplo, da Geografia dos Transportes, da Geografia do Turismo e da Geografia da Saúde.

Atualmente, a Geografia não pode olvidar várias mutações e inúmeros problemas que acontecem fora do mundo universitário. Antes, nas décadas de sessenta e de setenta do século XX, as mutações na ciência geográfica ocorriam tendo por espelho as alterações ocorridas, sobretudo, no mundo universitário (Claval, 2006).

A partir de início dos anos oitenta do mesmo século, a Geografia abre-se aos problemas que afetam o mundo. Por estes motivos, torna-se imprescindível analisar as questões ambientais, porque o agravamento da poluição e o aparecimento de novas fontes de poluição, quer à escala regional quer local, cujos impactes são cada vez mais globais, reivindicam uma resposta para a sua debelação. É a própria opinião pública, cada vez mais preocupada com estas questões, que resgata a intervenção de ciências como a Geografia.

Num mundo que se encontra assoberbado de crises, sociais, culturais, económicas, a redescoberta do espaço canaliza as atenções para os problemas espaciais. O espaço e o lugar, que Giddens ressaltou (Giddens, 2005), acabam por passar a ter importância para outras ciências sociais, tais como a Sociologia. A crescente mobilidade e as novas facilidades de comunicação foram alguns dos fatores que permitiram que a Geografia ganhasse um lugar de destaque.

Entre os vários problemas que passaram a interessar à Geografia e aos quais esta ciência pode dar resposta, neste período pós-moderno, destacam-se:

- 1-o crescimento das ameaças que pesam sobre o ambiente;
- 2-a mundialização da economia;
- 3-a metropolitização acelerada;
- 4-os estudos regionais (Claval, 2006);
- 5-a defesa da cultura local;
- 6-a cidadania ativa;
- 7-as mutações ocorridas no seio da família;
- 8-a importância do envelhecimento;
- 9-o papel das mulheres na sociedade e o caminho para a igualdade de género.

Podemos aditar ainda outros temas, tais como, os impactes do turismo na qualidade de vida das populações e no desenvolvimento regional e local, assim como a insegurança e o crime no quotidiano das populações, onde a ciência geográfica pode dar relevantes contributos.

Na realidade, depois de um retrocesso nos estudos regionais desde o início dos anos sessenta do século XX, mais visível no mundo anglo-saxónico, os estudos regionais reaparecem (Claval, 2006). O mesmo se sucede, por exemplo, com a redescoberta dos problemas relacionados com o ambiente.

2.1.3.2-O desenvolvimento, o empoderamento, a pobreza e a exclusão social

Qual é o melhor conceito de desenvolvimento?

Este conceito deve ser encarado como um conceito holístico (Landford, 2009) e polissémico (Silva e Cardoso, 2005), que deve colocar as pessoas no centro de todo o processo de desenvolvimento, tal como defende o Banco Mundial (www.worldbank.org - acedido em 25/03/2010) e que pode ter inúmeros significados, consoante as pessoas e os espaços geográficos considerados. Este conceito evoluiu ao longo do tempo, mas mesmo assim não existe, na atualidade, um conceito universal de desenvolvimento (Chant e McIlwaine, 2009). Devem ser associadas ao conceito as seguintes palavras-chave: bem-estar, qualidade de vida, justiça, satisfação e necessidades.

O conceito de desenvolvimento é um dos mais difíceis de definir. Na realidade, o número de pessoas consideradas “pobres” (vivendo com menos de 2 dólares por dia) aumentou significativamente nos últimos 25 anos e a diferença de rendimentos entre pobres e ricos no seio de cada país e entre os diferentes países é várias vezes mais elevada do que o era no início do século XX (Wolford, 2011).

Falando em desenvolvimento, o que é habitual é que este conceito se distinga do de crescimento. Por outro lado, pode ser avaliado numa perspetiva mais económica e numa perspetiva mais alargada, inserindo esta última uma componente social, além da económica.

Numa perspetiva de desenvolvimento de um território existem vários paradigmas, podendo numa perspetiva sintética sobressair o funcionalista e o territorialista. Estes paradigmas, por sua vez, albergam correntes que, nalguns casos, são significativamente díspares, podendo no exemplo concreto do paradigma funcionalista, referir-se os modelos de inspiração neoclássica, neoKeynesiana e outras propostas heterodoxas que fazem mais ou menos ponte com a visão neomarxista.

Com o paradigma territorialista, o desenvolvimento parte do próprio território, que se quer endógeno e mobilizador dos recursos físicos e humanos existentes nesse território. Sendo assim, tenta defender as particularidades de cada território, que resultam, antes de mais, da história, da cultura, das instituições e dos atores aí existentes. De acordo com a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011: 8), que segue as decisões emanadas do Conselho da Europa, o desenvolvimento endógeno corresponde *a uma forma específica de desenvolvimento económico, que depende principalmente da mobilização dos*

recursos internos de cada território. Estes recursos endógenos englobam os recursos naturais e as matérias-primas, as competências, o conhecimento e a capacidade de inovação, as produções locais específicas (...) e os fatores de atracção para a economia turística e residencial.

Quando se considera o desenvolvimento territorial, pressupõe-se a evolução de cada território em todas as suas dimensões (física, ambiental, económica e social) (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011). Ligado a este conceito está o de coesão territorial, *que corresponde a um objetivo fundamental do desenvolvimento territorial* (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011: 5). É encarado *como uma componente complementar dos objetivos de coesão social e económica e visa promover o desenvolvimento harmonioso e homogéneo em todo o território* (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011: 5).

Todas estas afirmações vão de encontro à perspectiva de Bailly (*in* Silva e Cardoso, 2005), que em 1999 sobressaiu cinco princípios básicos que devem estar subjacentes ao desenvolvimento local, que vão desde o princípio da equidade territorial, passando pelo da equidade social, pelo do desenvolvimento durável e sustentável, e pelo da responsabilidade territorial e finalizando no da justiça ambiental.

Ao longo dos tempos foi evoluindo o conceito de desenvolvimento. Desde 1972 aquando da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano (Estocolmo) iniciaram-se as diretrizes mundiais em termos de ambiente e de desenvolvimento sustentável. Em 1983 as Nações Unidas criaram a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (*World Commission of the Environment and Development - W.C.E.D.*).

Em 1987 surgiu a definição de desenvolvimento sustentável que se tornaria a mais utilizada à escala internacional, no Relatório *Our common future*, conhecido por relatório Brundtland, publicado pela *World Commission on Environment and Development*. Esta Comissão enfatizou que o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo e harmonioso, mas um processo dinâmico de mudanças em que todos devem estar em harmonia e se deve melhorar tanto o potencial atual como futuro, para satisfazer as necessidades e aspirações humanas (Liu, 2003). O conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser entendido como *o desenvolvimento que satisfaz as necessidades actuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem as suas próprias necessidades* (Landford, 2009), que avança com quatro princípios de sustentabilidade: 1) planeamento holístico e processo de decisão estratégica; 2) preservação dos processos ecológicos fundamentais; 3) proteção da herança humana e biodiversidade; 4) crescimento sustentável a longo prazo. Significa ainda melhorar a

qualidade de vida sem ultrapassar a capacidade de carga dos ecossistemas de suporte (União Mundial da Conservação, Programa das Nações Unidas para o Ambiente e Fundo Mundial para a Natureza, 1991; Landford, 2009).

Segundo o World Bank o desenvolvimento sustentável *recognizes that growth must be both inclusive and environmentally sound to reduce poverty and build shared prosperity for today's population and to continue to meet the needs of future generations. It must be efficient with resources and carefully planned to deliver immediate and long-term benefits for people, planet, and prosperity* (<http://www.worldbank.org/en/topic/sustainabledevelopment> - acessado a 23/02/2016).

Mais tarde, surgiu o conceito de Agenda 21, aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (1992), que tem subjacente a tentativa de criar meios para atingir o desenvolvimento sustentável, sempre numa perspectiva de acautelar o ambiente e tentando anular as desigualdades existentes. Todavia, a lenta progressão da Agenda 21 conduziu, cinco anos mais tarde, à realização da Conferência “Rio + 5”, onde foi aprovada a Convenção Quadro sobre alterações climáticas, conhecida por Protocolo de Quioto.

A declaração *The Future We Want*, datada de Junho de 2012, veio reafirmar os princípios equacionados anteriormente sendo novamente assumidos na conferência de desenvolvimento sustentável, RIO +20 realizada a Junho de 2012 no Rio de Janeiro.

Qualquer política nacional e internacional tem que acautelar o difícil equilíbrio da tríade – economia, sociedade e natureza – e só assim se poderá cimentar uma visão integradora do desenvolvimento. Para que tal seja alcançado, todos os indivíduos devem ter consciência de que são um elo importante no caminho da sustentabilidade, porque fazem parte de uma sociedade que se apresenta cada vez mais globalizada. Todos podemos contribuir com ações, por muito pequenas que sejam, para um mundo mais sustentável.

A degradação ambiental e as disparidades regionais e locais em termos de desenvolvimento sustentável têm-se afigurado como alguns dos entraves para o sucesso das políticas de desenvolvimento sustentável, mas eles próprios resultam do sistema vigente que os tem alimentado.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015 (Presidência do Conselho de Ministros, 2007) tenta plasmar os conceitos aqui ressaltados, considerando a coesão social como um dos pilares para o alcançar das metas estipuladas. Neste domínio sobressai o quarto objetivo estratégico (“Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social”), que visa a garantia da satisfação das necessidades básicas na área da saúde, educação, formação, cultura, justiça e segurança social. Estas exigências ocorrem no sentido de favorecer a qualidade

de vida, num quadro de coesão, inclusão, equidade e justiça social, bem como de sustentabilidade dos sistemas públicos de proteção social. Os indicadores usados são: a desigualdade na distribuição do rendimento, a taxa de pobreza depois das transferências sociais, a dispersão regional da taxa de emprego e o desemprego de longa duração (em %) da população ativa (<http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=143&sub2ref=734> – acedido em 25/02/2016).

As Nações Unidas iniciaram em 2008 a segunda década para a erradicação da pobreza (a primeira Década foi entre 1997 e 2006), reiterando o facto da erradicação da pobreza constituir o desafio global mais importante que o mundo enfrenta como requisito central na procura de um desenvolvimento sustentável. Não obstante, a *Division for Social Policy & Development* do *United Nations Department of Economic & Social Affairs* (<http://social.un.org/index/> - acedido em 8/6/2012) reconheceu que, apesar dos novos compromissos assumidos para erradicar a pobreza, os progressos para diminuir os níveis de pobreza em todo o mundo revelaram ser desiguais. Enquanto algumas regiões experienciaram reduções nos níveis de pobreza, em muitos países aumentou especialmente para as crianças e as mulheres.

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, nomeadamente o de 1995, quando considerava este conceito, punha o acento tónico na necessidade de criação de um ambiente que proporcionasse às pessoas a vivência de vidas longas, saudáveis e criativas. O benefício das pessoas deve ser o objetivo primário do desenvolvimento (*United Nations Development Programme*, 1995).

Apesar de estar bastante divulgado este conceito das Nações Unidas, pouco antes, em 1992, a Organização Mundial de Saúde entendeu-o como um processo que melhora a qualidade de todos os aspetos da vida humana, relacionando-o com o aumento de investimentos, perspetivando a diminuição da pobreza, a melhoria da nutrição, a salubridade do meio e as infraestruturas urbanas (e.g., saneamento básico e abastecimento de água potável) (Nogueira, 2007, *in* Nogueira e Remoaldo, 2010: 122-123).

Quando se discute o conceito de desenvolvimento importa não olvidar que ele deve possibilitar um melhor acesso a recursos (habitação adequada, emprego, educação e serviços), uma maior disponibilização de cuidados sociais e de saúde e ainda a escolha de estilos de vida saudáveis (Phillips e Verhasselt, 1994, *in* Nogueira e Remoaldo, 2010: 123).

Mais recentemente passou-se a usar o conceito de Desenvolvimento Humano, tendo sido o Banco Mundial a considerá-lo, pela primeira vez, em 1990. Vai mais além da prosperidade económica e centra-se muito na questão social. Dito de outra forma, este conceito está mais ligado ao alargamento das possibilidades humanas, traduzidas na esperança de vida à nascença,

na educação, no emprego e no nível de vida, do que na necessidade de crescimento da economia do território que esteja a ser considerado. Não nega que o acesso ao desenvolvimento humano necessita, frequentemente, de um crescimento económico, mas o objetivo transcende a prosperidade e é sobretudo de cariz social.

Apesar de constituir um conceito utilizado à escala internacional, tem sido posto em causa por se apoiar numa representação da evolução da sociedade veiculada pelos países do hemisfério norte, levantando-se o mesmo problema quando falamos do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

O Desenvolvimento Humano é um processo de alargamento das possibilidades de escolha das pessoas. Em princípio, estas escolhas podem ser infinitas e mutáveis ao longo do tempo. Mas, em todos os níveis de desenvolvimento, as três escolhas essenciais são: as pessoas levarem uma vida longa e saudável, adquirirem conhecimento e terem acesso a recursos necessários para uma vida vivida com dignidade. Se estas três escolhas não estiverem acessíveis, muitas outras oportunidades mantêm-se inacessíveis (*United Nations Development Programme, 1995*).

A ausência de estatísticas, como um sistema de medição e monitorização credível e completo, acaba por impedir a avaliação do desenvolvimento humano usando muitas variáveis, que permitiriam obter um retrato o mais completo possível. Por esse motivo, deve-se concentrar a atenção em três elementos essenciais da vida humana: longevidade, conhecimento e condições de vida decentes.

Quando se considera a longevidade, a esperança de vida à nascença aparece como um bom indicador a considerar. *The importance of life expectancy lies in the common belief that a long life is valuable in itself and in the fact that various indirect benefits (such as adequate nutrition and good health) are closely associated with higher life expectancy (United Nations Development Programme, 1995: 25)*. Esta associação torna a esperança de vida num importante indicador do desenvolvimento humano, especialmente devido à ausência de informação sobre a saúde das populações e sobre o seu estatuto nutricional.

Na componente do conhecimento, os dados sobre literacia são apenas um reflexo cru do acesso à educação, particularmente à educação com qualidade tão necessária a uma vida produtiva na sociedade atual. Mas a literacia é o primeiro passo na aprendizagem e construção do conhecimento e, por isso, os dados sobre literacia são essenciais em qualquer medição/avaliação do desenvolvimento humano. Para um desenvolvimento humano básico a literacia é a que merece maior relevo, mas também deveria ser dada importância aos *outputs* dos mais elevados níveis de instrução.

Por último, a terceira componente (recursos necessários para levar uma vida digna) é, porventura, a mais difícil de ser medida. Requer dados sobre o acesso à terra, ao crédito, ao rendimento e outros recursos. Devido aos escassos dados em muitas destas variáveis, temos que fazer uso de um indicador de rendimento (o rendimento *per capita*). Não obstante, as três medidas sofrem de um defeito comum: são médias que escondem grandes disparidades no total da população. Além disso, há a considerar que diferentes grupos sociais têm diferenciadas vivências e expectativas.

O Desenvolvimento Humano é incompleto sem liberdade. Mas não há uma medida simples disponível para captar os vários aspetos da liberdade humana, tais como eleições livres, sistemas multipartidários e imprensa não censurada. Este enfoque é apresentado desde 1990 nos Relatórios de Desenvolvimento Humano, que propõem uma agenda sobre temas relevantes ligados ao desenvolvimento humano e reúnem dados estatísticos e informações sobre esta problemática. Estando a cargo do P.N.U.D., o relatório foi desenhado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998).

O Índice de Desenvolvimento Humano (I.D.H.) surgiu como contraponto ao Produto Interno Bruto (P.I.B.) *per capita*, que considera apenas a dimensão económica do desenvolvimento. Pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspetos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Além de computar o P.I.B. *per capita*, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o I.D.H. também considera outras duas componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de esperança de vida ao nascer. O *item* educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. O rendimento é mensurado pelo P.I.B. *per capita* (dividindo o P.I.B. pela população total – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, 2007), em dólares PPC (Paridade do Poder de Compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países).

Mais recentemente (desde 2012) tem sido assumido o conceito de Felicidade para operacionalizar o conceito de desenvolvimento humano porque a Felicidade (...) *is increasingly considered a proper measure of social progress and a goal of public policy* (Helliwell, Layard e Sachs, 2015: 3).

O bem-estar é um conceito subjetivo e encerra três aspetos: (...) *cognitive evaluations of one's life, positive emotions (joy, pride), and negative ones (pain, anger, worry). While these aspects of subjective well-being have different determinants, in all cases these determinants go well beyond people's income and material conditions (...)* (Helliwell, Layard e Sachs, 2015: 16).

The equation explains national average life evaluations in terms of six key variables: GDP per capita, social support, healthy life expectancy, freedom to make life choices, generosity, and freedom from corruption (Helliwell, Layard e Sachs, 2015: 21).

O empoderamento e a sua importância no âmbito do desenvolvimento

Quando se aborda a questão do desenvolvimento humano e da pobreza, estes remetem-nos para a noção de empoderamento (*Empowerment*). Segundo alguns autores (e.g., Lima e Frota, 2002) este conceito radica no pensamento de Max Weber, nomeadamente quando este defendeu que o poder deve ser encarado como a capacidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas. Esta perspetiva ganha pertinência no âmbito da Teoria Organizacional.

O conceito de empoderamento interrelaciona-se com o de capital social e o de desenvolvimento orientado para a comunidade, além de que o investimento nestas áreas conduz a melhores resultados em termos de desenvolvimento, como o defende o Banco Mundial (www.worldbank.org – acedido em 10/02/2010). Algumas das palavras-chave a associar a este conceito são: mudança, poder, capacidade, controlo, autonomia, qualidade de vida.

Este conceito começou a ser utilizado nos anos 70 do século XX, como resultado dos movimentos sociais (movimentos civis afro-americanos nos E.U.A. para alcançar uma cidadania plena e movimentos feministas) e, posteriormente pelas Organizações Não Governamentais (O.N.G.). Juntamente com conceitos como capital social, o empoderamento passa a ser um conceito-chave no domínio do desenvolvimento. Nos últimos anos, o conceito foi sendo gradualmente usado pelas agências de cooperação e organizações financeiras multilaterais, tais como, o Banco Mundial.

Entre as inúmeras definições de empoderamento, sobressaem nos anos oitenta e noventa do século XX a de Henderson e Thomas (1987), a de Daly e Cobb (1994) e a de Minkler (1997), que são recordadas por Erben *et al.*, 2000. Estas definições lembram que o empoderamento diz respeito a um processo constante que habilita os indivíduos e os grupos a participar em ações coletivas, constituindo a finalidade e o sentido da organização das comunidades.

De acordo com o Banco Mundial o empoderamento deve ser encarado como o processo *of increasing the capacity of individuals or groups to make choices and to transform those choices into desired actions and outcomes. Central to this process are actions which both build individual and collective assets (...)* (www.worldbank.org/empowerment - acedido em

23/02/2016). O empoderamento também tem a ver com o aumento das capacidades das pessoas pobres para participarem e negociarem, influenciarem, controlarem e responsabilizarem as instituições que afetam as suas vidas (www.worldbank.org/empowerment - acedido em 23/02/2016).

Apesar de não estar institucionalizado um único modelo de empoderamento, de acordo com o Banco Mundial podem avançar-se quatro áreas de aplicação:

1-acesso à informação – indivíduos informados estão mais capacitados para aproveitar as oportunidades, aceder aos serviços, exercer os seus direitos e negociar de forma efetiva;

2-inclusão e participação – a população pobre deve ser entendida como coprodutora e como agente nos processos de decisão;

3-responsabilidade (*Accountability*) – refere-se à responsabilidade dos setores públicos e privados, contrariando a corrupção;

4-capacidade local em termos organizativos – refere-se à habilidade das pessoas para trabalharem em equipa e tentarem resolver os problemas do seu quotidiano.

Uma definição mais ajustada às várias vertentes da vida de cada indivíduo relaciona-se com o processo através do qual ele ganha capacidade para compreender as suas situações e aumenta o controlo sobre os fatores que atingem a sua vida. Neste processo, cada indivíduo adquire um poder (resultante da informação que detém e da assimilação que fez da mesma) que lhe permite decidir e controlar a sua própria vida. Resumindo, o empoderamento capacita as pessoas para influenciar o curso das suas vidas e as decisões que as podem afetar. Cada pessoa torna-se protagonista da sua própria história (Almeida, 2008).

Todavia, a percepção de se ser uma pessoa empoderada varia ao longo do tempo, com a cultura e com os vários domínios da sua vida.

De acordo com o *Grameen Bank* (<http://www.grameen-info.org/> - acedido em 15/03/2011), o empoderamento implica quatro aspetos principais: i) poder; ii) motivação; iii) desenvolvimento; iv) liderança.

O *Grameen Bank* foi fundado em 1976 pelo Professor Muhammad Yunus, líder do Programa de Economia Rural da Universidade de Chittagong, que lançou o Microcrédito para dar oportunidade a pessoas pobres de obterem serviços bancários.

O conceito de empoderamento é frequentemente mencionado no âmbito dos Oito Objetivos do Milénio e estes estão obrigatoriamente associados ao conceito de Desenvolvimento Humano. Os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (O.D.M.) foram equacionados em 2000 pela O.N.U. e subscritos por 189 estados/países para serem atingidos até 2015, sendo

reconhecida a importância do empoderamento das mulheres para alcançar o Objetivo 3 (que cobre a igualdade de gênero e a valorização da mulher) e assumindo que este empoderamento é a chave para alcançar todos os outros 7 Objetivos. Os O.D.M. colocaram os direitos humanos e a pobreza humana no centro da política de desenvolvimento (*United Nations Development Programme*, 2006).

A quebra da pobreza através do microcrédito assumida pelo *Grameen Bank* baseia-se na formação voluntária de pequenos grupos de cinco pessoas para fornecer garantias mútuas e de apoio moral, em vez das garantias exigidas pelos bancos convencionais. Apenas dois membros de um grupo estão autorizados a solicitar um empréstimo. Dependendo do seu desempenho em termos de reembolso, os próximos dois mutuários podem, em seguida, aplicar/solicitar apoio e, posteriormente, o quinto membro também o pode fazer (<http://www.grameen-info.org/breaking-the-vicious-cycle-of-poverty-through-microcredit/> - acessado a 23/02/2016).

As mulheres têm tido igualdade de acesso ao microcrédito e têm-se revelado empresárias astutas. Como resultado, elas têm melhorado o seu estatuto social, diminuído a dependência dos seus maridos e conseguiram melhorar as condições habitacionais e a alimentação dos seus filhos. Atualmente, mais de 90 por cento dos mutualistas são mulheres (<http://www.grameen-info.org/breaking-the-vicious-cycle-of-poverty-through-microcredit/> - acessado a 23/02/2016).

Até outubro de 2011, o *Grameen Bank* teve 8.349 milhões de mutualistas, sendo 97% mulheres. Com 2.565 agências, o *Grameen Bank* presta serviços em 81.379 aldeias, cobrindo mais de 97% do total das aldeias de Bangladesh (<http://www.grameen-info.org/breaking-the-vicious-cycle-of-poverty-through-microcredit/> - acessado a 23/02/2016).

Outro conceito importante é o de capital social, que diz respeito às normas e redes que permitem capacitar ações. Deve ser entendido como a capacidade que a comunidade tem de se organizar para responder às necessidades reais da população (Santana, 2005) – disponibilidade de recursos de qualidade, serviços de saúde e outros. Pode ser encarado como uma organização social (redes, normas e confiança social), que facilita a coordenação e a cooperação com uma finalidade de mútuo benefício. Este conceito não é novo e a sua difusão no meio académico ocorreu nas últimas décadas. A primeira análise sistemática contemporânea deste conceito pode ser encontrada no pensamento de Pierre Bourdieu, que o definiu como *o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo* (Bourdieu, 1985: 248; 1980, in Portes, 2000: 134, 135).

Na nossa perspetiva, a participação cívica e a participação política são dois elementos que podem contribuir para o alicerçar da coesão social.

O Banco Mundial assume que o capital social, o empoderamento e o desenvolvimento orientado da comunidade são conceitos interrelacionados e que o investimento nestas áreas pode conduzir a melhores *outcomes* em termos de desenvolvimento (Grootaert, 2003).

Este conceito encontra-se, deste modo, ligado ao processo de empoderamento dos cidadãos e movimentos cívicos e deve assumir-se como uma linha de orientação estratégica para os decisores políticos (Coelho e Lúcio, 2011).

Schaik (2002) salienta o facto de os economistas terem introduzido há algumas décadas atrás o conceito de capital social como um determinante importante do desempenho macroeconómico, mas esta postura tem sido posta em causa. Apesar do conceito de capital social não ser novo para as ciências sociais, é considerado como um importante fator no âmbito das relações sociais, para a célula familiar, para uma sociedade que se quer democrática e até para o próprio desenvolvimento económico. Neste sentido, o capital social refere-se a várias dimensões básicas da vida social.

Além do conceito de capital social, emerge o conceito de governança. Este conceito tem sido usado por várias áreas do conhecimento (*e.g.*, Geografia, Sociologia, Economia, Ciência Política), mas não é coincidente o sentido concedido ao mesmo (Dallabrida, 2011). O conceito foi introduzido em 1937 por Ronald Coase, tendo por base a análise do mundo empresarial, vindo a ser retomado na década de 1970. Desde então este termo designa os dispositivos operacionalizados pela empresa *para conduzir coordenações eficazes (...), aos contratos (...)* e *à aplicação de normas* (Dallabrida, 2011: 15). Posteriormente passou a ser aplicado fora do mundo empresarial e foi inserido nas discussões sobre poder e organizações (Milani e Solinís, 2002, *in* Dallabrida, 2011).

Este conceito liga-se ao de governança territorial, que é relevante para a Geografia e para a Ciência Política. De acordo com Dallabrida (2011: 16) este conceito pode ser entendido como *o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país, território ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições através das quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses (...). O exercício da governança territorial aconteceria através da actuação dos diferentes atores, nas instituições e organizações da sociedade civil, em redes de poder socioterritorial.*

Esta postura pressupõe o contemplar do carácter democrático-participativo, a busca de consensos a partir da articulação dos diferentes atores e das diferentes propostas e perceções do mundo.

Resumindo, atribui-se poder à sociedade para governar e o conceito refere-se às *iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente*

para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, económicos e institucionais (Dallabrida, 2011: 17).

De acordo com a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011), seguindo a postura do Conselho da Europa, a governança assume-se como um conceito global que diz respeito à forma como são decididas e aplicadas as várias políticas públicas, que são territorialmente relevantes. Corresponde à (...) *emergência e concretização de formas partilhadas inovadoras de planeamento e gestão das dinâmicas socio-espaciais. (...) O objetivo é a negociação de um conjunto de objetivos e a sua adopção por comum acordo, através do recurso a estratégias e políticas de desenvolvimento territorial. A melhoria da qualidade da governança territorial requer, muitas vezes, o fortalecimento do papel das autoridades locais e regionais, a quem cabe assegurar a coerência e o aumento da eficiência das políticas públicas com incidência num mesmo território* (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011: 16).

A pobreza e a exclusão social

(...) a “need” in a wealthy region may be an extravagance in a low-income area.

Edwards (2007)

O conceito de pobreza é um conceito multidimensional e complexo. Pode ser avaliado segundo três perspetivas e a componente territorial influencia de sobremaneira a realidade encontrada. Apesar de se poder analisar a situação portuguesa comparativamente com os restantes países da União Europeia, é difícil aferir as diferenças abaixo do nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS II).

O que é que a pobreza e a desigualdade de rendimentos têm a ver com o desenvolvimento económico? Há relação entre eles, porque o objetivo do desenvolvimento económico é melhorar a qualidade de vida da população trazendo emprego e rendimento a uma comunidade (Edwards, 2007).

É antigo o interesse da Geografia em denunciar as injustiças sofridas pelos que vivem numa situação de pobreza (Hubbard, 2005) e parece provado que os indivíduos tendem a localizar-se por níveis de rendimento, ou seja, os indivíduos de baixo rendimento tendem a agrupar-se numa determinada área de um município (Edwards, 2007). Os indivíduos pobres revelam, deste modo, (...) *an insufficient command over resources, which keeps them from acquiring a minimum of required goods and services* (Edwards, 2007: 572).

Em 2010 foi concretizado o ano europeu dedicado ao combate à pobreza e exclusão social, denotando uma vontade explícita dos decisores políticos de quererem alterar a situação de crise económica que se faz sentir mais nuns países do que noutros, e que continuou a acentuar-se em finais daquele ano.

A pobreza deve ser considerada como uma violação de direitos humanos e como tal a sua erradicação deve inscrever-se na agenda política dos governos dos Estados-Membros e das instâncias comunitárias e merecer o suporte político da maioria das respectivas populações (Silva, 2010: 23).

Quer a pobreza quer a desigualdade, devem ser considerados como um dos principais problemas que afetam atualmente as nossas sociedades, sendo que, sobretudo desde os anos noventa do século XX, à medida que se foi operando o tipo de crescimento económico adotado e as políticas públicas que o enquadram, foi aumentando a desigualdade de rendimento e a pobreza (Silva, 2010). Na realidade, a pobreza e o aumento da desigualdade entre ricos e pobres, a par com o fundamentalismo cultural, económico, político e religioso e a degradação do ambiente, podem ser encarados como as três principais ameaças globais da atualidade (Scudder, 2010). Por este motivo, erradicar a pobreza extrema e a fome constitui o primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milénio.

Ironicamente, o ano europeu dedicado ao combate à pobreza e exclusão social coincidiu com um período de acentuada crise económica, bastante visível em Portugal, fazendo ainda mais sentido a sua abordagem. Foi mais uma tentativa nesse sentido do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, que desde 1983 se têm preocupado em chamar a atenção da opinião pública, da União Europeia e dos Governos dos vários países-membros para temas relevantes, sobretudo do foro social (desde 2005). Importa ressaltar, por exemplo, a Igualdade de Oportunidades para Todos (ano de 2007), o Diálogo Intercultural (ano de 2008) e a Inovação e a Criatividade (ano de 2009). Na sequência do ano de 2010, dedicado ao combate à pobreza e exclusão social, o ano de 2011 centrou-se no voluntariado e o de 2012 correspondeu ao ano europeu do envelhecimento ativo. Entretanto, as Nações Unidas iniciaram em 2008 a segunda década para a erradicação da pobreza, na sequência da primeira Década Internacional para a Erradicação da Pobreza, que ocorreu entre 1997 e 2006. Todavia, todas estas iniciativas não conseguiram dirimir a pobreza e a desigualdade de oportunidades, conduzindo à necessidade de novas políticas públicas mais efetivas.

Em Portugal, o emagrecimento do Estado-Providência e a crescente privatização de bens públicos tem-se feito sentir na extensão e severidade da pobreza e da desigualdade, situação que

terá que ser analisada usando outras formas de avaliação que não apenas a pobreza em termos monetários.

O Eurostat tem-se esforçado, em termos de harmonização de conceitos e métodos em torno da pobreza e da exclusão social, no sentido de facilitar as comparações e a evolução dos vários países da União Europeia, apesar da complexidade destes fenómenos. Não obstante, quer pela sua complexidade, quer por serem fenómenos plurifacetados, tornam a disponibilidade de dados, uma tarefa difícil e exigente (Silva, 2010). Ainda que se tenham sentido melhorias na abordagem estatística da pobreza e da desigualdade, é bastante difícil construir um índice compósito que integre todas as variáveis que retratem a privação e a exclusão social (Chant e Mellwaine, 2009; Silva, 2010).

Logo após a Segunda Guerra Mundial, a pobreza passou a ser encarada como algo do passado, devido à situação satisfatória de emprego que se viveu e às políticas públicas encetadas (*Welfare-State*). O conceito de pobreza viria a ser “redescoberto” nos anos 60 do século XX, com Abel-Smith e Peter Townsend (1965), e a preocupação por este conceito foi crescendo nos últimos trinta anos, paralelamente com a desindustrialização e a reestruturação da economia global (Butler e Watt, 2007).

Em 2001, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais definiu pobreza como *a sustained or chronic deprivation of the resources, capabilities, choices, security and power necessary for the enjoyment of an adequate standard of living and other civil, cultural, economic, political and social rights*. Esta definição cristaliza mais de um século de pesquisa em pobreza e mostra como o conceito evoluiu desde os trabalhos pioneiros, em Inglaterra, em 1889, de Charles Booth (citado por Kitchin e Thrift, 2009; Pain *et al.*, 2001) e seguidos por Rowntree, em 1901 (Pain *et al.*, 2001).

Não é fácil definir o conceito de pobreza por vários motivos (Chant e Mellwaine, 2009). A postura dos políticos, que tendem a contornar/ignorar a sua existência e a multiplicidade de ciências que se preocupam com o seu estudo (*e.g.*, a Geografia, a Economia, a Sociologia, a Ciência Política) têm contribuído para a dificuldade em definir este conceito. Na atualidade, o discurso político mudou e a prática, que tem subjacente novos paradigmas do desenvolvimento, conduziu a um novo olhar sobre a pobreza. Este cenário levou a uma mudança na definição de pobreza e nas soluções propostas (Chant e Mellwaine, 2009; Kitchin e Thrift, 2009).

Atualmente, o conceito de pobreza apresenta um maior número de definições, algumas delas mais restritivas (centradas sobretudo no rendimento) e ligadas ao conceito contemporâneo de pobreza absoluta. A definição de um indivíduo pobre varia consoante a sociedade que se está a considerar (Edwards, 2007), dependendo do sistema de valores, assim como de variáveis

económicas (Thomas, 2000b, *in* Chant e McIlwaine, 2009: 186). Em termos operacionais pode ser considerada como uma situação de privação resultante da falta de recursos (Costa *et al.*, 2008).

Na ciência geográfica e nas restantes ciências sociais, são atualmente consideradas três visões quando se pensa no conceito de pobreza: absoluta, relativa e subjetiva (Butler e Watt, 2007). Alguns economistas tendem a utilizar apenas as duas primeiras visões (*e.g.*, Edwards, 2007). Antropólogos, tais como Scudder (2010), além das duas primeiras visões, usam o que apelidam de “nova pobreza”, que resulta do rápido aumento da pobreza em espaço urbano, da pobreza como resultado da degradação do ambiente e, ainda, por exemplo, da pobreza como resultado de se ser portador do VIH e não se ter adequado acesso aos tratamentos (Scudder, 2010).

A pobreza absoluta é considerada pelas Nações Unidas como uma severa privação das necessidades básicas humanas, incluindo comida, água potável, saneamento, saúde, habitação, educação e informação. Depende não apenas do rendimento mas também do acesso a serviços. Esta definição de pobreza é transversal a todas as culturas (Butler e Watt, 2007) e é a mais usada (Johnston *et al.*, 2000; Chant e McIlwaine, 2009; Gregory *et al.*, 2009), pois permite uma medição e comparação no espaço e no tempo, usando, para o efeito, a noção de “linha de pobreza” baseada em critérios de sobrevivência, como, por exemplo, uma mínima ingestão diária de calorias, uma proporção do rendimento gasto em alimentação ou o nível de rendimento necessário para adquirir um conjunto mínimo de bens de consumo (Pain *et al.*, 2001). Deste modo, o conceito de pobreza absoluta procura ser objetivo, medido cientificamente. Contudo, neste tipo de pobreza, são ignoradas as variações geográficas em termos de exigências da vida, como, por exemplo, uma habitação condigna depende do clima do território que está a ser considerado e da disponibilidade de materiais para construção (Pain *et al.*, 2001).

A definição absoluta de pobreza permite, entre vários aspetos, a elaboração de uma base para comparações internacionais, pois na sua construção usa-se uma variável medida em termos monetários (Lúcio, 2007).

O Banco Mundial desenvolveu duas linhas internacionais de avaliação da pobreza, em 1990 (*World Development Report*), no sentido de permitir comparações internacionais. A primeira identificava os indivíduos com um rendimento *per capita* abaixo de US\$370 por ano (a preços constantes de 1985), como sendo pobres. Os que revelavam menos de US\$2.75 eram considerados como extremamente pobres (Chant e McIlwaine, 2009). Entretanto, estes limiares foram atualizados no Relatório do Banco Mundial de 2000/2001, usando o limiar de US\$1.08 por dia e US\$2 por dia, calculados a preços constantes de 1993.

A pobreza relativa refere-se à pobreza que diz respeito ao nível de vida que existe numa sociedade e num momento concreto (Butler e Watt, 2007; Gregory *et al.*, 2009; Pacione, 2009; Castells, 2010). Em termos operacionais e tendo por base a perspetiva de Townsend (1979), citado por Pain *et al.* (2001: 257), os indivíduos e as famílias podem ser considerados pobres se não conseguem ter acesso ao tipo de alimentação, participar nas atividades e não têm as condições de vida e comodidades que são correntes ou, pelo menos, largamente encorajadas ou aprovadas nas sociedades a que eles pertencem.

É costume usar medidas, tais como as *headcount index* e as *poverty gap*. As primeiras medem a incidência da pobreza calculando a percentagem da população que vive abaixo de uma linha de pobreza, ou seja, corresponde à percentagem de população que não consegue comprar um conjunto de bens considerados básicos. Não obstante, este tipo de medidas não permitem ver o quão distante vive o indivíduo abaixo da linha de pobreza. Pelo contrário, as medidas de *poverty gap* conseguem dar uma indicação de quão distantes estão as famílias da linha de pobreza, medindo a distância média abaixo da linha de pobreza, expressa numa percentagem da linha de pobreza (Edwards, 2007; Chant e McIlwaine, 2009).

Todavia, estas medidas têm sido criticadas, pois, apesar da sua utilidade, permitem-nos identificar quem não tem acesso a bens num determinado momento, mas não nos dão indicação de quem tem insuficiente incapacidade para alcançar esses bens de uma forma mais sustentada. Outras críticas são a dificuldade de comparação entre os vários países, assim como o seu cálculo ser efetuado para o agregado familiar e não dar particular relevância ao género, ignorando as desigualdades no seio do agregado familiar, onde as mulheres e as crianças costumam estar em desvantagem (Chant e McIlwaine, 2009). Também não é tida em atenção a dimensão da família nem a produção familiar, por exemplo, na agricultura.

Sendo assim, este tipo de definição é mais sensível às diferenças territoriais (Pain *et al.*, 2001) e é, geralmente, usado para aferir a extensão em que o rendimento de uma família está abaixo da média do rendimento familiar de um determinado país. Deste modo, trata-se de um indicador do nível de desigualdade de uma determinada sociedade (Kitchin e Thrift, 2009). Raramente se dispõe, contudo, para os territórios que queremos analisar e para as escalas geográficas que consideramos, de dados precisos que contemplem os factos enumerados antes. Além disso, o que se considera como “participação social” tem vindo a mudar ao longo do tempo e (...) *critics have argued that relative notions of poverty merely express inequalities that exists in any society, and do not necessarily mean that anyone is poor* (Pain *et al.*, 2001: 257).

Enquanto a pobreza absoluta é, normalmente, independente do tempo (sofre apenas ajustes através de decisões políticas), a pobreza relativa tende a adaptar-se e a alterar-se quando

os níveis de rendimento e o nível de vida mudam (Lúcio, 2007). O conceito usado pela União Europeia é prova desta última afirmação, usando um limiar de rendimento de 60% do rendimento médio familiar, depois de serem retirados os custos mensais (*housing costs*). Quem está abaixo desse limiar é considerado como vivendo em situação de pobreza (Parente, 2003).

Normalmente, os países mais desenvolvidos tendem a usar em termos operacionais o conceito de pobreza relativa, enquanto os menos desenvolvidos costumam utilizar o de pobreza absoluta. A medição da pobreza, baseada numa definição absoluta, tende a produzir mais baixos níveis de pobreza do que se for concretizada através de uma definição relativa (Butler e Watt, 2007). Os geógrafos têm-se interessado mais pela pobreza relativa (Daniels *et al.*, 2005).

Por último, pode ser considerado um terceiro tipo de pobreza - a pobreza subjetiva -, que diz respeito ao facto de as pessoas sentirem ou não que estão numa situação de privação financeira (Butler e Watt, 2007). Este tipo de abordagem, de cariz mais qualitativo e participativo, pode conter fatores, tais como, a liberdade política, a autoestima, assim como a qualidade ambiental, o estado de saúde e a ausência de violência. Pode ainda ser considerada, por exemplo, a participação da família em redes sociais (Chant e McIlwaine, 2009).

Os cientistas sociais podem, para o caso português, ensaiar a construção de um índice de privação para medir quanto um município está em desvantagem em relação a outros que incluem esse município (NUTS II e NUTS III). Neste caso não existe um método estandardizado para medir a privação. Resumindo, a pobreza subjetiva é antes do mais, uma construção social, dependendo da perceção que cada indivíduo ou grupo social tem da pobreza (Costa *et al.*, 2008).

Lúcio (2007), partilhando da perspetiva de Herrick e Kindleberger (1983), quando são abordados os estudos de desequilíbrios de riqueza e de rendimento, recorda que deve ser tida em consideração a privação involuntária de relevantes confortos materiais da vida, tais como, nutrição, habitação, básicos cuidados de saúde e educação básica.

Em 1996, Fielhouse e Tye (*in* Edwards, 2007) usaram nove variáveis para medir a privação em cidades britânicas, utilizando um inquérito com três grupos de questões, prevendo, por exemplo, a ausência de acesso a banheira e chuveiro, a uma casa-de-banho no interior da habitação, a um automóvel, a viver numa família com crianças em que o chefe de família está desempregado.

Em Portugal, Nogueira (2007, 2008) construiu um índice de privação para a Área Metropolitana de Lisboa e incluiu a taxa de desemprego masculino, a percentagem de população em habitações precárias e a percentagem de população ativa não qualificada (grupo profissional 9 da Classificação Nacional de Profissões).

Mas quais são as causas da pobreza? Sendo a pobreza um fenómeno complexo (Costa *et al.*, 2008), multicausal, as explicações e as respetivas políticas de combate têm que considerar um conjunto complexo de fatores, devendo as características geográficas ser também incluídas (Lúcio, 2007). Na realidade, a pobreza e os *acontecimentos a ela associados como a fome ou a privação de direitos apresentam causas diversas consoante a área geográfica que se estiver a tratar* (Lúcio, 2007: 81).

Apesar da complexidade do fenómeno, podem sintetizar-se os fatores em, pelo menos, cinco grupos:

1-económicos (*e.g.*, recessão, desigualdades de distribuição, oscilação de preços);

2-demográficos e sociais (*e.g.*, o sobrepovoamento e deficiente acesso ao planeamento familiar, o crime, fatores históricos, como o colonialismo, o *Brain Drain*, a guerra, a discriminação);

3-saúde (*e.g.*, acesso aos serviços de saúde, alimentação inadequada na infância, doenças como o VIH/SIDA, a malária, a tuberculose e a depressão, dependências de drogas e do álcool);

4-ambientais e geográficos (*e.g.*, erosão e desertificação, desflorestação, alterações climáticas, falta de água, local de residência de um indivíduo);

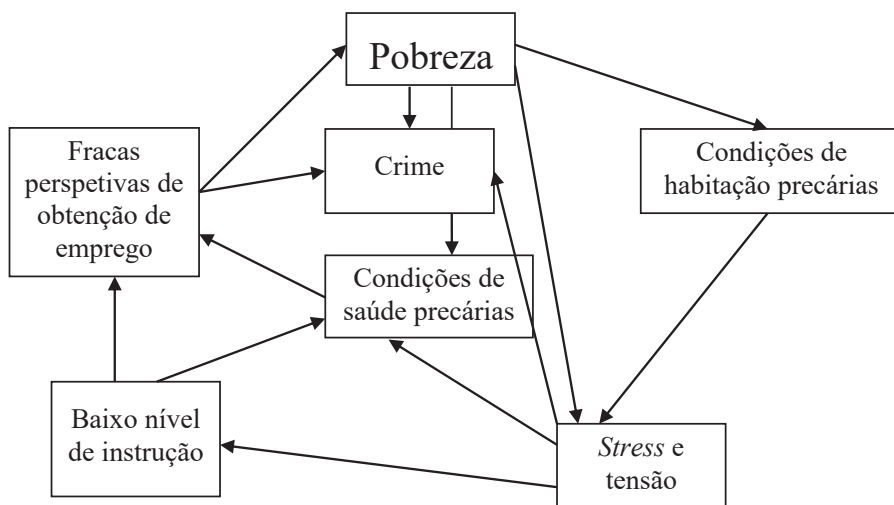
5-governança (*e.g.*, ausência de democracia, incumprimento das leis, infraestruturas, acesso à educação, corrupção, Estado-Providência).

Edwards (2007) acrescenta as causas individuais, como os efeitos de escolhas, recordando que alguns indivíduos simplesmente não têm capacidade para participar no mercado de trabalho ou não o conseguem fazer de forma eficiente. Mas levantamos as seguintes questões: Os pobres e os desempregados são-no por serem incapazes? Esta incapacidade não resultará da falta de acesso a oportunidades?

As oportunidades limitadas são outro fator que deve ser considerado. Segundo Edwards (2007) esta situação é causada por um ambiente socioeconómico desfavorecido, pelo facto, por exemplo, de se ser uma mãe em idades muito jovens, ou de forma repetida ou devido a um comportamento pautado por dependências.

Na Figura 4 é vertida uma adaptação do modelo de Johnston *et al.* (2000) do ciclo da pobreza, que é analisada na sala de aula.

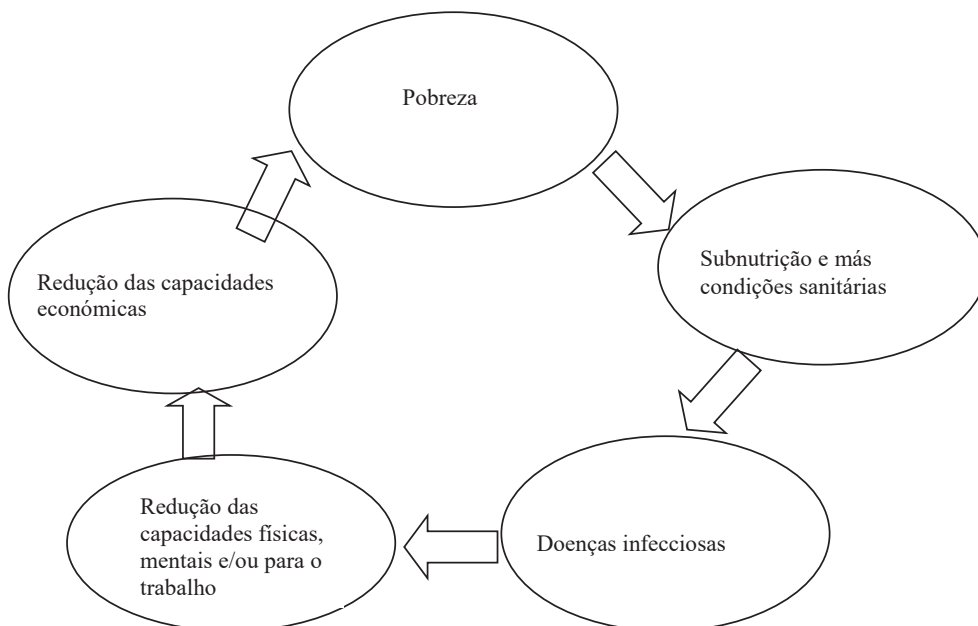
Figura 4 – O ciclo da pobreza



Fonte: Adaptado de Johnston, R. *et al.* (2000), in Pain, R. *et al.* (2001), *Introducing Social Geographies*, London, Ed. Hodder Arnold: 261.

Na Figura 5 está expressa a perspectiva do *Grameen Bank*.

Figura 5 - O ciclo da pobreza



Fonte: <http://www.grameen-info.org/breaking-the-vicious-cycle-of-poverty-through-microcredit/> - acedido a 23/02/2016.

Jean Brunhes já defendia nos anos vinte do século XX que a pobreza deveria ser estudada não apenas em termos estatísticos, mas também deveria ser localizada e estudada espacialmente. Deste modo, a Geografia estaria a contribuir para a formulação de estratégias anti-pobreza propondo a intervenção do Estado e da própria comunidade (Johnston *et al.*, 2000).

De acordo com Pain *et al.* (2001: 265) *The poor tend to be concentrated into particular areas in the first place through their inability to afford either better-quality housing or a better-quality environment.*

De acordo com Edwards (2007), o que determina quem é pobre numa comunidade/município depende dos rendimentos médios dessa comunidade/município, assim como dos rendimentos médios dos municípios vizinhos. Considera ainda que os indivíduos tendem a agrupar-se por grupos de rendimento, ou seja, aqueles que têm baixos rendimentos tendem a agrupar-se numa determinada área do município.

O conceito de exclusão social

As questões sociais podem ser abordadas de muitas formas e mesmo a pobreza e a exclusão social só muito recentemente passaram a ser definidas de forma mais objetiva e operacional. Por esse motivo, passou a ser possível quantificar de uma forma mais clara estas questões sociais e abordá-las de uma forma mais fidedigna e fiável. Estão ligadas a uma violação dos direitos humanos e devem ser encaradas como tal.

Os conceitos de pobreza e de exclusão social foram usados durante muito tempo como conceitos indistintos, embora o de exclusão social tenha entrado mais recentemente no nosso léxico. Atualmente, a pobreza é entendida como uma das dimensões da exclusão social. Enquanto a pobreza está ligada a um desigual acesso a recursos materiais, a exclusão social é um conceito mais amplo e centra-se num desigual acesso em termos de participação na sociedade (Kenyon, Lyons e Rafferty, 2002). Sendo assim, a exclusão implica um sentimento de “não pertença”, ou seja, (...) *de não acesso a elementos que compõem uma vida estimulante, na perspectiva de um exercício de cidadania plena* (Lúcio, 2007: 85). De acordo com Costa *et al.* (2008), a exclusão social é uma realidade distinta da pobreza, mas está relacionada com a mesma e, em determinadas situações, encontra-se sobreposta a ela.

Alguns autores tendem a ver o conceito de exclusão social como um conceito moderno e até mais vago, sendo politicamente menos comprometedor do que o conceito de pobreza (Costa *et al.*, 2008). Outros autores concluem que enquanto a pobreza é um fenómeno visível e talvez

mais fácil de quantificar, a exclusão refere-se a processos que algumas vezes são menos tangíveis (Hubbard, 2005).

A preocupação com a exclusão social remonta aos anos 60 do século XX, quando passaram a emergir estudos no seguimento da aprovação, nos E.U.A., do Estatuto dos Direitos Civis, no governo de Lyndon Johnson (1964), depois atualizado em 1987. O mandato do Vice-presidente Lyndon Johnson ficou associado ao combate à pobreza e às preocupações raciais e étnicas, sobretudo dos negros. O conceito de exclusão social passou a ser usado de forma mais corrente apenas nos anos oitenta do século XX, no âmbito da política social francesa, sendo associado à pobreza em geral. Depois, estendeu-se à escala da União Europeia. Nos anos noventa do século XX, o termo “exclusão social” substituiu, em grande parte, o termo “pobreza” no vocabulário da União Europeia e tornou-se uma palavra-chave em termos linguísticos da política europeia (Butler e Watt, 2007).

Ao conceito de exclusão social está associado o contraposto conceito de inclusão social, ligado à solidariedade social, que pressupõe a participação social do indivíduo. Podemos considerar exclusão social como a situação na qual alguns indivíduos da sociedade se afastam de outros indivíduos que têm um determinado estilo de vida e de trabalho, considerados normais (Carvalho, 2011).

O conceito de exclusão social deve ser encarado como um conceito ambíguo, multidimensional (porque encerra uma diversidade de dimensões, desde a económica, passando pela política, social e cultural – Gregory *et al.*, 2009) e, ao mesmo tempo, elástico.

Tem a ver com a pobreza e a falta dos direitos de cidadania (conceção redistributiva). Tem a ver com a moralidade e comportamento dos excluídos (conceção moralista) e também tem a ver com a importância do trabalho remunerado para a inclusão social (conceção integracionista).

Silva (2009) também considera este conceito ambíguo e polissémico, assentando a sua análise em várias perspetivas (*e.g.*, estruturo-funcionalista, neomarxista), desconstruindo as ambiguidades criadas em torno do conceito e dando prioridade ao conceito de desigualdade social. Este autor define de forma muito clara o conceito de desigualdade social, que *pressupõe a apropriação ou usurpação privada de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta* (Silva, 2009: 14). Critica a sociedade dita (pós)moderna, assente no discurso da equidade, na universalidade dos direitos sociais, na melhoria das condições de vida, resumindo-a na alegada “sociedade da abundância”, que acabou por ser confrontada com crescentes desigualdades sociais.

A exclusão social corresponde, segundo outros autores (Gregory *et al.*, 2009) a uma situação em que determinados indivíduos de uma sociedade estão separados daquilo que é considerado o tipo de vida no seio dessa sociedade. Deve ser encarado como um processo e não como uma condição. Deste modo, os seus limites variam e quem é excluído e incluído pode mudar ao longo do tempo, dependendo do nível de instrução, das características demográficas, dos preconceitos sociais e das políticas públicas (Castells, 2010).

De acordo com o *Centre for Analysis of Social Exclusion* (CASE) da *London School of Economics*, considera-se um indivíduo socialmente excluído se ele não participa em actividades-chave da sociedade onde vive (Burchardt *et al.*, 2002, *in* Butler e Watt, 2007). Foram identificadas quatro dimensões da exclusão social, cada uma das quais, operacionalizada através de vários indicadores: consumo, produção, comprometimento político e interação social.

A inexistência de um trabalho remunerado é frequentemente considerada como um fator determinante para a situação de exclusão social (Butler e Watt, 2007). *In fact, mobility also plays an important role on the spread of this phenomenon as social exclusion is not necessarily due to the lack of opportunities but to the lack of access to those opportunities* (Kenyon, Lyons e Rafferty, 2002; Preston e Raje, 2007).

Pode a exclusão social ser considerada como um processo cumulativo de marginalização que tem a ver com produção, consumo, redes sociais, tomadas de decisão e ausência de acesso a uma adequada qualidade de vida? Preston e Raje (2007) também avançam que este fenómeno não é sinónimo de privação de rendimento, já que um indivíduo pode ter um rendimento elevado e ser socialmente excluído. Por estes motivos, a exclusão social deve também ser encarada como um processo multidimensional, com um perfil dinâmico, onde os indivíduos podem “entrar e sair” ao longo do tempo e não apenas uma consequência do desemprego (Ribeiro, 2012).

Podem ser avançadas várias categorias de exclusão social, segundo Church, Frost e Sullivan, 2000, *in* Ribeiro e Remoaldo (2009) quando se analisa a temática da mobilidade:

1-exclusão física – que deriva da existência de barreiras físicas que condicionam, particularmente, as pessoas de mobilidade reduzida (*e.g.*, grávidas, idosos);

2-exclusão geográfica – a indisponibilidade de transporte resulta na inacessibilidade às atividades e serviços que pode gerar a exclusão social em áreas urbanas ou rurais;

3-exclusão das atividades e serviços – as políticas de uso do solo potenciaram a deslocalização das atividades e serviços para áreas dispersas implicando o uso do automóvel;

4-exclusão económica – o aumento dos custos monetários e temporais dos transportes podem gerar maiores constrangimentos no acesso às atividades e serviços (*e.g.*, emprego, redes sociais);

5-exclusão temporal – a necessidade de executar outras tarefas, como deixar as crianças em infantários, que reduzem o tempo disponível nas deslocações para o trabalho, pode ser problemática para os indivíduos sem acesso ao transporte privado;

6-exclusão por medo – o medo ou receio pode influenciar certos grupos em termos de utilização dos espaços públicos ou do transporte público;

7-exclusão espacial – quando a segurança e as políticas de gestão das estratégias do espaço desencorajam os indivíduos excluídos de usarem os espaços públicos e os transportes.

Quando se considera o conceito de exclusão geográfica, este tipo de exclusão tem subjacente, grande parte das vezes, um afastamento espacial face a territórios com melhor qualidade de vida e apetrechados com melhores oportunidades (Lúcio, 2007).

Alguns dados sobre a desigualdade e a pobreza em Portugal

Quando se pretende abordar a pobreza para o período entre 1995 e 2008 podem ser usados três trabalhos que sistematizam, ainda que de forma diferente, o panorama Português salientando algumas desigualdades regionais: o trabalho de Parente (2003), intitulado *Evolução da Pobreza e da Desigualdade em Portugal no período 1995 a 1997*, publicado pelo I.N.E., a publicação do I.N.E. (2010) intitulada *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal* e o estudo realizado no âmbito do Observatório das Desigualdades do CIES-IUL (Carmo, 2010) que aborda as disparidades da riqueza e compara Portugal com os outros países europeus.

Portugal é um dos países da União Europeia que continua a apresentar uma significativa assimetria na distribuição dos rendimentos dos agregados familiares, visto uma das mais comuns medidas de desigualdade de distribuição do rendimento, o coeficiente de Gini, se ter cifrado em 36% em 2007 *versus* 31% para o conjunto dos países da União Europeia. Apenas a Letónia, no seio da UE-27, registou uma distribuição de rendimentos mais desigual (38%) e Portugal posicionou-se em segundo lugar, *ex-aequo* com a Bulgária e a Roménia (Carmo, 2010).

Importa também avaliar a desigualdade de rendimento (S80/S20): os 20% mais ricos face aos 20% mais pobres. No que diz respeito a este indicador, Portugal era o quarto país mais assimétrico da EU-27, ainda que as desigualdades se tenham atenuado entre 1997 e 2007, posicionando-se a seguir à Letónia, Roménia e Bulgária (Carmo, 2010). Este indicador corresponde a um *rácio de percentil que mede a diferença entre o rendimento total recebido*

pelos 20% da população que detém níveis mais elevados de rendimento (quartil do topo) e o rendimento total auferido pelos 20% com menor nível de rendimento (quartil da base) (Carmo, 2010: 7).

No caso do P.I.B. *per capita* português (medido a partir do índice de paridade do poder de compra padrão – EU-27=100), comparativamente com mais 38 países europeus, Portugal posicionava-se, em 2008, em 24º lugar (76,0), acima da Eslováquia (72,2), mas atrás de Malta (76,2). Luxemburgo era o que se posicionava em primeiro lugar com 276,2 (Carmo, 2010: 10 e 11).

Para Portugal, é interessante analisar as variações entre regiões (NUTS II), destacando-se a região Norte com o valor mais baixo em 2008 (80) e constituindo a única região que, entre 1995 e 2008 registou uma descida acentuada do valor do P.I.B. *per capita* (de 85 em 1995 para 80 em 2008). Lisboa também foi a única região que revelou em 2008 um P.I.B. *per capita* superior à média da EU-27, tendo sido 5% superior (138).

O valor do coeficiente de Gini (avançado por Gini em 1912) é igual à área entre a curva de Lorenz (consultar glossário no fim deste relatório) e a linha de igual repartição do rendimento (linha de 45º). Este índice varia entre 0 e 1 e é crescente com a concentração. O 0 indica a igual repartição do rendimento e o 1 a máxima concentração do rendimento. De acordo com o estudo publicado em 2010 pelo I.N.E., apesar de a desigualdade ter vindo a diminuir progressivamente desde 2004 (38,1% àquela data), em 2008, Portugal, com um coeficiente de Gini de 35,4%, deixava transparecer a persistência de uma parcela importante da população (17,9%) que se encontrava em situação de risco de pobreza. Mesmo com a melhoria a que se vem assistindo nos últimos anos, isto significa que, em 2008, o rendimento anual para 17,9% da população era inferior ao limiar de pobreza, ou seja, 4969 Euros (414 Euros mensais).

O risco de pobreza dos idosos também decresceu entre 2003 e 2008 de 28,9% para 20,1% (I.N.E., 2010). Não obstante, e quando comparamos este grupo populacional com o total da população residente revelava, em 2008, um risco mais elevado (20,1% *versus* 17,9% para o total da população residente). Por outro lado, em 2008, o risco de pobreza dos agregados sem crianças dependentes (14,9%) era inferior ao dos agregados com crianças dependentes (20,6%). Os riscos de pobreza mais elevados correspondiam a: idosos que viviam sós (32,7%); às famílias constituídas por um adulto com crianças dependentes (38,8%); e às famílias com dois adultos e três ou mais crianças dependentes (42,8%). As crianças eram, em 2008, o grupo etário que revelou um maior risco de pobreza (mais de uma criança em cada cinco em situação de privação), coincidindo com a evolução mais desfavorável desde 2004. Este é um cenário existente já desde, pelo menos, meados dos anos noventa do século XX, ou seja, continuam a ser

as famílias monoparentais e as que compreendem dois adultos com três ou mais crianças dependentes, aquelas em que a situação é mais precária.

Eram os indivíduos cujos agregados residiam em áreas densamente povoadas que o rendimento era superior ao rendimento auferido pelo total da população residente (mais 1.780 euros anuais). A região Norte, desde pelo menos 2001, e, de forma mais vincada, desde 2004, que tem estado pior posicionada no panorama português em vários indicadores, estando entre eles a taxa de desemprego. Em 2007 e 2009 registou as mais elevadas taxas de desemprego da NUTS II e em 2010 foi apenas ultrapassada pela região do Algarve (12,6 contra 13,4%), conduzindo ao aumento do risco de pobreza.

A situação portuguesa retratada por Parente (2003), referente aos anos 90 do século XX, usando o Painel dos Agregados Familiares da União Europeia (um inquérito elaborado pelo EUROSTAT e implementado desde 1994 nos países da União Europeia), demonstra que as variáveis individuais que têm um papel mais importante na explicação da desigualdade são o nível educacional (25 a 27%) e o setor de atividade onde o indivíduo trabalha (14 a 19%).

A fonte de rendimento que explica uma maior percentagem da desigualdade é o salário, mas o poder explicativo dos rendimentos do trabalho por conta própria ou proveniente da agricultura, embora seja pequeno, mostrava tendência para crescer. O sexo, a idade e a atividade do indivíduo de referência (desempregados de curto prazo) explicam uma parte diminuta da desigualdade.

Em termos de desigualdades territoriais, há que salientar o comportamento similar das regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve (rendimentos crescentes) e comportamento geralmente similar da região Norte e da Madeira (rendimentos oscilantes).

Os agregados pobres tendem a ter uma dimensão maior do que na população global e o nível de educação é menor na população pobre, assim como são caracterizados por terem uma percentagem elevada de indivíduos economicamente inativos. Uma parte importante dos indivíduos dos agregados pobres que trabalham tende a ter profissões em atividades relacionadas com a agricultura, a caça e a pesca.

O rendimento médio em Portugal e em todas as regiões teve tendência crescente ao longo do período em estudo. A mediana do rendimento por adulto equivalente em Portugal teve, também, um crescimento positivo, neste período (o mesmo se observa para cada uma das regiões consideradas, à exceção da região Norte, em que o valor mais elevado se registou em 1996).

Os valores dos coeficientes de variação mostram que a dispersão do rendimento aumentou em 1996 e diminuiu em 1997. Note-se que esta medida corresponde, também, a um indicador de

desigualdade. Quando se considera o tipo de agregado familiar, 78,8% dos indivíduos pertencem a agregados familiares, cujos indivíduos possuem menos do que o segundo ciclo do ensino básico, ascendendo a 89,5% quando se equaciona a população pobre.

As mais elevadas taxas de pobreza identificam-se com quatro grupos:

- 1-uma pessoa com idade igual ou superior a 65 anos (taxa de pobreza de 53,4);
- 2-casal sem filhos (com pelo menos um 1 pessoa com idade igual ou superior a 65 anos) (taxa de pobreza de 41,3);
- 3-casal com 3 crianças (todas com idade inferior a 16 anos) (taxa de pobreza de 57,2);
- 4-pais solteiros com uma ou mais crianças (com idade inferior a 16 anos) (taxa de pobreza de 45,8).

As mais baixas taxas de pobreza identificam-se com três grupos:

- 1-casal com um filho (desde que tenha menos de 16 anos) (taxa de pobreza de 7,2);
- 2-casal com mais de uma criança (pelo menos uma com idade igual ou superior a 16 anos) (taxa de pobreza de 16);
- 3-casal sem filhos (com idades inferiores a 65 anos) (taxa de pobreza de 17,4).

A população pobre manifesta maiores dificuldades em manter a casa adequadamente quente e em gozar férias fora de casa; revela maior dificuldade em fazer poupanças e as despesas com a habitação são elevadas; apresenta valores mais baixos em termos de percentagem de alojamentos que possuem casa de banho completa, retrete dentro de casa, água quente corrente e aquecimento; apresenta percentagens mais baixas em termos de posse de automóvel, TV a cores e telefone.

Como se devem direcionar as políticas públicas para o combate à pobreza? Nas situações de pobreza extrema, as estratégias devem preocupar-se com o fornecimento dos bens e serviços mais básicos (alimentação e prestação de cuidados de saúde). Quando se estão a considerar as situações de pobreza relativa, estas devem incluir uma componente de educação e formação profissional, tendo subjacente a maior facilidade de acesso a empregos com remunerações mais elevadas (Lúcio, 2007).

Recentemente, Coelho e Lúcio (2011), salientaram que as estratégias de combate à pobreza são diversificadas, estando condicionadas por fatores endógenos e exógenos. Neste conjunto de fatores, sobressaem as políticas públicas promovidas pelos governos e a atuação de

um conjunto de agentes mediadores envolvidos no processo (e.g., Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais e filantropos).

A “pobreza” e a “exclusão social” na investigação

Como pode ser concretizada a componente empírica caso o aluno fosse confrontado com a realização de uma investigação à escala nacional, regional ou municipal? Para tal é necessário usar as publicações oficiais portuguesas e complementar com algum trabalho de campo que possa ser realizado.

Importa recordar as fontes de informação de avaliação da pobreza, nomeadamente, o Pannel Europeu dos Agregados Domésticos Privados (*European Community Household Panel - ECHP*), coordenado pelo Eurostat, entre 1994 e 2001. A partir de 2004, o Inquérito às Condições de Vida (*Survey on Income and Living Conditions*), veio substituir o ECHP.

Explorar o inquérito *Social Inequality* do *International Social Survey Programme* (I.S.S.P.), realizado em 1987, 1992, 1999 e 2009 (<http://www.issp.org/page.php?pageId=4> - acedido em 02/03/2012), também é uma boa solução, pois este debruça-se, por exemplo, sobre a importância da origem social, o mérito, a discriminação e a corrupção como pré-requisitos para o sucesso na sociedade. Insiste ainda na opinião sobre o próprio salário, nas diferenças de rendimento e na perceção dos conflitos entre os grupos sociais no país onde se realiza a inquirição.

A publicação do I.N.E. relacionada com “Orçamentos Familiares - Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011” e a edição de 2005/2006 é também uma boa fonte de informação, pois é possível avaliar a taxa de risco de pobreza por NUTS II e o Coeficiente de Gini também por NUTS II.

O “Anuário Estatístico da Região Norte”, publicação anual do I.N.E. (disponível em www.ine.pt), também poderá ser usada como fonte complementar, pois prevê, à escala de município, indicadores que podem ajudar a caracterizar as regiões portuguesas em termos de situação de pobreza e de exclusão social. Atenção deve ser dada aos capítulos de: rendimento e condições de vida; sociedade da informação; justiça; participação política.

Também os Recenseamentos Gerais à População e à Habitação permitem a recolha de variáveis que podem ajudar na análise da pobreza e que devem ser complementados com a publicação anual do I.N.E., intitulada “Indicadores Sociais”, para discutir a percentagem de população residente em risco de pobreza ou exclusão social (avaliada em 24,4% em 2011 -

dados disponíveis em 2013 pelo I.N.E.), a Taxa de Risco de Pobreza (60% da mediana), o Índice de Poder de Compra *per capita* por regiões e os Indicadores de Privação Material.

A taxa de privação material usada pelo I.N.E., alicerçada em nove *itens* representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias (I.N.E., 2012b), também pode ser considerada.

A leitura de alguns exemplos que avaliam a desigualdade espacial, e o desenvolvimento nalguns países europeus, que estão vertidos na obra coordenada por Kanbur e Venables (2005), também pode ajudar em qualquer investigação que seja realizada.

O estudo que está a ser realizado desde 2012 pelo Geógrafo João Ferrão, denominado “A Geografia da Crise”, que perspetiva a incidência da crise nas várias áreas do continente português. Em que medida a geografia da atual crise coincide com os habituais descritores dos grandes contrastes geográficos do Continente (Norte/Sul; Litoral/Interior; Urbano/Rural) (Ferrão, 2012).

Por último, a publicação do I.N.E, referente ao “Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio”, que já conta com, pelo menos, oito edições, constitui uma boa fonte para posicionar cada município e comparando-o com a média nacional em três indicadores (Indicador *per capita*, Percentagem de Poder de Compra e Fator Dinamismo Relativo). A única edição até ao momento, também por parte do I.N.E. do “Índice Sintético de Desenvolvimento Regional”, datada de 2009, deve também ser usada como complemento na investigação sobre a pobreza.

2.1.4-Bibliografia básica

No presente livro foi avançado um número alargado de livros que podiam ser usados pelos alunos e no presente *item* apresenta-se uma versão da bibliografia básica e complementar para o tema 1.

Agnew, J.A.; Duncan, J.S. (Eds.) (2011), *The Wiley-Blackwell companion to Human Geography*, Oxford, Blackwell Publishing.

Butler, T.; Watt, P. (2007), *Understanding social inequality*, London, Sage Publications.

Castree, N.; Fuller, D.; Lambert, D. (2007), “Geography without borders”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 32(2), pp. 129-132.

Chant, S.; Mellwaine, C. (2009), *Geographies of development in the 21st century: an introduction to the Global South*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited.

- Claval, P. (2006), *História da Geografia*, Colec. “Biblioteca 70”, 25, Lisboa, Edições 70.
- Costa, A.B. da (coord.) et al. (2008), *Um olhar sobre a pobreza – vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva.
- Helliwell, J.F.; Layard, R.; Sachs, J. (Eds.) (2015), *World Happiness Report 2015*, New York, Sustainable Development Solutions Network.
- Hubbard, P. (2005), “Social inequalities and spatial exclusions”, in Daniels et al. (Eds.) (2005), *An introduction to Human Geography: issues for the 21st century*, 2nd edition, Essex, Pearson Education Limited, pp. 246-264.
- Instituto Nacional de Estatística (2010), *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*, Lisboa.
- Moseley, W.G.; Lanegran, D.A.; Pandit, K. (2007), *The introductory reader in Human Geography: contemporary debates and classic writings*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Murray, W.E. (2006), *Geographies of Globalization*, Routledge Contemporary Human Geography Series, New York, Routledge.
- Pain, R. et al. (2001), *Introducing Social Geographies*, London, Ed. Hodder Arnold.
- Parente, P. (2003), “Evolução da Pobreza e da Desigualdade em Portugal no período 1995 a 1997”, *Revista de Estudos Demográficos*, 34, pp. 73-93.
- United Nations Development Programme (1995), “Defining and measuring Human Development”, in Ayres, R. (Ed.), *Development Studies: an introduction through selected readings*, Dartford, Greenwich University Press, pp. 21-34.

2.1.5-Bibliografia complementar

- Almeida, A.M. (2008), “O caso da Guarda”, in A.A. Monteiro; F.B. Ribeiro (Orgs.), *Redes Sociais: Experiências, políticas e perspectivas*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus e Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp. 21-31.
- Baud, P. et al. (2008), *Dictionnaire de Géographie*, 4^a ed., Paris, Hartier.
- Bezerra, F.S. (2012), “Utilização da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF nas doenças crônicas: uma revisão da literatura”, *FAECE Saúde*, 1(1), pp. 6-13.
- Carmo, H. (Coord.) (2001), *Problemas sociais contemporâneos*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, R.M. do (Org.) (2010), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

- Carvalho, S.H.M. (2011), *Barreiras multiformes e actividades desenvolvidas no Complexo de Lomar, em Braga – Contributos para a inclusão social*, Dissertação de Mestrado em Geografia, Área de Especialização em Planeamento e Gestão do Território, Guimarães, Universidade do Minho, 169 p.
- Castells, M. (2010), *The information age: Economy, society, and culture*, vol. III, End of Millennium, West Sussex, Wiley-Blackwell.
- Chossudovsky, M. (2003), *A globalização da pobreza e a nova ordem mundial*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Coelho, T.; Lúcio, J.M.R. (2011), “O combate à pobreza”, in Rodrigues, L.C. (Org.), *Manual de Cooperação para o Desenvolvimento*, Oeiras, INA, pp. 409-429.
- Costa, F.; Remoaldo, P.C. (2009), *Principais desafios que se colocam a Portugal e intervenções prioritárias no âmbito dos Oito Objectivos do Milénio*, Actas do XV Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Cabo Verde, pp. 2547-2561.
- Costa, J.T. (2002), *Sociedade portuguesa contemporânea*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Dallabrida, V.R. (Org.) (2011), *Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*, Rio de Janeiro, Garamond.
- Daniels et al. (Eds.) (2005), *An introduction to Human Geography: issues for the 21st century*, 2nd edition, Essex, Pearson Education Limited.
- Diogo, F. (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Lisboa, Celta Editora.
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011), *Glossário do Desenvolvimento Territorial. Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT)*, Lisboa.
- Edwards, M.E. (2007), *Regional and urban economics and economic development: Theory and methods*, New York, Auerbach Publications, Taylor & Francis Group.
- Erben, R. et al. (2000), “People empowerment vs. social capital. From health promotion to social marketing”, *Health Promotion Journal of Australia*, 9(3), pp. 179-182.
- EUROSTAT (2010), *Combating poverty and social exclusion. A statistical portrait of the European Union 2010*, Luxembourg.
- Fahmy, E. et al. (2011), “Poverty and place in Britain, 1968-99”, *Environment and Planning*, 43, pp. 594-617.
- Ferrão, J. (2012), *A Geografia da Crise*, Lisboa, I.C.S., 9 págs..
- Gaspar, J. (1981), “Portugal: uma Geografia em mudança (o levantar de uma questão)”, *Finisterra*, XVII(34), pp. 215-221.

- Giddens, A. (2005), *O mundo na era da globalização*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença.
- Grootaert, C. (2003), *On the Relationship between Empowerment, Social Capital and Community-Driven Development*, Working Paper, 33074, Banco Mundial.
- Gonçalves, C. (2003), “Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: Uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001”, *Revista de Estudos Demográficos*, 33, pp. 69-94.
- Gregory, D. et al. (Eds.) (2009), *The dictionary of Human Geography*, 5th edition, West Sussex, Wiley-Blackwell.
- Instituto Nacional de Estatística (2002), *Censos 2001 - Resultados definitivos*, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2003), *Censos 2001 – Antecedentes, metodologia e conceitos*, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2011), *Anuário Estatístico da Região Norte 2010*, Tema A – Estatísticas Multitemáticas, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2012a), *Censos 2001 – Resultados definitivos*, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2012b), *Orçamentos Familiares - Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011*, Lisboa.
- Johnston et al. (2000), *The dictionary of Human Geography*, 4th edition, New York, John Wiley & Sons.
- Kenyon, S.; Lyons, G.; Rafferty, J. (2002), "Transport and social exclusion: investigating the possibility of promoting inclusion through virtual mobility", *Journal of Transport Geography*, 10(3), pp. 207-219.
- Kitchin, R.; Thrift, N. (Eds.) (2009), *International Encyclopaedia of Human Geography*, 12 vols., Oxford, Elsevier.
- Landford, C. (2009), “Managing for sustainable tourism: a review of six cultural World Heritage Sites”, *Journal of Sustainable Tourism*, 17(1), pp. 53-70.
- Lima, M.A.M.; Frota, S.A. (2002), “O empowerment e a Teoria Organizacional: um incremento no quantum de poder?”, *Revista Eletrônica de Administração*, 1(3), 20 págs.
- Liu, Z. (2003), “Sustainable tourism development: A critique”, *Journal of Sustainable Tourism*, 11(6), pp. 459-475.
- Lúcio, J.M.R. (2007), “A relatividade do conceito de pobreza e as estratégias para a sua erradicação”, *GeoInova - Revista da Faculdade de Sociais e Humanas*, 19, pp. 79-98.
- Malheiros, J. (1994), “Tendências recentes na Geografia Social: o estudo dos grupos desfavorecidos”, *Inforgeo*, 7/8, pp. 115-128.
- Malheiros, J.M. (2009), *Ambiente social urbano - Programa da unidade curricular, NETURB – Núcleo de Estudos Urbanos, Centro de Estudos Geográficos – IGOT, Universidade de Lisboa.*

- Masson-Vincent, M. (2008), “Governance and Geography explaining the importance of regional planning to citizens, stakeholders in their living space”, *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 46, pp. 77-95.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2006), *Plano Nacional de Acção para a Inclusão: PNAI 2006-2008*, Lisboa.
- Monteiro, A.A.; Ribeiro, F.B. (Orgs.) (2008), *Redes Sociais: experiências, políticas e perspectivas*, V.N. de Famalicão, Edições Húmus e Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Nogué, J.; Romero, J. (Eds.) (2006), *Las Otras Geografías*, Valencia, Tirant Lo Blanch.
- Nogueira, H. (2007), *Os lugares e a Saúde – Uma abordagem da Geografia às variações em saúde na Área Metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 483 p..
- Nogueira, H. (2008), *Os Lugares e a Saúde. Investigação em Geografia da Saúde*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Nogueira, H.; Remoaldo, P.C. (2009), *Pobreza e risco de morte prematura na Área Metropolitana do Porto*, Disponível *on-line*, X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades desiguais e paradigmas em confronto, Silva, M.C. (Org.), Universidade do Minho e Associação Portuguesa de Sociologia, vol. 5, pp. 558-568.
- Nogueira, H.; Remoaldo, P.C. (2010), *Olhares geográficos sobre a saúde*, Lisboa, Edições Colibri.
- O.C.D.E. (2008), *Estudos Territoriais da OCDE., Portugal*, Lisboa, Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional.
- O.E.C.D. (2008), *Growing unequal? Income distribution and poverty in OECD countries*, Paris.
- O.E.C.D. (2009), *Society at a Glance 2009: OECD Social Indicators*, Paris.
- Pacione, M. (2009), *Urban Geography: a global perspective*, 3th edition, London, Routledge.
- Pain, R. (2003), “Social geography: on action orientated research”, *Progress in Human Geography*, 27(5) pp. 649–657.
- Peixoto, P.; Moreira, A. (2007), *Imaterial, Possível, Inevitável. A viagem de um projecto*, Lisboa, URB-África e UCCLA.
- Pereira, E.S.L. de F. *et al.* (2009), “Desenvolvimento de índices de caracterização do território para o estudo da pobreza rural em Portugal continental”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 21, pp. 7-35.
- Portes, A. (2000), “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, pp. 133-158.

- Presidência do Conselho de Ministros (2007), *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015*, Lisboa.
- Preston, J.; Rajé, F. (2007), “Accessibility, mobility and transport-related social exclusion”, *Journal of Transport Geography*, 15, pp. 151-160.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (2010), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*, Nova-Iorque.
- Remoaldo, P.C. et al. (2009), *Oito Maneiras de Mudar o Mundo – um Projecto de Educação para o Desenvolvimento*, Disponível on-line, Volume III (Ciências Sociais e Educação: Formação e Aprendizagens), X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades desiguais e paradigmas em confronto, Silva, M.C. (Org.), Universidade do Minho e Associação Portuguesa de Sociologia, vol. 3, pp. 1286-1293.
- Ribeiro, V.; Remoaldo, P.C. (2009), *O aumento da mobilidade individual e o agravamento da exclusão social nos territórios periféricos da cidade de Braga*, Volume III (Ciências Sociais e Educação: Formação e Aprendizagens), X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: Sociedades desiguais e paradigmas em confronto, Silva, M.C. (Org.), Universidade do Minho e Associação Portuguesa de Sociologia, pp. 456-464.
- Ribeiro, V. (2012), *Acessibilidade e mobilidade da população aos serviços de saúde: o caso do município de Braga*, Tese de Doutoramento em Geografia, Universidade do Minho, 409 págs.
- Sachs, J. (2005), *The end of poverty*, Nova Iorque, The Penguin Press.
- Salgueiro, T.B. (1991), “O mundo está cada vez mais pequeno. Reflexão sobre o espaço geográfico”, Atas do I Congresso da Geografia Portuguesa, Lisboa, Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 19-32.
- Santana, P. (2005), *Geografias da Saúde e do Desenvolvimento: evolução e tendências em Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Santos, A.A. (2005), *A globalização: um processo em desenvolvimento*, Col. “Pontos de Vista”, 3, Lisboa, Instituto Piaget.
- Sayer, A. (1993), “Postmodernist thought in Geography: a realist view”, *Antipode*, 25(4), pp. 320-344.
- Schaik, T. van (2002), *Social Capital in the European Values Study Surveys*, Country paper prepared for the OECD-ONS International Conference on Social Capital Measurement London, September 25-27.
- Scudder, T. (2010), *Global threats, Global Futures: living with declining living standards*, Massachusetts, Edward Elgar Publishing.

- Seers, D. (1995), “What are we trying to measure?”, in Ayres, Ron (Ed.), *Development Studies: an introduction through selected readings*, Dartford, Greenwich University Press, pp. 3-20.
- Silva, M. (2010), “Rendimento, pobreza e condições de vida – os diferentes olhares das estatísticas”, in Instituto Nacional de Estatística, *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal*, Lisboa, pp. 23-31.
- Silva, M.C.; Cardoso, A. (2005), “O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento”, in M.C. Silva, A.P. Marques; R. Cabecinhas (Orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais – Perspectivas teóricas e estudos de caso*, Núcleo de Estudos em Sociologia e Inovação à Leitura (com apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – F.C.T.), Braga, pp. 23-79.
- Silva, M.C. (2009), “Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica”, *Configurações – Revista de Sociologia*, 5-6, pp. 11-40.
- Smith, S. (2005), *Ending global poverty*, Nova Iorque, Palgrave MacMillan.
- United Nations (2009), *Rethinking Poverty: Report on the World Social Situation 2010*, New York, Department of Economics and Social Affairs.
- United Nations Development Programme (2006), *Human Development: Report 2006. Global partnership for development*, New York.
- United Nations Development Programme (2008), *Capacity Development: Empowering People and Institutions*, Annual Report. New York.
- Vallentine, G. (2001), *Social Geography: Space and Society*, Harlow, Prentice Hall.
- Veiga, C.V. da (2006), *As regras e as práticas. Factores organizacionais e transformações na política de reabilitação profissional das pessoas com deficiência*, Cadernos SNR, 20, Lisboa, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- Wolford, W. (2011), “Development. Part II”, in Agnew, J.A.; Duncan, J.S. (Eds.), *The Wiley-Blackwell companion to Human Geography*, Oxford, Blackwell Publishing, pp. 575-587.
- World Bank (2008), *Poverty data: a supplement to World Development Indicators 2008*, Washington.

2.1.6-Sítios a consultar

- <http://www.epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/> (Eurostat)
- <http://www.gep.msss.gov.pt/> (Gabinete de Estratégia e Planeamento)

<http://www.grameen-info.org/> (Grameen Bank)
<http://www.issp.org/page.php?pageId=4> (International Social Survey Programme)
<http://www.portugal.gov.pt> (Governo de Portugal)
<http://www.prb.org> (Population Reference Bureau)
<http://www.social.un.org/index/> (DESA – Social Policy and Development Division)
<http://www.un.org/millenniumgoals/> (End Poverty 2015)
<http://www.undp.org/content/undp/en/home.html> (United Nations Development Programme)
<http://www.unicef.pt> (Unicef Portugal)
<http://www.who.int/en/> (Organização Mundial de Saúde)
<http://www.worldbank.org> (Banco Mundial)

2.2-Tema 2 do programa - A (des)igualdade de género como uma questão social atual

2-O caminho para a igualdade de género como uma das questões sociais com maior atualidade

- 2.1-Sexo *versus* género e os desafios avançados pela O.N.U.
- 2.2-Principais desafios que se colocam a Portugal

2.2.1-Objetivos específicos a atingir

São delineados os seguintes objetivos que se apresentam aos alunos no início da lecionação do tema 2:

- distinguir os conceitos de “sexo” e de “género”;
- caracterizar a evolução do conceito de género e de igualdade de género e a sua importância para a Geografia e as restantes ciências sociais;
- determinar a sua importância no âmbito dos Oito Objetivos do Milénio avançados pela O.N.U.;
- aplicar as variáveis “sexo” e “género” na investigação;
- caracterizar, em termos territoriais, a desigualdade de género, no que diz respeito à violência e à saúde;

-avaliar quais têm sido as principais políticas empreendidas em Portugal e no resto da Europa;

-avaliar quais são os desafios e os resultados alcançados por Portugal.

2.2.2-Tópicos a desenvolver

-discussão sobre os conceitos de “sexo” e “género”;

-a perspetiva da escola feminista, desde Swain (1995) a Pritchard (2001), Chant e McIlwaine (2009) e Wright (2010) e o contributo da ciência geográfica;

-os dois conceitos na investigação científica;

-a importância do empoderamento das mulheres no âmbito dos Oito Objetivos do Milénio avançados pela O.N.U.;

-principais desigualdades territoriais em Portugal relativamente ao género no que concerne à violência doméstica e à saúde;

-as políticas públicas empreendidas em Portugal e no resto da Europa;

-os desafios e os resultados alcançados por Portugal.

2.2.3-Conteúdos a desenvolver em cada um dos *itens* do tema 2

2.2.3.1-Sexo *versus* género e os desafios avançados pela O.N.U.

A perspetiva da escola feminista e o contributo da ciência geográfica

A desigualdade de género, nas suas mais variadas vertentes, é outra das temáticas que tem estado presente nas obras internacionais que se debruçam, de forma mais lata, sobre a Geografia Humana, e mais especificamente, sobre as Geografias do Desenvolvimento. Em Portugal, a sua tímida investigação no seio da ciência geográfica, justifica a tentativa de colmatar este défice na presente unidade curricular.

Será que se deve insistir na distinção entre “sexo” e “género”? A resposta é, seguramente, positiva.

Nas transformações sociais inerentes ao processo de modernização das sociedades ocidentais, as relações sociais de género afiguram-se como centrais (Wall, Aboim e Cunha, 2010). Vivemos num mundo que está organizado tendo subjacente uma perspetiva de que as mulheres e os homens têm corpos diferentes, diferentes capacidades e diferentes necessidades

(Holmes, 2007). Desde os anos de 1970 que os sociólogos fazem uma distinção entre sexo (diferenças biológicas entre homens e mulheres) e género (diferenças socialmente produzidas entre ser feminina e ser masculino – Pritchard, 2001; Holmes, 2007). Estas questões foram pouco abordadas pela Sociologia clássica, nomeadamente, por Marx e Durkheim, mas tiveram um grande impulso a partir dos anos setenta do século XX.

O género deve ser entendido como uma categoria social que define a construção social e cultural da feminilidade e da masculinidade (Swain, 1995; Pritchard, 2001; Wall e Amâncio, 2007; Chant e Mellwaine, 2009). Constitui uma das formas de estratificação social e tem uma grande importância na hierarquia da sociedade em termos de saúde, poder e prestígio, gerando desigualdades na distribuição de recursos, benefícios e responsabilidades (Remoaldo e Nogueira, 2013). Não se trata apenas de um princípio basilar de organização e diferenciação social, *mas também de construção de determinadas visões do mundo e da própria individualidade* (Wall e Amâncio, 2007: 35).

O género é a base “(...) of both women’s subordination and potential change toward equality between women and men”, como foi mencionado por Eisenstein, em 1983 (citada por Swain, 1995: 247).

É por demais evidente que o género constitui um alicerce quer da organização quer da diferenciação social, da construção da visão do mundo e da própria individualidade. Não decorre da natureza biológica do sexo, mas centra-se nas diferenças socialmente construídas entre o feminino e o masculino (Aboim, 2007).

A influência do pensamento de Simone de Beauvoir (1949), através da obra *Le Deuxième Sexe* (1949), traduzida em 1972 para inglês, serve de alicerce para compreender as desigualdades de género. De acordo com a sua perspectiva, não é a natureza, mas sim a sociedade ou a "cultura" que fazem as mulheres (e os homens). Os papéis de género são, assim, determinados pelo contexto económico, sociocultural e político e são afetados por vários fatores, tais como a idade, a raça, a classe social e a etnia.

Nos anos de 1950 e início dos anos de 1960, o Funcionalismo contribuiu para a concretização de estudos das diferenças entre mulheres e homens como socialmente construídos, apesar de se centrar nas diferenças dos papéis sexuais. A partir dos anos de 1970 surge outro tipo de estudos e assiste-se, à escala mundial, à proliferação de departamentos nas universidades dedicados aos estudos das mulheres.

A abordagem feminista (que coloca as mulheres no centro da sua atenção) tem sido muito importante, pois os movimentos feministas dos anos de 1970 geraram novas interpretações de experiências das mulheres e contribuíram para o seu empoderamento. Os principais focos da

pesquisa realizada foram o sistema de identidades culturais e as relações sociais entre mulheres e homens (Swain, 1995).

Muitas sociedades estão estruturadas na distinção entre as esferas privadas e as públicas da vida social, onde o privado está associado às mulheres e o público aos homens (Parasecoli, 2010). É neste contexto que acontece a importância atribuída às atividades públicas masculinas e a desvalorização das atividades públicas femininas e das atividades domésticas masculinas, assumindo o modelo de uma sociedade patriarcal.

As mulheres estão socialmente limitadas ao modo de atuação mais racional/material e local. Este modo de atuação inclui o corpo e o seu ambiente imediato. Dos homens espera-se que atuem num nível mais abstrato, que resulta num maior campo de atuação, incluindo o político.

Até ao momento, é possível identificar três vagas do movimento feminista. A primeira vaga do século XIX, que em termos de políticas reivindicava a inclusão das mulheres na esfera pública (reivindicação da possibilidade de voto e da entrada na universidade e no mundo do trabalho). A segunda vaga que se iniciou no fim dos anos de 1960 e que perdurou até ao início dos anos de 1980, aparece com uma agenda mais revolucionária. Esta segunda vaga trouxe para a agenda política novos problemas. As mulheres argumentavam que deveriam ser tratadas como indivíduos que têm direito a uma igual educação, oportunidades de emprego e salários como os homens (Holmes, 2007). As reivindicações deste período podem ser sumarizadas em: igual salário e iguais oportunidades de educação e oportunidades iguais, apoio à educação dos filhos, acesso gratuito à contraceção e ao aborto. A terceira vaga iniciou-se nos anos de 1980.

As políticas feministas têm sido encetadas como uma tentativa para ultrapassar as desigualdades de género que penalizam as mulheres (Holmes, 2007).

A Geografia Feminista tem muitos pontos em comum com uma visão política para a igualdade de género, através de uma variedade de espaços e lugares. No pensamento (pós)moderno geográfico, sobressai a influência de Swain (1995), Pritchard e Morgan (2000), Pritchard (2001), e as perspetivas de Longhurst e Johnston (2005), Chant e Mellwaine (2009) e Wright (2010). De acordo com Wright (2010: 820), *emotion, power and change* sintetiza o que deve ser abordado nas Geografias Feministas.

A importância do género na Geografia pode ser também constatada pelo dinamismo da Comissão de Género e Geografia, no seio da União Geográfica Internacional, que agrega cerca de 600 Geógrafos distribuídos por 60 países. Os trabalhos dos membros desta comissão têm sido publicados em várias revistas internacionais, como, por exemplo, a *Progress in Human Geography* (desde os anos de 1980). Foi apenas em 1988 que foi constituído um Grupo de

Estudo de Geografia e Género no seio da União Geográfica Internacional, que em 1992 passou a Comissão e atualmente detém a designação de Género e Geografia.

No caso do mundo anglo-saxónico, a Geografia despertou para a abordagem do género nos anos de 1970. Em Portugal, a sua aparição aconteceu nos anos oitenta do mesmo século. Isabel Margarida André é uma das geógrafas que lhe deu um importante contributo.

A introdução do género na geografia portuguesa foi realizada por André (1990) na sequência de novos enfoques que surgiram a partir dos anos oitenta do século XX. Esta geógrafa chama a atenção para a organização social e territorial *que engloba diferenças consideráveis entre homens e mulheres e que as relações entre ambos são um elemento estruturador importante da sociedade, não devendo ser entendidos apenas nas vertentes da privacidade, da intimidade ou da afectividade* (André, 1990: 334).

Tal como aconteceu noutras temáticas da ciência geográfica, este enfoque ocorreu mais tardiamente do que noutras ciências sociais (Ferret, 2006). A sua aparição é expressão do movimento feminista e da incorporação das questões relacionadas com as mulheres na agenda pública. Importa não olvidar o papel das Nações Unidas, que, em 1957, proclamou o Ano Internacional da Mulher, e, mais tarde, a Década da Mulher (1975-1985 – Ferret, 2006). Nos anos subsequentes ocorreram Conferências Mundiais sobre as Mulheres, tais como a do México, em 1975, a de Copenhaga em 1980, a de Nairobi em 1990 e a de Pequim em 1995.

Na perspetiva de Remoaldo e Nogueira (2013), nas últimas décadas foi visível o esforço à escala mundial no sentido da igualdade de género, estando este esforço presente no Objetivo 3 dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (O.D.M.), sendo a igualdade de género considerada a chave para alcançar os outros sete O.D.M.. Mas, apesar do esforço, ainda está longe de ser alcançada uma verdadeira igualdade de género e tal repercute-se no Objetivo 5, relacionado com a mortalidade materna. Esta desigualdade é real, por exemplo, no domínio da saúde, de que o indicador “Esperança de vida à nascença” é um bom exemplo. Este indicador, expressa, de forma rigorosa e sintética, as condições de saúde das populações em cada momento (Oliveira e Mendes, 2010).

Na realidade, continuam a ser gritantes as variações na mortalidade entre países com diferentes níveis de desenvolvimento e uma criança do sexo feminino que nasça na Suécia viverá, em média, mais 43 anos do que outra nascida na Serra Leoa (Remoaldo e Nogueira, 2013). O exercício da maternidade é um importante fator explicativo das diferenças encontradas entre países, já que a mortalidade materna (que ocorre no decurso da gravidez, do parto e do pós-parto) ocorre em 99% dos casos nos países menos desenvolvidos.

O exercício da maternidade é determinado pela posição que a mulher ocupa na hierarquia social do território onde habita. *Isto significa que uma mulher que viva num território onde tenha baixo poder de decisão no seio da família e onde as crenças e as tradições se encontrem ainda bastante enraizadas, viverá (...) menos tempo do que um homem e manifestará quadros de morbilidade que lhe condicionarão a vivência plena e saudável do menor número de anos a que está habilitada. Mais cedo irá ter filhos, o que poderá afetar a sua saúde e a da criança que venha a nascer, correndo mais riscos no decurso da gravidez, no parto e no pós-parto* (Remoaldo e Nogueira, 2013: 15).

Têm sido várias as conquistas femininas em saúde, sobretudo nos países mais desenvolvidos, mas continuam a ocorrer variações territoriais dentro de cada país, além das variações entre países. Na realidade, o género é uma das determinantes sociais que durante muito tempo foi pouco considerada nas políticas de saúde (Remoaldo e Nogueira, 2013).

A desigualdade de género provoca danos na saúde física e mental de milhões de raparigas e mulheres por todo o mundo, devido aos vários benefícios tangíveis concedidos aos homens por meio de recursos, poder, autoridade e controlo (Sen *et al.*, 2007, *in* Remoaldo e Nogueira, 2013). Como salientou recentemente o I.N.E. (2012), as mulheres são em maior número e revelam uma maior longevidade. Cada vez se casam e são mães mais tarde. Apesar de se terem processado algumas mudanças no papel social do pai da criança e no seu acompanhamento, continuam a ser as mulheres a assegurar a maioria das licenças de acompanhamento parental. Também no que concerne ao risco de pobreza este é superior para as mulheres e continuam a ser elas os maiores prestadores de cuidados à família. As mulheres vítimas (de crime contra as pessoas) são em cada vez maior número. Estão, não obstante, em maioria no ensino secundário e superior. Inseriram-se no mercado de trabalho, mas apresentam taxas de desemprego mais elevadas.

As variáveis “sexo” e “género” na investigação

Como podem as variáveis “sexo” e “género” ser contempladas na investigação? Para responder a esta questão torna-se necessário, no caso do sexo, analisar artigos internacionais e nacionais onde a componente empírica, por exemplo, centrada na realização de inquéritos por questionário ou por entrevista, permite fazer uma breve caracterização da amostra usando as características sociodemográficas dos inquiridos (sexo, idade, nível de instrução, profissão, rendimento, freguesia e município de residência). Não obstante, na literatura internacional (de

língua inglesa) é usado o termo “gender”, nas investigações realizadas, mesmo quando os autores se estão a reportar ao sexo dos respondentes de um inquérito.

O género é uma variável explicativa na avaliação de perceções e de comportamentos e faz sentido na abordagem de aspetos sociais e ligados ao território. Pode ser dado o exemplo da sua utilização na Geografia Social e Cultural, na Geografia da Saúde e na Geografia do Turismo. Normalmente, esta variável é usada na investigação e em interação com outras variáveis, tais como a idade, o nível de instrução e a componente territorial permitindo, uma análise analítica bivariada ou multivariada.

Por outro lado, o género masculino não pode ser olvidado, tendo sido poucos os estudos concretizados em Portugal, até ao momento, sobre, por exemplo, a masculinidade e o despertar a nível internacional sobre as mutações no modelo de masculinidade tradicional (Wall, Aboim e Cunha, 2010). Em que regiões portuguesas o modelo tradicional tem aberto mais fraturas? E haverá diferenças em termos dos espaços urbanos e espaços rurais?

Que indicadores podem ser usados para avaliar a desigualdade de género? Batista (2010) fez recentemente uma proposta de dimensões e de indicadores para serem usados, utilizando uma escala de medição dos quatro índices que considerou. Nas dimensões foram consideradas: a oportunidade e participação económica; as qualificações educacionais; a saúde e sobrevivência; o empoderamento político; o código familiar; a integridade física; a preferência por filhos de sexo masculino; as liberdades civis; os direitos de propriedade; a participação política e tomada de decisões; a participação económica e tomada de decisões; o poder sobre recursos económicos; a vida longa e saudável; o conhecimento; e o padrão de vida decente. Em cada uma das dimensões foram usados, pelo menos, dois indicadores.

2.2.3.2-Os desafios avançados pela O.N.U.

Na senda do que foi mencionado no tema 1 desta obra sobre os Oito Objetivos do Milénio, é importante não olvidar que estes perpassam os mais importantes domínios do foro social e de saúde e que têm subjacente uma forte componente económica e também política.

Importa agora centrar a atenção no Objetivo 3 - Promover a igualdade de género e a autonomia da mulher usando alguns factos existentes em 1990 e o que se pretende(ia) atingir até 2015. No âmbito deste Objetivo foi equacionada a Meta nº 4 do Objetivo 3 - Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar, até 2015. Em 2013 a perceção sobre o que foi conseguido era a seguinte no seio da

Meta 3.A - Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, preferencialmente até 2005, e em todos os graus de ensino no máximo até 2015. A paridade entre sexos estava quase a ser atingida a nível do ensino primário, mas somente em dois num conjunto de 130 países atingiram essa meta em todos os níveis do ensino. Desde 31 de Janeiro de 2013, a quota média de membros femininos nos parlamentos mundiais tem-se mantido pouco superior a 20%. *Assistiu-se a progressos constantes no sentido de promover a igualdade de acesso de raparigas e rapazes à educação, mas são necessárias ações mais específicas em muitas regiões* (Nações Unidas, 2013: 18). Estas ações dizem respeito ao Norte de África, à África Subsariana e à Ásia Ocidental onde continuam a existir barreiras importantes no que concerne ao acesso das raparigas à educação (Nações Unidas, 2013).

As disparidades entre os sexos tornam-se mais acentuadas nos níveis de ensino mais elevados, mas as raparigas nem sempre estão em desvantagem (Nações Unidas, 2013: 18) sobressaindo o mais elevado número de mulheres matriculadas no ensino superior na América Latina e Caraíbas, no Cáucaso e Ásia Central, no Norte de África e no Sudeste Asiático.

Os principais factos associados à situação vivida à escala mundial em 1990 eram os seguintes: dois terços dos analfabetos no mundo eram mulheres e 80% dos refugiados eram mulheres e crianças. Em muitos países, era reconhecido que as mulheres não tinham direito à herança do marido, ficando desamparadas quando ele morria, não tendo direito de voto nem de se associar nem de escolher o marido.

De acordo com as Nações Unidas (*United Nations Development Programme, 2005a*), a violência é um grave problema de saúde pública e as consequências que lhe estão associadas são devastadoras para a saúde e para o bem-estar de quem a sofre. Está associada à pobreza, a baixos níveis de instrução e a desigualdades de género.

O que se deve considerar na violência contra as mulheres? A violência física, a violência sexual e a violência emocional (humilhação). As mulheres que são vítimas de violência doméstica configuram uma grave violação dos direitos humanos, tal como foi definida na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, da Organização das Nações Unidas (O.N.U.), em 1995, onde se considerou que a violência contra as mulheres é um obstáculo à concretização dos objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz, e viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais (Resolução do Conselho de Ministros nº 100/2010, D.R. nº 243, Série I, de 17 de Dezembro, p. 5763).

A violência é um dos obstáculos ao desenvolvimento económico e social e de acordo com o *United Nations Development Programme (2005a)* uma em cada cinco mulheres enfrenta durante a sua vida um qualquer tipo de violência.

A entrada maciça da mulher em esferas públicas tradicionalmente masculinas, tais como o sistema de ensino e o mercado de trabalho, é uma das principais alterações operadas em Portugal desde os anos 60 do século XX. Mas tal não se refletiu em maiores oportunidades nem em maiores recompensas nem numa idêntica entrada dos homens no domínio privado, da produção doméstica e parental. Apesar da sua crescente participação no domínio privado, as mulheres continuam a deter a primazia (Aboim, 2007).

O Banco Mundial tem sido um dos organismos que mais tem insistido na situação das mulheres sobretudo nos países menos desenvolvidos, aconselhando os vários Governos a investirem mais nas mulheres, pois além de ser relevante, em termos sociais, e reduzir a desigualdade entre os sexos, o investimento neste domínio é crucial para o desenvolvimento económico (Chossudovsky, 2003). Por este motivo o Banco Mundial tem avançado com medidas para a concretização da igualdade de géneros como o *Women in Development Program* (W.I.D.). Neste programa sobressai a implementação nos espaços rurais de programas de microcrédito, a implementação de bolsas de estudo ou subsídios a raparigas (*Letting Girls Learn*) no sentido de financiar a educação primária e secundária, bem como o direito da mulher à Saúde Reprodutiva (Chossudovsky, 2003).

2.2.3.3-Principais desafios que se colocam a Portugal

As políticas públicas desenvolvidas

As políticas europeias tiveram eco no governo Português, que assumiu, nos últimos anos, como relevante, a igualdade entre homens e mulheres. A definição do Conselho da Europa para *Mainstreaming* de Género define a estratégia para alcançar a igualdade de género *através da promoção de iguais condições e estatutos a homens e mulheres, em termos de (con)vivência em sociedade e vida quotidiana, o que se traduz num modus operandi transversal a todos os domínios políticos, integrando a perspetiva de género em todas as políticas e práticas sociais.* (<http://www.igualdade.gov.pt> – acedido em 23/02/2013).

Por outro lado, a (...) *igualdade de género assenta no pressuposto que todos os seres humanos são livres para fazerem escolhas e desenvolver as suas capacidades pessoais, sem as limitações estabelecidas pelos papéis de género socialmente estereotipados. Desta forma, os diferentes comportamentos, objectivos e necessidades de mulheres e homens devem ser considerados e, igualmente valorizados* (<http://www.igualdade.gov.pt> – acedido em 15/03/2011).

Em Portugal, foi a partir da década de 1980, quando se identificou a violência doméstica como um problema, que este tipo de violência passou a ser estudado e foram tomadas medidas de política social (Alvim, s.d.). A violência doméstica deve ser encarada como uma das grandes contradições da família contemporânea, pois este tipo de família assume a realização pessoal dos seus membros, a igualdade de oportunidades e elevados níveis de comunicação (Alvim, s.d.). A Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Judiciária são as três autoridades que recebem as queixas e denúncias de crime de violência doméstica. Os distritos do Porto, Braga e Lisboa têm-se destacado no número de denúncias registadas.

De acordo com Pais (1996), enquanto as mulheres são geralmente vítimas de violência psicológica, física e sexual, os homens são geralmente vítimas de violência psicológica associada ao abandono. De acordo com Lourenço, Lisboa e Pais (1997), citados por Alvim (s.d.) é nos espaços periurbanos (56,3%) e urbanos (55,4%) que ocorre uma maior percentagem de mulheres vítimas de violência.

Algumas das campanhas desenvolvidas até ao momento (*e.g.*, www.amorverdadeiro.com.pt, que se debruçou sobre a violência no namoro e a campanha Coração Azul contra o Tráfico Humano) analisando, por exemplo, o Portal para a Igualdade e os vários Planos Nacionais de Luta Contra a Violência Doméstica (III Plano, de 2007 a 2010, IV Plano, de 2011 a 2013, e V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género, de 2014 a 2017) encetados pelo Governo português, permitem concluir que têm sido conseguidos vários avanços, ainda que de forma lenta. Neste domínio, importa destacar, das cinquenta medidas constantes do IV Plano a promoção do envolvimento dos municípios na prevenção e combate à violência doméstica, o desenvolvimento de ações para a promoção de novas masculinidades e novas feminilidades, a distinção e divulgação de boas práticas empresariais no combate à violência doméstica, a implementação de rastreio nacional de violência doméstica junto de mulheres grávidas e a criação do mapa de risco georreferenciado do percurso das vítimas.

Breve retrato português em termos da (des)igualdade de género

Que conquistas foram conseguidas em termos de igualdade de género e o esforço que deve continuar a ser trilhado?

A entrada maciça da mulher em esferas tradicionalmente masculinas, como o mercado de trabalho e o sistema de ensino, foi determinante para as mudanças ocorridas em Portugal, que são anteriores ao próprio 25 de Abril de 1974, remontando à década de 1960. Na realidade, a

guerra colonial, assim como a emigração dos homens foram fatores determinantes para a entrada das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo na agricultura e nos serviços (Wall, Aboim e Cunha, 2010).

Até há cerca de cinquenta anos, a sociedade portuguesa era rural, pobre, iletrada e a desigualdade de género era muito visível. Era nítida a diferenciação de género, quer na vida social quer na vida familiar, exprimindo-se nas funções muito distintas da mulher (sobretudo dona-de-casa, já que apenas 13,1% das mulheres estavam oficialmente no mercado de trabalho) e do homem (provedor da família e seu ganha-pão - Wall, Aboim e Cunha, 2010: 39).

A entrada no mercado de trabalho na década de 1960, que se acelerou depois de 1974, contribuiu para que Portugal seja atualmente um dos países europeus com maior número de mulheres ativas a trabalhar a tempo inteiro, destriçando-se do modelo existente nos restantes países do sul da Europa (consultar o *European Labour Survey* - Eurostat). Este modelo foi-se construindo à custa das redes de cooperação familiar (apoio por parte das avós, tias ou outras familiares), que substituíram os serviços públicos de ação social (André, 2005).

O novo modelo, mais igualitário, de homens e mulheres que trabalham a tempo inteiro (modelo igualitário de “duplo emprego”) tem contribuído para uma reconstrução do seu lugar no domínio da vida privada (Wall, Aboim e Cunha, 2010). Contudo, não é este o modelo que ocorre noutros países europeus (*e.g.*, Holanda, Alemanha, Bélgica e Inglaterra), onde as mulheres reduzem o horário de trabalho (trabalho a tempo parcial) e continuam a assumir a maioria das responsabilidades domésticas e parentais.

Enquanto nos anos de 1960 eram maioritariamente as mulheres jovens e solteiras que trabalhavam, a partir dos anos de 1970 passou a incluir-se mulheres mais velhas, casadas e com filhos. Mesmo assim, as conquistas femininas da esfera pública não se refletiram nem em igualdade de oportunidades e recompensas (remunerações com o mesmo nível de qualificações do que os homens, lugares do topo na carreira profissional, proporção em cargos públicos e políticos) nem numa igual entrada do homem na esfera privada (Wall, Aboim e Cunha, 2010).

O perfil educativo feminino atual caracteriza-se por uma polarização: uma percentagem mais elevada de mulheres sem qualquer nível de escolaridade completo; e uma mais elevada percentagem das mulheres no que diz respeito ao nível de escolaridade superior (I.N.E., 2012). Também as mulheres têm revelado uma taxa de abandono precoce de educação e formação abaixo da encontrada para o geral da população e um desempenho mais positivo na taxa de escolaridade no nível de ensino secundário, quando comparadas com o total da população (I.N.E., 2012). Atualmente as mulheres predominam em todas as regiões de Portugal a partir do

ensino secundário e em níveis mais elevados de ensino. Nas principais áreas urbanas, são muito similares os perfis educativos dos homens e das mulheres (André, 2005).

A Constituição de 1976 definiu um cenário de igualdade entre homens e mulheres e o *desenvolvimento dos serviços sociais alargou as oportunidades de emprego para as mulheres, não só por incrementar a procura de trabalho feminino, mas também porque estes serviços, com um padrão geográfico bastante desconcentrado, permitem aumentar a disponibilidade de tempo das mulheres, contribuindo, assim, para facilitar o seu percurso profissional* (André, 2005: 81).

O alargamento massivo do acesso ao ensino e o prolongamento da escolaridade obrigatória levou a um aumento significativo do número de professores do sexo feminino (André, 2005).

No que diz respeito às metas atingidas em Portugal no âmbito do Objetivo 3 dos O.D.M., estas são positivas em termos de educação das mulheres, usando o Segundo Relatório de Progresso 2011 das Metas de Desenvolvimento do Milénio (Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2011), assim como o Terceiro Relatório de Progresso 2012 (Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, 2012).

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (C.E.D.A.W.), e respetivo Protocolo Adicional, ratificada por Portugal em 1980, estabelece um conjunto de condutas que constituem atos discriminatórios contra as mulheres, bem como a agenda que deve orientar as ações nacionais de combate a tais discriminações.

A Estratégia Europeia de Combate à Violência contra as Mulheres, 2011-2015, visa a erradicação de todas as formas de violência sobre as mulheres no espaço da União Europeia. Também deve ser enaltecido o Projecto *Victims in Europe*, financiado pela Comissão Europeia.

Esta estratégia e este projeto encontram eco em Portugal no Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género. A sua intervenção opera-se na Educação, Investigação e Formação, assim como noutros domínios, como o da saúde, tentando, por exemplo, diminuir a feminização da pobreza, já que é superior o risco de pobreza nas mulheres, sobretudo nas mulheres idosas (I.N.E., 2012). O I.N.E. tem-se preocupado com esta questão da feminização da pobreza, usando uma taxa de privação material alicerçada em 9 *itens* representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias.

Nas últimas décadas, passaram a existir várias possibilidades de aferir a violência contra as mulheres, podendo ser usadas as estatísticas da Direcção-Geral da Política de Justiça (Ministério da Justiça), principalmente no que diz respeito à “violência doméstica contra cônjuge ou análogos”. A análise desta publicação pode ser complementada com a análise do Relatório Anual de Segurança Interna.

Está em elaboração o Sistema de Informação Geográfica das Estatísticas da Justiça e as estatísticas anuais da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (A.P.A.V.) têm permitido uma avaliação da Geografia do crime (diferenças distritais e municipais encontradas dos atos de violência).

A A.P.A.V. tem como missão apoiar as vítimas de crime, assim como as suas famílias e os seus amigos. Também contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima (A.P.A.V., 2012a). Normalmente, os estudos divulgados centram-se na caracterização do/a utente/vítima, do/a autor do crime e da vitimação.

De acordo com os vários relatórios publicados anualmente, é notório o aumento sustentado do número de ocorrências desde meados dos anos noventa do século XX. *Com um total de crimes superior ao ano de 2011 em cerca de 10%, é de assinalar que os crimes praticados no âmbito da Violência Doméstica, embora tendo aumentado em números absolutos, sofreram uma ligeira descida percentual face ao total de crimes, passando de 85% (15724) em 2011 para 83,6% (16970) em 2012* (A.P.A.V., 2013: 7). De acordo com a última publicação em 2015 e reportando-se ao ano de 2014, cifrou-se em 82,8% (A.P.A.V., 2015: 10).

Os maus tratos psíquicos representaram cerca de 36% das situações de violência doméstica no seu todo, seguindo-se os crimes de maus tratos físicos com 26,7% do total dos crimes desta categoria (A.P.A.V., 2013: 11). Em 2014 as percentagens cifraram-se em, respetivamente, 32,2% e 22,2% (A.P.A.V., 2015: 10).

No que diz respeito ao perfil da vítima, sobressai a mulher (81,1%), casada (36%), entre os 25 e os 54 anos (28,6%), com ensino superior (7%) ou sem qualquer nível de ensino (8,3%) (A.P.A.V., 2013: 15). Os dados traduzem-se em 6785 mulheres adultas vítimas de crime, 5669 mulheres vítimas de violência doméstica e em 646 homens vítimas de violência doméstica (A.P.A.V., 2013: 15). Há a registar que as mulheres com ensino superior cifraram-se em 25% no ano de 2014 (A.P.A.V., 2015: 10).

Quanto às crianças e jovens vítimas, ocorre uma média de 17 por semana (média 2,4 por dia), 139 pessoas por semana nas pessoas vítimas adultas (média de 19,9 por dia) e nas pessoas vítimas idosas, uma média de 15,5 por semana (média de 2,2 por dia) (A.P.A.V., 2013: 15).

Dos quinze Gabinetes de Apoio à Vítima existentes em Portugal, destacam-se, em termos de unidade orgânica de contacto, os de Lisboa (38,4%), do Porto (16,6%), de Ponta Delgada (5%), Cascais (4,8%), Coimbra (4,6%) e Vila Real (4,2% - A.P.A.V., 2013: 18). Em 2014 estes Gabinetes continuaram a ser os que registaram um maior número de contactos.

Importa ainda ressaltar para Portugal alguns factos da última década, tais como, o aumento da proporção de mulheres enquanto lesadas/ofendidas no crime registado contra as

pessoas, a diminuição enquanto reclusas, assim como o crescimento da proporção de mulheres no total de lesados/ofendidos em crimes contra o património (I.N.E., 2012).

2.2.4-Bibliografia básica

- Aboim, S. (2007), “Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus”, in Wall, K.; Amâncio, L. (Orgs.), *Família e género em Portugal e na Europa*, Col. “Atitudes Sociais dos Portugueses”, 7, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-91.
- André, I.M. (1990), “O género em Geografia. Introdução de um novo tema”, *Finisterra*, XXV(50), pp. 331-348.
- André, I.M. (2005), “Família e género”, in Medeiros, C.A. (Dir.), *Geografia de Portugal: sociedade, paisagens e cidades*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Autores, pp. 72-86.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010a), *Estatísticas APAV 2008: distribuição por Distrito/Região Autónoma*, Lisboa.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2013), *Estatísticas APAV. Relatório anual 2012*, Lisboa.
- APAV (2015), *Relatório estatístico APAV 2014*, Lisboa.
- Chant, S.; McIlwaine, C. (2009), *Geographies of development in the 21st century: an introduction to the Global South*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited.
- Ferret, M.P. (2006), “Sexo, Género y Lugar”, in Nogué, J; Romero, J. (Eds.), *Las Otras Geografías*, Valencia, Valencia, Tirant Lo Blanch, pp. 493-510.
- Holmes, M. (2007), *What is gender? Sociological approaches*, Los Angeles, Sage Publications.
- Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas no feminino: Ser mulher em Portugal 2001-2011*, Lisboa.
- Nações Unidas (2013), *Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento de Milénio 2013*, Nova York.
- United Nations Development Programme (2005a), *En route to Equality. A gender review of national MDG Reports 2005*, New York, Bureau of Development Policy.
- Wright, M. (2010), “Geography and gender: Feminism and a feeling of justice”, *Progress in Human Geography*, 34(6), pp. 818–827.

2.2.5-Bibliografia complementar

- Agnew, J.A.; Duncan, J.S. (Eds.) (2011), *The Wiley-Blackwell companion to Human Geography*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Almeida, A.N. de (2007), “Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina”, in Lains, P.; Ferreira, N.E. (Org.), *Portugal em Análise. Antologia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 363-392.
- Alvim, F. (s.d.), *Mulheres (In)Visíveis*, Relatório da Campanha Acabar com a Violência sobre as Mulheres, Amnistia Internacional. Portugal (disponível em http://www.amnistia-internacional.pt/dmdocuments/Relatorio_das_Mulheres.pdf).
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010b), *Relatório estatístico APAV 2009*, Lisboa.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011a), *Estatísticas APAV. Violência Doméstica: filhos que agriem os pais 2004-2010*, Lisboa.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2011b), *Estatísticas APAV 2010. Factos criminosos por distrito e regiões autónomas*, Lisboa.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2012a), *Estatísticas APAV. Relatório anual 2011*, Lisboa.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2012b), *Estatísticas APAV. Violência Doméstica 2011*, Lisboa.
- Batista, I. (2010), “As desigualdades de género em números. Reflexões metodológicas acerca da construção de índices”, in Carmo, R.M. do (Org.) (2010), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 215-227.
- Beauvoir, S. de (1949), *Le deuxième sexe*, 2 vols., Paris, Gallimard.
- Carmo, H. (Coord.) (2001), *Problemas sociais contemporâneos*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Carmo, R.M. do (Org.) (2010), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.
- Chossudovsky, M. (2003), *A globalização da pobreza e a nova ordem mundial*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (C.P.L.P.) (2011), *Metas de Desenvolvimento do Milénio – Segundo Relatório de Progresso 2011: Progresso, Oportunidades e Desafios* (disponível em http://www.mulherdhnetmz.com/index.php/publicacoes/cat_view/3-relatorios).
- Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (C.P.L.P.) (2012), *Metas de Desenvolvimento do Milénio – Terceiro Relatório de Progresso 2012: Progresso, Oportunidades*

e *Desafios* (disponível em http://www.mulherdhnetmz.com/index.php/publicacoes/cat_view/3-relatorios).

Direcção-Geral da Política de Justiça (2011), *Os números da justiça 2010*, Lisboa, Ministério da Justiça.

Direcção-Geral da Política de Justiça (2015), *Os números da justiça 2014*, Lisboa, Ministério da Justiça.

Direcção-Geral da Política de Justiça (2015), *Crimes registados pelas autoridades policiais em 2015*, Boletim de Informação Estatística, 39, 2 p.

Duarte, V.M. (2002), “Violência conjugal: o pacto de silêncio. Uma reflexão sociológica sobre o impacto da legislação penal portuguesa no crime de violência conjugal”, *Sociedade e Cultura Cadernos do Noroeste*, 4, Série Sociologia, 18(1-2), pp. 229-244.

Instituto Nacional de Estatística (2002), *Homens e Mulheres em Portugal nos anos 90*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2006), *Homens e Mulheres em Portugal 2006*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2010), *Homens e Mulheres em Portugal*, Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas no feminino: Ser mulher em Portugal 2001-2011*, Lisboa.

Kitchin, R.; Thrift, N. (Eds.) (2009), *International Encyclopaedia of Human Geography*, 12 vols., Oxford, Elsevier.

Longhurst, R.; Johnston, L. (2005), “Changing bodies, spaces, places and politics: Feminist geography at the University of Waikato”, *New Zealand Geographer*, 61, pp. 94-101.

Mendes, R.B.V. (2007), *Gender wage inequality in the Portuguese labor market*, Tese de Doutoramento em Ciências Económicas, Universidade do Minho, 143 págs..

Nogué, J.; Romero, J. (Eds.) (2006), *Las Otras Geografías*, Valencia, Tirant Lo Blanch.

Oliveira, I.T. de; Mendes, M.F. (2010), “A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres: Portugal de 1940 a 2007”, *Análise Social*, XLV(194), pp. 115-138.

Pain, R. et al. (2001), *Introducing Social Geographies*, London, Ed. Hodder Arnold.

Pais, E. (1996), *Rupturas violentas da conjugalidade: os contextos do homicídio conjugal*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, 195 págs..

Parasecoli, F. (2010), “The gender of geographical indications: Women, place, and the marketing of identities”, *Cultural Studies - Critical Methodologies*, 10(6), pp. 467-478.

Peace, R.; Longhurst, R.; Johnston, L. (1997), “Producing Feminist Geography ‘Down Under’”, *Gender, Place and Culture*, 4(1), pp. 115-119.

- Pritchard, A.; Morgan, N. (2000), “Constructing tourism landscapes – gender, sexuality and space”, *Tourism Geographies*, 2(2), pp. 115-139.
- Pritchard, A. (2001), “Tourism and representation: a scale for measuring gendered portrayals”, *Leisure Studies*, 20(2), pp. 79-94.
- Remoaldo, P.C.; Nogueira, H. (Orgs.) (2013), *Desigualdades socioterritoriais e comportamentos em saúde*, Lisboa, Edições Colibri.
- Silva, M.C. (2008), “Desigualdades de género: esboço por um mapa pró-teórico”, *Configurações – Revista de Sociologia*, 4, pp. 65-89.
- Swain, M. (1995), “Gender in Tourism”, *Annals of Tourism Research*, 22(2), pp. 247-266.
- United Nations Development Programme (2005b), *Investing in Development: a practical plan to achieve the Millennium Development Goals*, London, Earthscan.
- Vieira, C.M.C. (2007), *Educação familiar. Estratégias para a promoção da igualdade de género*, Col. Mudar as Atitudes, 15, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Wall; K.; Amâncio, L. (2007), *Família e género em Portugal e na Europa*, Col. “Atitudes Sociais dos Portugueses”, 7, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Wall; K.; Aboim, S.; Cunha, V. (2010), *A vida familiar no masculino*, Col. “Estudos”, 6, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

2.2.6-Sítios a consultar

<http://www.igualdade.gov.pt/> (Portal para a Igualdade)

<http://www.igualdade.gov.pt/index.php/pt/menu-legislacao/planos-nacionais/587-iv-plano-nacional-contra-a-violencia-domestica-2011-2013> (Aprova o IV Plano Nacional para a Igualdade - Género, Cidadania e não Discriminação, 2011-2013)

<http://www.igugender.socsci.uva.nl/> (Site da Commission on Gender and Geography da I.G.U.)

<http://www.mdgender.net/goals/> (United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women)

<http://www.un.org/millenniumgoals> (Site sobre os Oito Objectivos do Milénio)

<http://www.who.int/gender/> (Gender, Women and Health – da Organização Mundial de Saúde)

2.3-Tema 3 do programa – As novas conjugalidades e modelos familiares

3-As novas conjugalidades e modelos familiares

3.1-A família contemporânea

3.2-A pressão social

3.3-As desigualdades territoriais mais relevantes

2.3.1-Objetivos específicos a atingir

São os seguintes os objetivos enunciados no contexto do tema 3:

- distinguir a família contemporânea da família tradicional;
- caracterizar a família contemporânea;
- avaliar a pressão social que persiste inerente aos modelos familiares atuais;
- avaliar as políticas públicas a favor da família implementadas em Portugal;
- caracterizar as principais desigualdades territoriais existentes em Portugal;
- discutir a forma como pode ser investigada a família contemporânea.

2.3.2-Tópicos a desenvolver

- os conceitos de família tradicional e de família contemporânea;
- as mudanças familiares na perspetiva de Castells (2010) e de Giddens (2005);
- a pressão social inerente aos modelos familiares atuais;
- as principais desigualdades territoriais existentes em Portugal;
- o que pode ser investigado sobre a família contemporânea.

2.3.3-Conteúdos a desenvolver em cada um dos *itens* do tema 3

2.3.3.1-A família contemporânea

Conceito de família tradicional e de família contemporânea

O tema 3 elenca, sobretudo, no tema 2, já que as alterações ocorridas ao abrigo da modernização conduziram ao progressivo abandono dos papéis tradicionais a favor da igualdade de género, e esta última tem sido relevante na compreensão das mutações familiares que têm ocorrido. Na realidade, *a desigualdade entre homens e mulheres era um factor intrínseco da*

família tradicional (Giddens, 2005: 59). A família tradicional assumia-se como uma unidade económica e, sem negar a existência de afetos, a transmissão da propriedade era o principal motivo do casamento. Por outro lado, a abordagem do tema 3 justifica-se porque a questão demográfica tem constituído um fator decisivo da situação atual de crise económica e social.

As mudanças mais significativas e que afetam a nossa vida pessoal dizem respeito à sexualidade, às relações matrimoniais e familiares, ao casamento e à família. Em grande parte dos países a igualdade sexual, a regulação da sexualidade e o futuro da família têm estado na ordem do dia (Giddens, 2005). As discussões e tendências são similares um pouco por todo o mundo, variando apenas de grau e de acordo com o contexto cultural em que ocorrem (Giddens, 2005).

O novo mundo tem ganhado forma desde o fim do primeiro milénio com base em três processos: a revolução das tecnologias de informação; a crise económica do capitalismo e dos sistemas socialistas estatistas; o crescimento de movimentos sociais e culturais (*e.g.*, direitos humanos, feminismo, ambientalismo). A interação entre estes três processos bem como as reações causadas, acabaram por conduzir a um mundo interdependente (Castells, 2010).

As condições para a emergência de uma nova sociedade têm que ser procuradas entre finais dos anos sessenta e meados dos anos setenta do século XX nas transformações estruturais ocorridas nas relações de produção, nas relações de poder e nas relações de experiência. Estas transformações conduziram a uma mudança significativa das formas sociais do espaço e do tempo, emergindo uma nova sociedade (Castells, 2010).

Tal como já foi mencionado no tema 2 da presente obra, a desigualdade entre homens e mulheres é um dos elementos caracterizadores da família tradicional, onde as mulheres eram (são) objeto de dominação dos maridos ou dos pais (Giddens, 2005). Sendo assim, a interpretação da desigualdade entre os homens e as mulheres *reside na organização das sociedades patriarcais, assentes na lei paternal e sendo a família a sua célula-base* (Carmo, 2001: 286).

Enquanto até aos anos cinquenta do século XX a vida sexual se relacionava com a vida matrimonial e a legitimidade, hoje em dia pode ter muito poucas ou nenhuma relações com as mesmas (Giddens, 2005). *Pela primeira vez, a sexualidade é algo que se pode descobrir, moldar, alterar* (Giddens, 2005: 61). De facto, a família-padrão dos anos cinquenta era a de uma mulher e de um homem casados, a residir com os seus filhos, sendo a mulher dona de casa e o homem, chefe de família, o elemento que tentava ganhar o sustento de toda a família. Nos nossos dias, só uma minoria vive desta forma, ou seja, assistiu-se ao enfraquecimento do papel tradicional da família (Casimiro, 2003; Giddens, 2005). De acordo com vários estudos realizados

nos Estados Unidos e na Europa, são em número minoritário as pessoas que reivindicam o regresso dos papéis tradicionais do homem e da mulher (Giddens, 2005).

O conceito de família tradicional sempre registou diferenças assinaláveis entre países, podendo ser dado o exemplo de uma família da Ásia e de uma família da Europa Ocidental (Giddens, 2005).

Neste contexto, podem ser avançadas as seguintes questões: *Quais são as mais importantes forças promotoras da democracia e do desenvolvimento económico nos países mais pobres? Trata-se, nem mais nem menos, da igualdade e da educação das mulheres. E o que é que tem de mudar para as tornar possíveis? No fundo, é a família tradicional* (Giddens, 2005: 68).

O conceito de família tem estado sempre presente ao longo dos vários Recenseamentos Gerais da População realizados em Portugal, em moldes modernos, desde 1864, embora fosse, até 1930, relativamente confundido com o conceito de fogo.

Para fins estatísticos e de acordo com o I.N.E., o conceito de família compreende as famílias clássicas e as famílias institucionais (I.N.E., 2012). O conceito de família clássica *corresponde ao conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento* (I.N.E., 2012: 547).

As abordagens dos valores da vida familiar e as suas representações sociais só muito recentemente tiveram em consideração a importância do género, sendo a filiação religiosa ou a pertença geracional as coordenadas principais de diferenciação social (Wall e Amâncio, 2007).

Apenas nas últimas décadas foi possível conhecer o perfil da família Portuguesa, a partir do primeiro inquérito extensivo realizado sobre as famílias em Portugal, subjacente ao projeto “Famílias no Portugal Contemporâneo”, que decorreu de 1997 a 2005 e foi desenvolvido pelo C.I.E.S. e pelo I.C.S./U.L. (Wall, 2005). Este inquérito permite conhecer as mudanças e as dinâmicas das famílias portuguesas no fim do século XX. Não obstante os resultados interessantes encontrados, importa recordar que as 1776 entrevistas realizadas às mulheres são apenas representativas em termos estatísticos a nível do Norte (37,7% da amostra) e de Lisboa e Vale do Tejo (36,3% da amostra).

O inquérito aos usos do tempo, que foi realizado em 1999, revelou que eram os homens que faziam mais horas de trabalho pago (em média 9 horas *versus* 8 para as mulheres), mas que eram as mulheres a gastar mais horas em trabalho não pago (em média mais duas horas e meia

por dia). As mulheres trabalhavam mais uma hora e meia por dia do que os homens quando se considera o trabalho total.

O inquérito “Família e Papéis de Género”, realizado em 2002 (Wall e Amâncio, 2007), pressupõe uma análise interessante da família e dos diferentes papéis desempenhados no seio da mesma, mas é notória a ausência da componente territorial, por tratar-se de uma abordagem de tipo qualitativo (Wall, Aboim e Cunha, 2010), não permitindo avaliar a influência da componente territorial, por exemplo, nos comportamentos masculinos. A partir deste inquérito concluiu-se que nas atitudes em relação à vida familiar, *tanto homens como mulheres oscilam entre posições extremamente modernistas nuns aspectos e consideravelmente tradicionalistas noutros* (Wall e Amâncio, 2007). Revelam-se liberais e pouco institucionalistas relativamente ao casamento, pois aceitam a união de facto e o divórcio, e considera-se que o homem deve participar no trabalho “não pago”, mas assumem posturas mais conservadoras no que concerne à criança e à parentalidade. Apesar do género ser uma importante variável explicativa, as autoras concluem que existem, no que diz respeito às atitudes face à vida familiar, maiores variações estatísticas segundo a idade e ainda mais segundo o nível de instrução das mulheres e homens inquiridos. Isto significa que na maioria das dimensões estudadas há tendência para se ser mais liberal quando se é mais novo e mais instruído.

Fatores de mudança

Algumas das mudanças que se operaram no modelo familiar decorrem do controlo efetivo da fecundidade, do papel central dos afetos nas relações pessoais, da importância crescente da parentalidade relativamente aos outros vínculos familiares e do acelerado envelhecimento da população (André, 2005).

No caso do controlo da fecundidade, desde inícios dos anos oitenta do século XX que Portugal desceu abaixo do limiar mínimo de renovação das gerações (2,1 filhos por mulher), depois de em 1976 se ter iniciado uma política de planeamento familiar em Portugal pela mão do então Secretário de Estado da Saúde, Dr. Albino Aroso (Remoaldo, 2001). A queda acentuada da fecundidade esteve ligada à mudança dos valores socioculturais, que passaram a ser mais individualistas, principalmente na realização pessoal através do trabalho profissional e no lugar central concedido às crianças. O grande investimento afetivo e financeiro na criança não permitia a possibilidade de o concretizar em vários filhos, ficando este investimento limitado a um ou dois filhos (André, 2005). Além deste aspeto ligado à parentalidade, processaram-se alterações no domínio da conjugalidade, *i.e.*, ocorreu uma redefinição dos laços conjugais, com uma

importante expressão da conjugalidade de facto, dissociação entre fecundidade e conjugalidade formal, crescente instabilidade (com elevação da taxa de divórcio) e aumento da frequência da recomposição familiar (André, 2005).

A dissociação entre sexualidade, conjugalidade e procriação decorreu, entre outros aspetos, da alteração de valores e porque a fecundidade deixou de ser obra do acaso. A evidente separação entre sexualidade e reprodução e da passagem do sexo sem procriação para a procriação sem sexo ajudou, por seu turno, à emancipação da mulher.

O planeamento familiar veio, por um lado, permitir melhorar os indicadores de saúde (Remoaldo, 2001), ajudando a reduzir a Taxa de Mortalidade Materna e a Taxa de Mortalidade Infantil (Remoaldo, 2002) e melhorando a percentagem de casais e de mulheres que planificaram e desejaram o nascimento dos seus filhos. A adesão a comportamentos contraceptivos mais modernos ocorre com maior significado nas áreas urbanas de maior dimensão e nas gerações mais jovens, fruto de um controlo social mais débil e de um individualismo mais vincado (André, 2005).

Alguns dos aspetos mais significativos em termos de mudança foi o dos nados-vivos a ocorrerem fora do casamento (em franco crescimento em Portugal), o aumento do número de pessoas que vivem sozinhas (crescimento das famílias sem núcleos entre os jovens adultos e os adultos e de casais homossexuais) e as coabitações sem laços de intimidade (André, 2005).

Além disso, membros de um mesmo casal muitas vezes vivem atualmente separados e há pessoas a coabitar que não são necessariamente casadas legalmente, confirmando que a análise do estilo de vida não se pode cingir apenas ao estado civil e à nupcialidade. Alguns autores entendem que o conceito de família deve ser usado, antes de tudo, como uma operacionalização da noção vaga de estilo de vida (Kielman, 1988, *in* Casimiro, 2003: 7).

Ainda assim, o casamento continuou a deter grande expressão (apesar da taxa de nupcialidade ter decrescido), a par com significativas taxas de divórcio. Muitas destas mudanças iniciam-se sempre com baixas frequências estatísticas e vão aumentando constantemente, impulsionando as mudanças conceptuais (Casimiro, 2003).

A família sofreu alterações resultantes da maior relevância concedida ao casal (que não tinha na família tradicional) e ao acasalamento. O casamento e a família transformaram-se no que Giddens (2005) apelida de instituições incrustadas: *continuam a ser designadas pelo mesmo nome mas, por dentro, os seus fundamentos alteraram-se* (Giddens, 2005: 62-63). Atualmente, o casal (casado ou não) *é o próprio centro da existência da família* (Giddens, 2005: 63). Na minha perspetiva e seguindo a análise de Giddens (2005), é errado afirmar que o declínio da família tradicional deve ser encarado como um desastre.

Também ocorreram transformações no modelo tradicional de masculinidade (Wall, Aboim e Cunha, 2010), ainda que se mantenham *na esfera da família (...) desigualdades entre homens e mulheres* e [se tenha processado] *o movimento de entrada do homem no universo da produção doméstica e parental* (Wall, Aboim e Cunha, 2010: 16). É, no entanto, notória a quase ausência de estudos em Portugal, apesar dos trabalhos realizados no norte da Europa e no mundo anglo-saxónico.

Enquanto a entrada maciça da mulher em esferas tradicionalmente masculinas, como o mercado de trabalho e o sistema de ensino, não tem cessado de aumentar, a entrada masculina na esfera da vida privada tem-se concretizado de forma mais gradual (Wall, Aboim e Cunha, 2010).

2.3.3.2-As desigualdades territoriais mais relevantes em Portugal

Em Portugal, as práticas e as representações da família mudaram profundamente e de forma acelerada, enquanto as mesmas ocorreram noutros países de forma mais gradual (nos últimos cinquenta ou sessenta anos). Pelo contrário, em Portugal, decorreram praticamente nos últimos trinta anos do século XX e devido a uma rutura institucional (Leite, 2003a). Neste país sobressai a marcada diversidade das práticas familiares e conjugais, com variações regionais ou nos grupos sociais em que ocorrem os comportamentos. Temos marcas de conservadorismo e tradicionalismo (Torres, 2001), combinando comportamentos mais modernos, ainda que com traços caracterizadores do passado.

A figura da família alargada tradicional permaneceu, em Portugal, nas suas principais características, por mais tempo quando comparada com a dos países mais desenvolvidos. Isto foi notório nalgumas regiões do país, nomeadamente, nos territórios mais rurais do Norte e Centro de Portugal continental (André, 2005). Efetivamente, apesar de a partir dos anos sessenta do século XX se terem iniciado as alterações, elas só seriam visíveis depois do 25 de Abril de 1974.

No caso dos nados-vivos fora do casamento, o seu aumento acompanhou o padrão geográfico da conjugalidade de facto (André, 2005) e ocorreu de forma acelerada, passando de 9,2% em 1980 para 42,9% em 2011 (www.ine.pt – acedido em 02/03/2013). Em 2011, apesar da aparente uniformização dos valores nas várias regiões, é nas Áreas Mediamente Urbanas (A.M.U. na Tipologia de Áreas Urbanas – TIPAU, 2009) e nas Áreas Predominantemente Rurais (A.P.R.) que se encontra uma menor expressão (32,9% e 38%, respetivamente). Pelo contrário, é nas Áreas Predominantemente Urbanas (A.P.U.) que a percentagem é mais elevada (45,4% - www.ine.pt – acedido em 02/03/2013). Não obstante estes resultados, em 74,5% dos casos de

nados-vivos a ocorrerem fora do casamento, existe coabitação dos pais (www.ine.pt – acedido em 02/03/2013).

Também se continua a registar no século XXI uma dicotomia entre o Norte e o Sul do país, que foi aliás salientada para tempos mais recuados por Livi-Bacci (1971). Esta elevada percentagem de nados-vivos fora do casamento já era notória em 1960, comparativamente com os restantes países da União Europeia. Portugal acompanhou as mutações que se foram operando também nos outros países, detendo na atualidade um perfil muito similar aos dos restantes países da Europa Ocidental, mas afastando-se do cenário revelado pelos demais países do Sul da Europa. Os nados-vivos a ocorrerem fora do casamento sempre foram associados a situações de vulnerabilidade social, mesmo nas sociedades europeias (Masuy-Stroobant, 1983) e até mesmo de exclusão social, evidenciando uma maior representatividade no grupo de mulheres com mais baixo nível de instrução e mais jovens, assim como no grupo das mulheres imigrantes (Ferreira e Aboim, 2002, *in* André, 2005).

Portugal passou, no contexto da União Europeia, de uma razoável Taxa de Nupcialidade em 1960 para uma das mais baixas em 2009 (EUROSTAT, 2011). A década de 2000 foi aquela onde o decréscimo se processou de forma mais rápida. Atualmente, o valor é idêntico ao de Espanha e apenas alguns países da Europa de Leste conseguem apresentar taxas mais baixas. Contrariamente, na Taxa de Divórcio passou dos valores mais baixos dos países da União Europeia em 1960 para um dos mais elevados em 2011 (EUROSTAT, 2011), mas neste indicador também existem notórias diferenças entre o Norte e o Sul do país.

Cada vez tem mais significado a proporção de pessoas que vivem sós, com particular destaque para os idosos, sendo notória em todo o país, mas sendo mais baixa no Norte e Centro litorais, como resultado da persistência de laços familiares mais fortes e de um maior compromisso dos filhos em relação aos seus pais. Quando se considera a proporção de jovens adultos a residirem sós, este fenómeno adota um padrão mais urbano, ou seja, as pessoas a residirem sós entre os 30 e 44 anos de idade ocorre principalmente nas Áreas Metropolitanas e no Algarve (André, 2005).

Uma das maiores dicotomias existentes entre o Norte e o Sul de Portugal Continental reside numa conjugalidade mais institucional no Norte (menos expressão da união de facto, menor expressão da taxa de divórcios, menor expressão dos nados-vivos a nascerem fora do casamento) e numa conjugalidade mais informal no Sul, destacando-se a Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo litoral e o Algarve (André, 2005). O Grande Porto também se destaca no âmbito das NUTS III da região Norte.

Desde que há estudos que assentam em dados registados por parte de organismos como o Instituto Nacional de Estatística que esta diferença entre o Norte e o Sul é relevante, assumindo-se o Norte como mais tradicional (Remoaldo, 2002). Esta dicotomia também foi ressaltada, em vários indicadores, por António de Almeida Garrett, particularmente no ensaio *Os Problemas da Natalidade*, que foi publicado em vinte e um artigos, entre 1945 e 1955, na Revista do Centro de Estudos Demográficos, e por Väinö Kannisto (1986), sobre os fatores associados às diferenças geográficas da mortalidade infantil em Portugal desde 1950.

Podem ser resumidas nas seguintes as características demográficas e socioculturais em que a região Norte se destacou até aos anos noventa do século XX, comparativamente com as restantes regiões:

- mais elevada Taxa de Natalidade;
- mais elevado Número Médio de Filhos por Mulher;
- famílias mais numerosas;
- baixa idade à data do casamento;
- maior enraizamento das tradições;
- mais elevadas Taxas de Nupcialidade;
- maior contributo do casamento religioso;
- mais baixa Taxa de Divórcios;
- menor expressão dos nados-vivos fora do casamento;
- mais elevadas Taxas de Emigração;
- significativa participação da mulher no mercado de trabalho;
- entrada mais precoce no mercado de trabalho da população (Remoaldo *et al.*, 2013).

As famílias monoparentais vêm registando um aumento muito significativo nas últimas décadas, sendo as mesmas constituídas maioritariamente por mães e filhos. Este modelo familiar tem maior expressão nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Este facto pode resultar da maior instabilidade do casamento nestes territórios ou por ser aí que se concentram as principais comunidades de imigrantes (André, 2005).

As famílias com mais do que um núcleo (binucleares) detêm maior representatividade na região Norte, em especial nos territórios mais rurais do Minho-Lima e do Cávado (André, 2005).

Em termos de tipologia de famílias, importa analisar a avançada por André (2005), usando uma análise multivariada de *cluster*, que conclui que existe um predomínio da família pré-moderna no Minho-Lima e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, enquanto a família pós-moderna predomina na Área Metropolitana de Lisboa, no Alentejo litoral e no Algarve.

A tipologia dos três “países” avançada por André (2005) usando seis indicadores de conjugalidade e de fecundidade (analisar a Figura 37, p. 79 de André, 2005) permite-nos concluir o seguinte:

1º - o país tradicional – predomina no Norte litoral, e também, ainda que com menos expressão, no Norte e Centro interiores;

2º - o país em mudança – com expressão na faixa litoral que se inicia no Grande Porto e que se estende até ao Oeste e ao Vale do Tejo, e na parte norte do Alentejo e na Madeira;

3º - o país pós-moderno – sobressai em todo o Sul de Portugal, com destaque para a Área Metropolitana de Lisboa e para o Algarve.

Importa, relembrar, também neste item, alguns usos do tempo através do inquérito aos usos do tempo que foi realizado em 1999 e que revelou que eram os homens que faziam mais horas de trabalho pago (em média 9 horas *versus* 8 para as mulheres) mas que eram as mulheres a gastar mais horas em trabalho não pago (em média mais duas horas e meia por dia). As mulheres trabalhavam mais uma hora e meia por dia do que os homens quando se considera o trabalho total. Por sua vez, o inquérito “Família e Papéis de Género” foi realizado em 2002 (Wall e Amâncio, 2007), mas a ausência da componente territorial, assim como a abordagem de tipo qualitativa (Wall, Aboim e Cunha, 2010) não permite avaliar a influência da componente territorial nos comportamentos masculinos.

Apesar das transformações ocorridas, a pressão social continua a existir, em Portugal, para os casais terem filhos. Esta postura é particularmente visível no Noroeste português (Norte litoral), como o comprovaram Remoaldo e Machado (2008) e, mais especificamente, para um município minhoto (Guimarães) onde as narrativas das mulheres entrevistadas permitem comprovar este facto.

Durante muito tempo este território denunciou elevadas Taxas de Mortalidade Infantil (número de óbitos de crianças com menos de um ano por 1000 nados-vivos), que podiam ser “compensadas” com uma mais elevada Taxa de Natalidade. Ter um único filho era encarado como uma decisão de risco, visto a possibilidade de falecer ser muito elevada no decurso do(s) primeiro(s) ano(s) de vida. O dito popular “Ter um único filho é como não ter nenhum” representava, de certo modo, esta situação que foi evidente até aos anos de 1970.

Assistiu-se, nas últimas décadas, à passagem de um cenário de elevada natalidade para outro de muito baixa natalidade, sendo a partir dos anos de 1990 nítida a uniformização de valores nas várias regiões do país e o esbatimento da dicotomia Norte/Sul. A este facto não foi alheia a passagem do controlo da natalidade através de métodos anticoncepcionais para a

necessidade de saber como controlar a infertilidade, tendo subjacente, o aumento da parcela de mulheres que têm os filhos em idades tardias, num momento das suas vidas em que começa a estar comprometida a sua capacidade reprodutora. O aumento dos casos de infeções sexualmente transmissíveis, algumas delas que conduzem à infertilidade, também contribuiu para o número de casais em situação de infertilidade, que se estima serem atualmente entre 10 e 15% (Remoaldo e Machado, 2008).

2.3.3.3-As políticas de apoio à família

Como ações governamentais relacionadas com a família sobressaem no século XX em Portugal dois períodos: o do Estado Novo e o após 25 de Abril de 1974. No período de vigência do Estado Novo, a política de família impunha a visão do homem como chefe de família, que foi alterada a partir de 1974.

Podem ser determinadas quatro fases:

1ª - anos 40-70 – fase do “familiarismo” – política da “mãe em casa” e do “homem ganha-pão”, que impõe um único modelo de família;

2ª – anos 70 – fase da família “igualitária e democrática”;

3ª – anos 80-90 – fase da introdução dos direitos de paternidade, sustentada pela produção de legislação sobre o direito de faltar ao trabalho e licenças associadas, o aumento da proteção das mães trabalhadoras antes e após o parto, e a expansão dos serviços de guarda para crianças pequenas;

4ª – início do século XXI – o centrar na questão da paternidade e a necessidade de proteger o modelo de família (casal com filhos) e de desenvolver uma perspetiva pró-natalista e pró-vida, tais como o *reforço do apoio às famílias numerosas, a criação de serviços de “apoio à vida” para mães adolescentes ou socialmente excluídas, uma maior proteção da maternidade e a promoção da conciliação família/trabalho para as mães através do trabalho a tempo parcial* (Wall, Aboim e Cunha, 2010: 88).

Apesar de poderem ser identificadas estas fases e ainda que tenham sido significativas as mudanças ocorridas nos últimos quase quarenta anos, é notória, desde o 25 de Abril de 1974, a ausência de uma política nacional centrada na família, existindo intervenções focalizadas somente no planeamento familiar (consultas nos Centros de Saúde, difusão e fornecimento de forma gratuita de parte dos métodos anticoncecionais mais modernos), no abono de família, na licença por maternidade e na despenalização do aborto (por razões sobretudo de saúde da mãe –

Remoaldo, 2002). Estas intervenções ficam muito aquém do que se tem operacionalizado noutros países, tais como a França ou os países nórdicos.

Na realidade, Portugal nunca teve uma verdadeira política centrada na família que conduziu ao cenário dramático que existe hoje em dia e que é muito difícil de contrariar. Pelo caminho, não foram realizados estudos sustentados solicitados pelos sucessivos Governos sobre a possibilidade de inversão deste cenário, nem se previram as implicações a curto e médio prazo da descida rápida da natalidade, apesar de vários cientistas sociais terem vindo a alertar para a perigosidade da situação.

Em termos de política governamental, no Governo de António Guterres (sobretudo nos anos noventa do século XX) foram avançadas algumas medidas (*e.g.*, Subsídio Familiar para Crianças e Jovens - ex-abono de família - e a licença de maternidade), mas não foram suficientes para incentivar o aumento da natalidade, já que a mesma estava em queda de forma mais visível desde os anos de 1980. Esta situação deve encontrar explicação, sobretudo, na saída de um elevado número de indivíduos para outros países sobretudo depois dos anos de 1950, em idade de procriarem e indo “alimentar” as Taxas de Natalidade desses países, na adesão a métodos modernos de contraceção e na evidente planificação da família, na mudança dos valores (menor impacto da religião e mudanças no significado da família e do casamento) e na crise económica que viria a instalar-se.

A situação a que se vem assistindo nas últimas décadas do século XX tem conduzido a uma sociedade muito envelhecida, destacando-se Portugal à escala mundial na percentagem de idosos que possui e no baixo Número Médio de Filhos por Mulher. Tanto num indicador como noutro, Portugal está entre os primeiros dez países que revelam uma situação mais desfavorável (consultar www.prb.org).

2.3.3.4-Como investigar a família contemporânea

Que temas podem ser investigados sobre a família contemporânea? Na realidade há inúmeros aspetos que ainda não foram analisados tendo subjacente a componente territorial, como a conciliação familiar e profissional das mulheres, para a qual se desconhecem as variações territoriais em Portugal, ou, por exemplo, as perspetivas masculinas sobre esta mesma conciliação. Também a diversidade social nas formas de se ser homem na família, já que os homens têm sido pouco pesquisados em Portugal no que diz respeito às práticas, aos valores e às identidades.

Estas temáticas têm sido investigadas nos últimos anos no âmbito da Sociologia, mas não o têm sido no seio da ciência geográfica. Será que, em Portugal, apesar da uniformização de comportamentos entre as várias regiões, continua a haver diferenças notórias entre o mundo urbano e o mundo rural? E a pressão social para constituir família e ter filhos ainda é variável conforme as regiões consideradas? Como reagem os casais a essa pressão? Quais são as dinâmicas de recomposição familiar? Como se pode realizar um estudo sério à escala nacional e denunciador do retrato das várias regiões? Estas são algumas das questões que se intentará responder nas aulas.

2.3.4-Bibliografia básica

Aboim, S. (2007), “Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus”, in Wall, K.; Amâncio, L. (Orgs.), *Família e género em Portugal e na Europa*, Col. “Atitudes Sociais dos Portugueses”, 7, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-91.

André, I.M. (2005), “Família e género”, in Medeiros, C.A. (Dir.), *Geografia de Portugal: sociedade, paisagens e cidades*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Autores, pp. 72-86.

Castells, M. (2010), *The information age: Economy, society, and culture*, vol. III, End of Millennium, West Sussex, Wiley-Blackwell.

EUROSTAT (2011), *Europe in Figures. Eurostat Yearbook 2011*, Luxembourg, European Communities.

Giddens, A. (2005), *O mundo na era da globalização*, 5ª ed., Lisboa, Editorial Presença.

Leite, S. (2003a), “Famílias em Portugal: breve caracterização socio-demográfica com base nos Censos 1991 e 2001”, *Revista de Estudos Demográficos*, 33, pp. 23-37.

Wall, K. (Org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Wall; K.; Amâncio, L. (2007), *Família e género em Portugal e na Europa*, Col. “Atitudes Sociais dos Portugueses”, 7, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

2.3.5-Bibliografia complementar

Almeida, A.N. de *et al.* (1995), *Os padrões recentes da fecundidade em Portugal*, Cadernos Condição Feminina, 41, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Ministério do Emprego e da Segurança Social.

- Almeida, A.N. de *et al.* (1998), “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”, in Viegas, J.M.L.; Costa, A.F. da (Orgs.), *Portugal, Que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.
- Almeida, A.N. de *et al.* (2004), *Fecundidade e contraceção – percursos de saúde reprodutiva das mulheres portuguesas*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Campos, M.A. (2003), “A actividade e inactividade económica nas famílias”, *Revista de Estudos Demográficos*, 33, pp. 39-53.
- Carmo, H. (Coord.) (2001), *Problemas sociais contemporâneos*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Casimiro, F.S. (2003), “Os Conceitos de Família e Núcleo Familiar nos Recenseamentos da População em Portugal”, *Revista de Estudos Demográficos*, 33, pp. 5-21.
- Guerreiro, M.D.; Caetano, A.; Rodrigues, E.A. (2008), “A família (d)escrita pelos jovens: permanência e mudança de modelos de paternidade”, *Configurações – Revista de Sociologia*, 4, pp. 115- 126.
- Instituto Nacional de Estatística (2012), *Censos 2001 – Resultados definitivos*, Lisboa.
- Kannisto, V. (1986), “Factores associados às diferenças geográficas da mortalidade infantil em Portugal desde 1950”, *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 28, pp. 7-36.
- Leite, S. (2003b), “A união de facto em Portugal”, *Revista de Estudos Demográficos*, 33, pp. 95-140.
- Livi-Bacci, M. (1971), *A century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press.
- Machado, H.C.; Remoaldo, P.C. (2009), “Incomplete women and strong men – accounts of infertility as a gendered construction of well-being”, in Harris, B. *et al.* (Eds.), *Gender & Well-being in Europe: historical and contemporary perspectives*, London, Ashgate Publishing, pp. 223-242.
- Magalhães, M. da G. (2003), “Quem vive só em Portugal”, *Revista de Estudos Demográficos*, 33, pp. 55-68.
- Masuy-Stroobant, G. (1983), *Les déterminants de la mortalité infantile. La Belgique d'hier et d'aujourd'hui*, Louvain-la-Neuve, CIACO.
- Oliveira, I.T. de (2008), “Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005”, *Análise Social*, Vol. XLIII (186), pp. 29-53.
- Pinto, M.L.R.; Gomes, M.C.S. (2010), “Primeira reflexão sobre a fecundidade, as condições de trabalho e as políticas de apoio à maternidade numa perspectiva regional”, *Revista de Estudos Demográficos*, 48, pp. 63-76.
- Remoaldo, P.C. (2001), “O passado, o presente e o futuro do planeamento familiar em Portugal”, *Revista de Demografia Histórica*, XIX(I), pp. 139-155.

Remoaldo, P.C. (2002), *Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal*, Série Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e da Tecnologia (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

Remoaldo, P.C., Machado, H.C. (2008), *O sofrimento oculto – causas, cenários e vivências da infertilidade*, Col. “Biblioteca das Ciências Sociais”, 9, Porto, Edições Afrontamento.

Remoaldo, P.C. *et al.* (2013), *Novos rumos para o município de Guimarães*, Relatório intercalar realizado para a Associação Comercial e Industrial de Guimarães, Braga, Centro de Investigação em Ciências Sociais e Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento.

Torres, A.C. (2000), *Trajectórias, Dinâmicas e Formas de Conjugalidade, Assimetrias Sociais e de Género no Casamento*, Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

Torres, A.C. (2001), *Sociologia do Casamento. A família e a questão feminina*, Oeiras, Celta Editora.

Wall; K.; Aboim, S.; Cunha, V. (2010), *A vida familiar no masculino*, Col. “Estudos”, 6, Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

2.3.6-Sítios na internet

<http://www.ine.pt> (Instituto Nacional de Estatística)

<http://www.issp.org/page.php?pageId=4> (International Social Survey Programme)

<http://www.prb.org> (Population Reference Bureau)

2.4-Tema 4 do programa – O turismo cultural como atividade potenciadora da qualidade de vida das populações

Relativamente ao último *item* do programa este desdobra-se nos conteúdos que são apresentados a seguir.

4-Políticas de desenvolvimento local centradas na atividade turística e respetivos impactes na qualidade de vida das populações

4.1-As políticas desenvolvidas pelas autarquias: Guimarães e a aposta no turismo cultural

4.2-A perceção dos residentes sobre os benefícios do turismo e a imagem do destino mantida pelos turistas

4.3-As Capitais Europeias da Cultura e da Juventude e os seus impactes na qualidade de vida das populações

2.4.1-Objetivos específicos a atingir

Os principais objetivos que se almejam atingir são os que se enunciam a seguir:

- definir o conceito de turismo cultural;
- aferir os impactes do turismo cultural nas comunidades;
- discutir que temas faz sentido serem investigados em turismo cultural;
- caracterizar a perceção dos residentes sobre os impactes do turismo;
- avaliar a imagem de um destino turístico mantida pelos seus visitantes;
- avaliar as perceções dos impactes dos megaeventos usando os exemplos das cidades de Braga e de Guimarães.

2.4.2-Tópicos a desenvolver

Os tópicos a desenvolver são os seguintes:

- conceito de turismo cultural;
- impactes do turismo nas comunidades;
- temas que podem ser investigados em turismo cultural;
- perceção dos residentes sobre os impactes do turismo;
- imagem dos visitantes sobre um destino turístico;

-percepções dos impactes dos megaeventos usando os exemplos das cidades de Braga e de Guimarães.

2.4.3-Conteúdos a desenvolver em cada um dos *itens* do tema 4

2.4.3.1-Os impactes do turismo cultural na qualidade de vida das populações

Contributos da ciência geográfica para o estudo do turismo

Que contributo a ciência geográfica pode dar para a abordagem do turismo?

Ao tentar-se responder a estas questões ressalta, desde logo, a afirmação de que é por demais evidente o contributo da ciência geográfica para o estudo do turismo (Lew, 2001; Hall e Sage, 2009; Kreisel, 2012). É claro que a Geografia tem no seu centro de preocupação o enfoque no lugar, no espaço e no ambiente (Hall e Sage, 2009). Paralelamente os geógrafos, os vários departamentos de Geografia e as várias associações académicas relacionadas com esta ciência contribuíram, desde há muito tempo, para o estudo do turismo (Lew, 2001; Hall e Sage, 2006, citados por Hall e Sage, 2009).

O contributo dos geógrafos é relevante desde a década de 1930, mas foi sobretudo nas últimas décadas que se ampliaram os temas e as abordagens, que os métodos se tornaram mais sofisticados e os resultados mais diferenciados (Kreisel, 2012). Na realidade, foi nas décadas de 1980 e de 1990 que se concretizou um número substancial de trabalhos importantes realizados por geógrafos, sobressaindo Butler (1980 e 1999), Pearce (1981 e 1987), Murphy (1981) e Getz (1991 e 1993).

À escala internacional, uma das poucas investigadoras que é reconhecida como relevante para a evolução da Geografia do Turismo, e que se preocupou com a questão da participação das comunidades na atividade turística, foi Kirsty Blackstock (inserida no *Social, Economic and Geographical Sciences Group* do *The James Hutton Institute*, Escócia). Na perspetiva desta investigadora, partilhando da opinião de outros investigadores (Murphy, 1985; Pearce, 1992; Hall, 1996), o turismo deve ter em consideração a comunidade hospedeira, o seu envolvimento no planeamento e, nesta ótica, o desenvolvimento do turismo estará a trilhar um bom caminho para esta indústria em termos de sustentabilidade (Blackstock, 2005).

Em Portugal há que destacar o trabalho de Carminda Cavaco (sobretudo nos anos oitenta e noventa do século XX), de José Manuel Simões, de Fernanda Delgado Cravidão e de Jorge Umbelino. Por muito que cada um destes investigadores tenham contribuído para o estudo das diferentes dimensões do turismo, torna-se imperativa uma abordagem multidisciplinar,

colocando as várias ciências a “conversar”, desde a Economia, a Sociologia, a Psicologia, a Ecologia, até à Ciência Política.

O turismo é um tema que passou a atrair os geógrafos portugueses, sobretudo a partir dos anos oitenta do século XX, que se assumiu como uma década de abertura a novos enfoques, nomeadamente à Geografia do Lazer e do Turismo, a par com a Geografia do Género e da Geografia da Saúde, acabando a primeira por ser a única que atraiu um leque considerável de jovens investigadores. Este processo de mutação de enfoque ocorreu mais tardiamente do que noutras ciências sociais (*e.g.*, a Sociologia, a Economia) e do que noutros países.

Como podem os geógrafos contribuir para o estudo do turismo? As subdisciplinas mais habilitadas para o fazer no seio da ciência geográfica são a Geografia Económica, a Geografia Urbana e a Geografia Cultural, além da Geografia do Lazer e do Turismo. Na realidade, a Geografia Cultural, além da Geografia Económica, tem-se centrado bastante na abordagem do turismo, pois o turismo é um veículo ideal para a aplicação de ideias recentes no âmbito da teoria social e para a aplicação de métodos de pesquisa qualitativa (Lew, 2001). Por seu turno, a Geografia Urbana tem forte ligação ao turismo, devido, entre outros aspetos, ao desenvolvimento do segmento *event tourism*, com particular destaque para a proliferação dos megaeventos.

A finalidade dos geógrafos é estudar a paisagem e a sua estrutura, incluindo as pessoas que aí vivem. A relação entre o turismo e o espaço deve ser o foco da investigação e da identidade da ciência geográfica (Kreisel, 2012), concentrando-se nas implicações económicas, sociais, ecológicas e culturais do turismo.

Os geógrafos estão interessados no processo que cria e molda os lugares onde as pessoas vivem (Lew, 2001) e, por isso, estão interessados nos comportamentos dos turistas e na experiência sentida por estes, *how these shape people, who in turn shape places* (Lew, 2001: 113). Porque o turismo é uma actividade que tem uma expressão espacial permite que os geógrafos estejam em vantagem em termos disciplinares, pois estão mais acostumados a sintetizar os contributos para um conhecimento holístico do turismo (Lew, 2001).

Em 2001, Lew (2001: 105), ao fazer uma revisão de algumas obras relacionadas com a Geografia do Turismo, afirmou que a maior parte dos geógrafos estão interessados *in the underlying processes and forces that create tourists and travellers, their landscapes and impacts*. Mas esta afirmação levanta um problema, pois esta postura não é muito diferente da manifestada por outros cientistas sociais que se preocupam com o turismo. Em que é que a Geografia se distingue?

Os impactes do turismo têm sido uma das preocupações dos geógrafos. Lew (2001) chama a atenção para a obra de Stephen Williams (1998) intitulada *Geography of Tourism*, para a obra de Colin Michael Hall e de Stephen John Page (*The Geography of Tourism and Recreation: Environment, Place, and Space*), e para a de David Crouch (1999), intitulada *Leisure/Tourism Geographies: Practices and Geographical Knowledge*, que se focam nos vários tipos dos impactes (económicos, ambientais e sociais) que o turismo pode induzir.

Em finais da década de 1990, Butler chamava a atenção para o facto de os geógrafos durante muito tempo se terem interessado pelas relações entre o turismo e o ambiente, quer físico quer humano, e é natural que eles tenham manifestado um interesse especial na discussão e aplicação do desenvolvimento sustentável no contexto do turismo (Butler, 1999).

Também no seio da União Geográfica Internacional (U.G.I.) se denotou a crescente atração dos geógrafos pelo enfoque no turismo, sendo atualmente a *Commission on Geography of Tourism, Leisure and Global Change* uma das 40 existentes que apresenta um maior dinamismo, comprovado pelo elevado número de sessões e de comunicações apresentadas nos dois últimos Congressos Internacionais em Tunes (2008) e em Colónia (2012), que confirmaram a elevada participação que vinha ocorrendo desde 2002.

Desde 1972 que existe na U.G.I. um grupo que se dedica ao turismo. De 1994 a 2000 denominou-se *Study Group of the Geography of Sustainable Tourism* (Hall e Page, 2009), enquanto entre 2000 e 2013 passou a ter a designação de *Commission on Geography of Tourism, Leisure and Global Change*.

As revistas com grande impacte a nível internacional que têm registado um maior número de artigos relacionado com a Geografia do Lazer e do Turismo são as seguintes, ainda que existam inúmeras revistas mais direcionadas para o turismo (consultar em *SCImago Journal & Country Rank* –

http://www.scimagojr.com/journalrank.php?area=0&category=1409&country=all&year=2014&order=sjr&min=0&min_type=cd) que permitem aos Geógrafos publicar o sua investigação:

- Antipode;
- Area;
- Australian Geographical Studies/Geographical Research;
- Canadian Geographer;
- Geografiska Annaler, Series B: Human Geography;
- Progress in Human Geography;
- The Geographical Journal;
- The Professional Geographer;

-Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie (Hall e Page, 2009).

Existem, não obstante, poucas revistas internacionais dedicadas apenas à Geografia do Turismo, destacando-se a *Tourism Geographies*. Por este motivo, a Geografia pode estar posicionada numa intersecção periférica das ciências sociais, apesar do seu grande contributo para a consolidação e desenvolvimento do conhecimento nos estudos de turismo (Hall e Page, 2009). Mesmo em Portugal, as revistas direccionadas para a abordagem do turismo são lideradas por outros cientistas das ciências sociais.

Nos últimos anos emergiram, no seio da ciência geográfica, vários temas de investigação, mas não são frequentes os estudos sobre a perceção das comunidades locais em relação ao turismo realizados pelos geógrafos e foram muito poucos os concretizados em Portugal.

Turismo sustentável e turismo cultural

Em primeiro lugar importa recordar o conceito de turismo sustentável pois, neste tipo de turismo, as comunidades locais devem ser escutadas e devem desempenhar um papel relevante no planeamento do desenvolvimento do mesmo.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (*World Tourism Organization. Netherlands Development Organization*, 2010) o turismo tem potencial para desempenhar um papel importante na redução da pobreza. A redução da pobreza tornou-se uma condição essencial para a paz, a conservação do ambiente e o desenvolvimento sustentável. Foi em 1999 que a ligação entre turismo e redução da pobreza foi reconhecida (*World Tourism Organization. Netherlands Development Organization*, 2010). Por outro lado, é cada vez mais reconhecido que o turismo tem potencial para desempenhar um importante papel na redução da pobreza. Na realidade, o turismo é atualmente um dos mais importantes setores de exportação (O.E.C.D., 2009) nos países menos desenvolvidos, pois é a principal fonte de divisas em 46 dos 49 países mais pobres do grupo de países menos desenvolvidos (*World Tourism Organization. Netherlands Development Organization*, 2010).

Desde os anos de 1990 que a Organização Mundial do Turismo, enquadrando-se no conceito de desenvolvimento sustentável de 1987, se preocupou em definir turismo sustentável como o turismo que tem em consideração os seus impactes presentes e futuros de índole económica, social e ambiental, respondendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades recetoras (UNEP E UNWTO, 2005; <http://sdt.unwto.org/content/about-us-5> - acedido em 03/04/2016). Em 1995, esta Organização, juntamente com o Programa das Nações Unidas para a Ajuda ao Desenvolvimento e a U.N.E.S.C.O.,

na Conferência Mundial de Turismo Sustentável (em Lanzarote), acabariam por apresentar a “Carta para o Turismo Sustentável”, *onde se aponta um vasto leque de metas para o desenvolvimento do sector, repartidas por três esferas de preocupação: ambiente, sociedade e economia* (Simões, 2008: 381).

Os princípios da sustentabilidade do desenvolvimento do turismo dizem respeito a aspetos ambientais, económicos e socioculturais e a um equilíbrio adequado entre estas três dimensões, no sentido de garantir a sua sustentabilidade a longo prazo (<http://sdt.unwto.org/en/content/poverty-reduction-0> - acedido em 25/03/2013).

De acordo com o artigo 4º da Carta para o Turismo Sustentável (1995), *A contribuição ativa do turismo [para o] desenvolvimento sustentável pressupõe necessariamente a solidariedade, o respeito mútuo e a participação de todos os atores envolvidos no processo, tanto públicos como privados. Este acordo deve basear-se em mecanismos eficazes de cooperação em todos os níveis: local, nacional, regional e internacional.*

Segundo o artigo 6º da mesma Carta, *Os critérios de qualidade orientados [para] a preservação do destino turístico e a capacidade de satisfação do turista, determinados conjuntamente com as comunidades locais e baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável, deveriam ser objetivos prioritários na formulação de estratégias e projetos turísticos.*

Tal como o conceito de desenvolvimento sustentável, também este é holístico e multisectorial. Tem sido encarado por vários autores como as formas de turismo que são “verdes” ou “alternativas” ao turismo de massa ou convencional (*e.g.*, Butler, 1999). Mas a realidade é que o conceito de turismo sustentável tem sido mais usado em termos teóricos do que em termos empíricos, devido à dificuldade da sua aplicação (Butler, 1999). Será que se pode aditar a falta de vontade política ou mesmo a dificuldade em aplicar os conhecimentos (às vezes parcos e pouco consistentes) dos políticos?

Deve, ainda, reconhecer as pessoas e as comunidades, os seus costumes e estilos de vida, os quais contribuem sobremaneira para a experiência dos turistas, e aceitar que essas pessoas devem ter uma participação equitativa nos benefícios económicos alcançados (Butler, 1999). O turismo tem de ser capaz de adicionar mais-valia à matriz de oportunidades económicas que se abrem às pessoas e à comunidade, sem prejudicar a estrutura da atividade económica. Não deve interferir com as formas existentes de organização social e deve respeitar os limites impostos pelas comunidades ecológicas (Butler, 1999).

Um turismo sustentável requer a participação informada de todos os atores (Bimonte e Punzo, 2011), bem como uma forte liderança política para garantir uma ampla participação e construção de consenso. Alcançar o turismo sustentável é um processo contínuo e requer monitorização constante dos impactes, introduzindo as necessárias medidas preventivas e/ou medidas

corretivas, sempre que necessário (<http://sdt.unwto.org/en/content/poverty-reduction-0> - acessado em 25/03/2013).

Recentemente, Kreisel (2012) tornou a recordar que a ciência geográfica deve visar o desenvolvimento sustentável como um *ethos* dominante no pensamento global e na ação social regional. Assim, os geógrafos devem estar empenhados em apoiar os tipos de turismo que são baseados nas potencialidades das paisagens e do ambiente e que são capazes de produzir impactes positivos a longo prazo. Atualmente, o termo "paisagem" tornou-se num conceito mais diferenciado e passou a incluir os espaços simbólico-linguísticos, em ambientes percebidos e concebidos, e a construção social da realidade (Kreisel, 2012).

Tal como o conceito de desenvolvimento sustentável, o de turismo sustentável também é holístico e multissetorial. Assume-se, todavia, como um conceito controverso (Garrod e Fyall, 2001). Pode ser encarado como as formas de turismo que são “verdes” ou “alternativas” ao turismo de massas ou convencional (Butler, 1999). Mas mesmo o desenvolvimento desta atividade a uma pequena escala, isto é, sem massificação da mesma, ainda que tenha mais potencial para ser sustentável, traz sempre impactes e mesmo os mais positivos podem não ser iguais para toda a comunidade recetora.

Deste modo, o conceito de turismo sustentável tem sido mais usado em termos teóricos do que em termos empíricos, devido à dificuldade da sua aplicação. Ainda que se tente definir de forma completa este conceito, surge o problema dos seus “limites”, que tende a ser expresso em número de turistas, e também em termos das infraestruturas associadas e das alterações causadas na paisagem (Butler, 1999).

O turismo sustentável reporta-se a todas as formas de turismo e incide no controlo e gestão dos impactes negativos desta “indústria”. O desenvolvimento económico e a proteção ambiental não devem ser consideradas como forças opostas, mas sim como vertentes que devem andar “de mão dada” e que podem e devem ser mutuamente reforçadas (UNEP e UNWTO, 2005).

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável deve:

- 1) fazer um uso regeado dos recursos ambientais, pois estes constituem um elemento fundamental no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos e ajudando a preservar o património natural e a biodiversidade;
- 2) respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades recetoras, conservando o seu património patrimonial e valores tradicionais, e contribuindo para uma compreensão intercultural e tolerância;

- 3) assegurar benefícios socioeconómicos a todos os *stakeholders* e que os mesmos sejam distribuídos de forma equitativa, incluindo emprego estável, e rendimentos e serviços sociais, contribuindo para a redução da pobreza (UNEP e UNWTO, 2005).

Um turismo que se quer sustentável requer ainda uma participação participada de grande parte dos *stakeholders*, assim como de uma forte governança política, para assegurar uma participação alargada e um consistente consenso (Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016). Deste modo, o turismo sustentável é um processo contínuo a requer uma constante monitorização. Quando se almeja concretizar um turismo sustentável também se deve ambicionar alcançar um elevado grau de satisfação dos visitantes e proporcionar-lhes uma experiência com significado no destino escolhido, que seja sustentável e que os sensibilize para as questões da sustentabilidade (Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016).

O turismo assume-se como um elevado potencial para o desenvolvimento económico e social em qualquer território, é difícil desenvolvê-lo de forma sustentada. Afeta as vidas das comunidades receptoras (Kim, Uysal e Sirgy, 2012), pela possibilidade de criar mais emprego e rendimento. Sendo uma das mais óbvias formas de globalização (McEwan, 2005) e detendo ligação a quase todas as outras indústrias da economia confere-lhe esta capacidade (Santos, 2012).

Não pode, no entanto, ser encarado como uma poção mágica, mas sim como um setor económico que necessita de ser alimentado de forma sistemática e de forma sustentada. Para tal é necessário que sejam incorporados objetivos a longo prazo, bem como os resultados que se pretendem alcançar, realizando uma monitorização contínua e sistemática (Hottola, 2009).

O turismo deve ser, deste modo, considerado como uma atividade económica que está diretamente relacionada com a qualidade de vida das populações que afeta. Implica muitas partes interessadas (*stakeholders*) e atores políticos, que vão muito além dos prestadores e recetores de serviços turísticos, conseguindo mobilizar a globalidade de um espaço humano e geográfico.

No que concerne ao turismo cultural, segundo alguns autores portugueses (*e.g.*, Henriques, 2007), usando a perspetiva da Organização Mundial de Turismo (O.M.T.), é encarado (em sentido lato) como todo o movimento de pessoas que perspetiva aumentar o seu nível cultural, estando na origem de novos conhecimentos e experiências. Pode ainda ser aditado que corresponde ao movimento de pessoas que procuram as atrações culturais, conhecer a cultura, a história, as manifestações culturais e artísticas, fora do seu local habitual de residência, com a intenção de obter novos conhecimentos e conhecer outras culturas (Simeon, Buonincontri e Trapani, 2009).

Inclui a vontade de experienciar outra cultura, sob múltiplas formas e tornando a experiência única e memorável (Henriques, 2007; Ritchie e Hudson, 2009; Cadima Ribeiro, Vareiro e Remoaldo, 2012). Muitos dos turistas que visitam locais históricos consideram, a visita, uma experiência de valor acrescentado e autêntica, quando se compara com produtos tradicionais (praia, sol, areia) ou outros destinos de massa (Yankholmes e Akyeampong, 2010). *Cultural tourism includes visiting historic or archaeological sites, being involved in community festivals, watching traditional dances or ceremonies, or merely shopping for handcrafted art* (Besculides, Lee e McCormick, 2002: 303-304).

O turismo cultural pode ser resumido num segmento da indústria turística que dá especial ênfase ao património e às atrações de cariz cultural e que remete para a necessidade humana de conhecimento e experiência. Mas a abordagem do turismo cultural, nomeadamente o relacionado com os destinos que são património pela U.N.E.S.C.O., não tem, no entanto, atraído os geógrafos portugueses e no que se refere às perceções dos residentes, não têm estado no cerne das suas preocupações, sendo o mesmo extensível às restantes ciências sociais.

Na atualidade é um dos segmentos que mais tem crescido nesta indústria (Ark e Richards, 2006; Ritchie e Inkari, 2006; Sharma e Dyer, 2009; Chen e Chen, 2010; Shin, 2010). Segundo a O.C.D.E., em 2009, o turismo cultural representava cerca de 40% de todo o turismo internacional, correspondendo a 360 milhões de chegadas em 2007 (Richards e Munsters, 2010).

O crescimento do turismo cultural remete também para o aumento da competição entre os destinos turísticos, que é cada vez mais acesa e que se traduz num número crescente de cidades que tentam atrair turistas internacionais.

Levantamos a seguinte questão. Será que o modelo simplista avançado por Greg Richards, em 2001 (Figura 6), e salientado pela O.C.D.E., em 2009 (página 27 do documento *The impact of culture on tourism*), que faz a distinção entre turismo patrimonial, turismo cultural e turismo criativo é claro e adapta-se à realidade atual? O turismo patrimonial não deverá ser encarado como um subgrupo do turismo cultural?

Talvez seja pertinente a perspetiva de Richards, mas cada vez mais para os territórios sobreviverem há necessidade de associar o turismo cultural ao turismo patrimonial e podemos até ligá-los, cada vez com mais facilidade, ao turismo criativo (Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016).

Figura 6- Características do turismo patrimonial, do turismo cultural e do turismo criativo

Formas de turismo	Enfoque temporal	Enfoque cultural	Forma de consumo
Turismo Patrimonial	Passado	Cultura sofisticada (Alta cultura) e cultura tradicional	Produtos
Turismo Cultural	Passado e presente	Cultura sofisticada (Alta cultura) e cultura popular	Produtos e processos
Turismo Criativo	Passado, presente e futuro	Cultura sofisticada (Alta cultura), cultura popular e cultura de massas	Experiências e transformações

Fonte: Adaptado de Richards, 2001, *in* O.E.C.D., 2009: 27.

Principais impactes na comunidade

Normalmente as avaliações em termos de impactes centram-se nos impactes económicos. Todavia, como o turismo é uma atividade económica de carácter sazonal e sujeita a modas, não é fácil gerar um fluxo contínuo robusto de rendimento (Matias, Nijkamp e Sarmiento, 2011).

Os impactes socioculturais tendem a ser ignorados porque são menos tangíveis e difíceis de medir. Em termos de impactes socioculturais positivos são geralmente avançados os seguintes, segundo vários autores (*e.g.*, Hall, 1992; Deccio e Baloglu, 2002; Ritchie, Shipway e Cleeve, 2009; Matias, Nijkamp e Sarmiento, 2011; Eusébio e Carneiro, 2012): i) valorização do património cultural; ii) valorização e fortalecimento de valores culturais e das tradições; iii) revalorização das artes e ofícios tradicionais; iv) conservação do património edificado; v) aumento do orgulho da comunidade recetora; vi) melhoria da qualidade de vida com o aumento da oferta de emprego e de eventos culturais; vii) ajuda na construção da identidade regional e nacional.

As comunidades locais podem, também, enfrentar impactes negativos, de ordem económica, social e ambiental, tais como: i) aumento dos preços dos bens, serviços e propriedades; ii) problemas de congestionamento e estacionamento; iii) aumento da insegurança,

criminalidade, droga e prostituição; iv) sentimento de “saturação” nos residentes; v) significativa redução da qualidade do ambiente; vi) conflitualidade entre residentes e visitantes.

De acordo com a O.C.D.E. (2009), o turismo cultural é uma atividade atrativa devido à série de benefícios que ela pode oferecer às comunidades locais. Além dos que são mencionados na maior parte da literatura internacional, quando se reporta aos benefícios relativamente ao turismo (no seu sentido mais lato), como a criação de empresas e de postos de trabalho, o aumento das receitas fiscais, a diversificação da economia local, a preservação das tradições e cultura locais, esta organização avança com outro tipo de benefícios mais circunscritos ao turismo cultural. São destacados: a criação de oportunidades para parcerias; a atração de visitantes interessados em história e preservação; o gerar investimento local em recursos históricos; a elevação do orgulho da comunidade em termos do património que possui; e o aumento da conscientização da importância do lugar ou da região.

Os impactes mais importantes podem ser sintetizados no Quadro 2.

O turismo cultural pode ser investigado centrando-se na perceção dos vários atores (*stakeholders*) e usando o enfoque quantitativo, bem como o qualitativo. Pode ainda ser estudado em inúmeros territórios, a várias escalas (municípios ou associação de municípios), mas a realização de investigação em parceria com os agentes locais e regionais, colhendo antes informação sobre o tipo de trabalho de que necessitam estes agentes, torna-se muito mais pertinente.

2.4.3.2-Como investigar o tema do turismo cultural

Os atores (*stakeholders*) que vale a pena serem considerados na investigação são: os residentes (pouco estudados até ao momento); as associações de desenvolvimento local e regional e o seu papel no planeamento e desenvolvimento do turismo sustentável (também pouco estudadas até ao momento); os restantes agentes ligados ao desenvolvimento local e regional; bem como os visitantes. Estes últimos têm merecido um estudo mais aprofundado, direcionando-se para as motivações da realização das viagens e a imagem do destino turístico.

Também o impacte nos territórios das políticas nacionais e regionais, relacionadas com o turismo constituem um tema de abordagem interessante.

Quadro 2 – Principais impactes económicos, socioculturais e ambientais da atividade turística e o seu carater positivo e negativo

Impactes Económicos	
Positivos	Negativos
Aumento do investimento (<i>e.g.</i> , em infraestruturas, equipamentos)	Elevação dos preços dos bens, serviços e outros
Aumento das receitas	Aumento da carestia de vida
Mais criação de emprego	
Oportunidade para difusão/promoção dos produtos e serviços	
Aumento dos rendimentos	
Melhoria da qualidade de vida	
Diversificação da economia local	
Impactes Socioculturais	
Positivos	Negativos
Preservação dos recursos endógenos, das tradições e da cultura local	Mudança dos hábitos dos residentes (mimetização)
Melhoria da qualidade de vida	Conflitos entre residentes e visitantes
Maior orgulho e autoestima da comunidade recetora	Aumento da delinquência e do crime
Contributo para a identidade local, regional e nacional	Aumento da corrupção
Intercâmbio cultural – aumento dos níveis de interação social e cultural	Congestionamento e sobrelotação
Oportunidade para conhecer novas culturas e diferentes pessoas e fazer coisas interessantes	
Impactes Ambientais	
Positivos	Negativos
Criação de áreas protegidas	Alteração da paisagem e degradação do ambiente natural e construído
Preservação do património construído	Aumento do congestionamento de tráfego conduzindo a problemas de estacionamento
Aumento da proteção dos espaços públicos conduzindo ao aumento da segurança pública	Aumento da poluição sonora, visual e atmosférica
	Aumento da produção de resíduos
	Diminuição da qualidade da água
	Aumento do tráfego por ar e por terra

Fonte: Remoaldo e Cadima Ribeiro, 2016.

2.4.3.3-A percepção dos residentes dos impactes do turismo e a imagem do destino mantida pelos turistas

Estudos realizados à escala internacional e em Portugal

À escala internacional há muitos estudos que desde os anos de 1970 se debruçam sobre as percepções e atitudes dos residentes sobre o turismo e os seus impactes (*e.g.*, Pizam, 1978; Brougham e Butler, 1981; Murphy, 1981; Ap, 1992; Getz, 1994; Lankford, 1994; Faulkner e Tideswell, 1997; Brunt e Courtney, 1999; Besculides, Lee e McCormick, 2002; Kuvan e Akan, 2005; Sharma e Dyer, 2009; Bimonte e Punzo, 2011) e que reconhecem o potencial dos residentes para o sucesso de um destino turístico.

Em Portugal são poucos os estudos realizados até ao momento sobre as percepções dos residentes relativamente ao turismo. Mesmo os poucos que foram realizados até 2010 (*e.g.*, Monjardino, 2009; Souza, 2009; Eusébio e Carneiro, 2010), nenhum lidou com a segmentação das percepções dos residentes. Além disso, todos os estudos realizados centraram-se na região centro de Portugal ou nas ilhas dos Açores e nenhum deles se debruçou sobre as cidades ou locais classificados pela U.N.E.S.C.O. como Património Mundial, como é o caso de Guimarães.

Desde 2010 que foi possível melhorar este cenário. Como caso de estudo retratamos na presente obra um exemplo de turismo cultural. A cidade de Guimarães deve ser entendida, em termos turísticos, como um exemplo de turismo cultural e patrimonial, por estar ligada simbolicamente ao facto de ser assumida como o berço da nacionalidade e pela preservação do seu património histórico, que tem sido, aliás, premiada, por várias vezes, à escala internacional. Estes factos afiguram-se como os principais fatores que conduziram à sua certificação como Património da Humanidade pela U.N.E.S.C.O., em Dezembro de 2011.

Também se considera que o envolvimento da população vimaranense no processo de planeamento do turismo é um bom princípio para tornar a estratégia que se quer aplicar mais sustentável. Porque em Portugal não se “escutam” normalmente as populações sobre o que querem e são capazes de fazer para o desenvolvimento do seu território, ainda que seja reconhecido, hoje em dia, a necessidade de um planeamento participativo.

O turismo cultural assume-se como uma atividade relevante num município de características urbanas e de tradição industrial, como o é Guimarães, com algumas dificuldades em tornar a sua base produtiva mais diversificada e competitiva, e necessitando de encontrar soluções da retoma do crescimento e luta contra o desemprego.

De acordo com Carminda Cavaco, *os turistas são “criadores” de lugares, na medida em que estes se desenvolvem em função deles, quaisquer que tenham sido os actores intervenientes, públicos e privados, sejam lugares novos ou lugares transformados, dinamizados, adaptados (...)* (Cavaco, 2008: 49). Adita ainda o facto de o olhar do turista ser muito específico (...) *pois ele observa, nos lugares que não lhe são familiares, elementos a que não presta habitualmente atenção no seu espaço-tempo quotidiano* (Équipe MIT, 2002, citada por Cavaco, 2008: 50).

A imagem do destino é importante, pois influencia a perceção das pessoas ou o valor percebido do lugar e pode afetar as suas escolhas e comportamentos (Chen e Chen, 2010). Desde os anos de 1970 que se realizam investigações que abordam a questão da distinção entre os tipos de pessoas em conexão com os seus comportamentos, seja como consumidores de lazer (visitantes), seja como produtores de trabalho (anfitriões - Smith, 1976).

A compreensão das perceções do visitante de um destino patrimonial é importante para o desenvolvimento de estratégias bem sucedidas de *marketing*, na promoção e posicionamento desse destino. No caso de Guimarães, os resultados são ainda mais importantes, devido à oportunidade de organização da Capital Europeia da Cultura 2012, porque foi uma oportunidade para reformular alguns pontos fracos e/ou dimensões negativas da imagem de Guimarães ou para reforçar os pontos fortes.

Algumas conclusões de estudos concretizados em Portugal

No presente *item* recordamos alguns resultados de várias investigações realizadas pela signatária desta obra e inserida numa equipa constituída também por dois economistas e parte do tempo também por um colega da gestão e do *marketing*.

Esta equipa iniciou investigação conjunta em 2008 e tem-se mantido até ao momento de redacção da presente obra. Tem-se debruçado sobre o destino Guimarães, tendo percorrido o período anterior à CEC 2012 e acompanhado o período após a realização deste megaevento. Tem sido dada particular atenção à perceção dos residentes, pois constituem um *stakeholder* que tem sido negligenciado nas políticas públicas ligadas ao desenvolvimento quer a nível nacional quer a nível local. Não obstante, a equipa tem complementado a sua análise com os discursos de outros intervenientes, tais como, os visitantes e os agentes políticos locais e regionais.

Não é *naïve* a escolha da população vimaranense como elemento de análise no seio da nossa investigação. A população vimaranense deu já mostras públicas de ter um orgulho e uma autoestima elevados (*community pride*) e um grande enraizamento territorial (*local attachment*) que decorre, entre outros aspetos, de Guimarães ter sido o berço da nacionalidade. Recorde-se a este propósito a

representação simbólica aquando do Euro 2004, com a colocação nas janelas e varandas das casas dos vimaranenses, em pé de igualdade com a bandeira portuguesa, da bandeira do município. Este facto não ocorreu noutras cidades, com a dimensão encontrada no município de Guimarães. Por último, é pertinente recordar a resposta desta população ao facto de não ter sido escutada no processo de planeamento e organização da “Guimarães 2012 - Capital Europeia da Cultura” e que foi particularmente visível no ano de 2011 e amplamente divulgado nos órgãos de comunicação social.

Começando pela aplicação do inquérito realizado entre Janeiro e Março de 2010, este implicou uma amostra de 540 vimaranenses e contou com a parceria da Câmara Municipal de Guimarães. Há ainda que ressaltar que a amostra tentou fazer uma cobertura das 69 freguesias que constituem o município e tentou ajustar-se às principais variáveis sociodemográficas da população (sexo, idades e nível de instrução). As principais ilações a retirar das 25 questões usadas no questionário foram as seguintes:

- 1) a amostra assumiu as características da classe média e média baixa;
- 2) 98,2% dos inquiridos manifestou uma opinião muito positiva relativamente ao turismo em Guimarães, concordando ou concordando completamente com a afirmação de que “O turismo é bom para o desenvolvimento do município”;
- 3) os jovens, as mulheres, os mais instruídos e aqueles que viviam em freguesias predominantemente urbanas foram os mais “entusiastas” relativamente à atividade turística, enquanto os idosos e os homens mostraram ser mais “céticos”;
- 4) dos 14 *itens* usados para avaliar os impactes percecionados pelos turistas, surge, em primeiro lugar, a ideia de que o turismo “permite o contacto com culturas diferentes” (93,4% dos inquiridos concordavam com esta afirmação), seguindo-se os que manifestaram que o turismo “estimula a cultura local e o artesanato” (90,4%), “cria postos de trabalho para os residentes” (86,7%) e que “permite a conservação e restauro de edificios históricos” (85,7%);
- 5) os locais onde os residentes gostavam mais de ver os turistas eram os mais simbólicos da cidade e alguns deles são a expressão do berço da nacionalidade, tais como o centro histórico de Guimarães, o Castelo de Guimarães, o Paço dos Duques de Bragança, o Monte de Santa Catarina (Monte da Penha), e algumas freguesias mais periféricas (*e.g.*, Caldelas);
- 6) apenas 2,4% dos residentes afirmaram que existiam locais onde não gostavam de ver turistas (cafés, piscinas municipais, centros hospitalares, áreas degradadas da cidade, ruas menos históricas e junto aos rios). A poluição parece ser o factor mais destacado para este tipo de resposta;
- 7) os inquiridos consideraram que o município tinha uma afluência moderada de visitantes e gostariam de vir a receber mais no futuro;

8) os aspetos que preocupavam mais os inquiridos eram o eventual aumento da insegurança no município, eventuais efeitos de deterioração física do centro histórico da cidade, a falta de oferta em termos de atividades culturais, e eventual grande afluência automóvel, provocando escassez de alternativas de estacionamento automóvel e congestionamento de tráfego.

Ainda que os resultados não se afastem dos encontrados noutros trabalhos realizados sobre o centro histórico de Guimarães (rede ATLANTE, 2005a, 2005b), não é fácil entender o que conduziu os residentes a mencionar que havia “falta de oferta em termos de atividades culturais”.

Perante estes resultados, de excessiva avaliação positiva do turismo, considerámos que merecem uma análise cuidadosa e realista por parte da autarquia.

2.4.3.4-As Capitais Europeias da Cultura e da Juventude e os seus impactes na qualidade de vida das populações

Definição de megaevento e os seus impactes

O que é um megaevento? Que tipo de impactes pode gerar?

Um megaevento pode ser encarado como um evento cultural de lazer, desportivo ou até económico, de larga escala. Apesar de ser limitado no tempo, pressupõe consequências de longo prazo nas cidades que o acolhem (Matias, 2010), em termos do desenvolvimento do turismo, da melhoria da imagem da cidade organizadora, da revitalização urbana e da expansão das indústrias culturais.

Os megaeventos pertencem ao campo de estudo intitulado de estudos de eventos (*event studies*), sendo uma área interdisciplinar (onde as ciências sociais têm dado um grande contributo) e representam o domínio em expansão de gestão de eventos (*event management*) (Getz e Page, 2016). Desde os anos de 1990 que existe uma competição entre inúmeras cidades para a realização de megaeventos, na perspetiva de ativar o desenvolvimento urbano (Steffani, 2011).

São inúmeros os impactes positivos e negativos que um megaevento pode criar, podendo os mesmos serem sentidos por uma variedade de atores sociais. Um megaevento pode afetar a vida dos indivíduos e de diferentes formas, podendo existir uma desigualdade na distribuição dos impactes e dos benefícios. Os principais impactes dos megaeventos são, tal como foi mencionado no Quadro 2 da presente obra: económicos, socioculturais e ambientais.

Os estudos sobre impactes dos megaeventos são concretizados desde os anos de 1980 (Ritchie, 1984; Getz, 1991; Hall, 1992) e estiveram direcionados maioritariamente para os eventos desportivos, com destaque para os Jogos Olímpicos (*e.g.*, Deccio e Baloglu, 2002;

Ritchie, Shipway e Cleeve, 2009) ou o Campeonato do Mundo de Futebol (e.g., Lepp e Gibson, 2011), sendo secundários os estudos centrados nos eventos culturais. Em 1992, Hall sublinhou o facto de os impactes ambientais, socioculturais e políticos serem mais relevantes dos que os económicos. Esta postura foi reafirmada, em 2006, por Kim, Gursoy e Lee, e em 2009 por Ritchie, Shipway e Cleeve.

Por que é que os impactes económicos têm sido mais abordados? Apesar de os impactes socioculturais, políticos e ambientais serem reconhecidos como mais importantes dos que os económicos (Hall, 1992), na prática há tendência para se focarem os do foro económico. Isto acontece devido à postura dos organizadores do megaevento, que estão mais preocupados com a obtenção de dados económicos, sendo estes mais fáceis de serem quantificados. Por outro lado, os resultados dos impactes socioculturais podem não ser positivos em termos de perceção política (Langen e Garcia, 2009).

Em termos de impactes socioculturais, o turismo funciona como um incentivo à reabilitação e conservação do património histórico que, de outra forma, poderia até desaparecer.

Passando o património histórico a constituir atração para os turistas, isso permite uma tomada de consciência da necessidade da sua salvaguarda e respeito pela arquitetura local, muitas vezes subavaliada pela população autóctone (Henriques, 2007; Cunha, 2008). A verdade é que, sem suporte económico, a preservação do património material dificilmente é possível e, falando de suporte económico, falamos de consumidores, turistas, neste caso. Quando esse património é recuperado e uma vez implantadas e/ou dinamizadas as indústrias culturais que vão constituir o suporte do projeto turístico, estas acabam por ser fonte adicional de riqueza, ao serem elementos de atração de novas atividades e residentes.

Os estudos realizados tenderam, até ao momento a centrar-se em seis áreas de impacto: infraestruturas físicas, impactes económicos, culturais, ambientais e turísticos e valorização da imagem.

A Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura e a Braga 2012 Capital Europeia da Juventude

Uma Capital Europeia de Cultura é hoje em dia encarada como o terceiro maior evento que se pode realizar no espaço europeu, a seguir aos Jogos Olímpicos e ao Campeonato Mundial/Europeu de Futebol (van Heck, 2011).

Foi em 1985 que nasceu a iniciativa da realização de Capitais Europeias da Cultura (C.E.C.). São vários os objetivos subjacentes à realização das C.E.C., sobressaindo a valorização

da riqueza e a diversidade das culturas europeias, bem como o contributo para um maior conhecimento mútuo dos cidadãos europeus. Por outro lado, as estruturas e valências desenvolvidas devem ser o alicerce de uma estratégia de desenvolvimento cultural sustentável da cidade que acolhe uma C.E.C..

Não há consenso a nível internacional sobre o que deve ser considerado como megaevento. No presente texto será identificada a Capital Europeia da Cultura como um megaevento, porque abrange, numa cidade Europeia, uma série de eventos culturais que acontecem durante um ano. Também porque pressupõe uma planificação que se estende por vários anos, e porque ambiciona dar uma visibilidade significativa à escala internacional à cidade que ostenta o título. Adite-se ainda o facto de mobilizar significativos recursos, quer humanos quer financeiros (públicos e privados).

As características de um megaevento podem ser sintetizadas no seguinte (Góis, 2014):

- 1-são eventos esporádicos, de grande escala, e de duração inferior ou igual a um ano;
- 2-detêm um cariz internacional em termos de cobertura mediática e de número de participantes;
- 3-requerem o envolvimento de uma quantidade significativa de recursos humanos, financeiros, comunicacionais, culturais e comerciais;
- 4-são financiados por entidades públicas e privadas;
- 5-a sua programação é preparada com bastante antecedência.

A maior visibilidade na comunicação social por parte das cidades que ostentam o título de C.E.C. provoca, por sua vez, impactes relevantes em termos de desenvolvimento turístico e de tomada de consciência pelos habitantes da importância da sua cidade e da respetiva cultura (Palmer/Rae Associates, 2004; E.C., 2009).

No seguimento do estudo realizado em 2010 sobre a perceção dos residentes de Guimarães foram recolhidas mais duas amostras junto dos residentes antes e depois da Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura: uma em 2011 (período *ex-ante*) e outra em 2013 (período *ex-post*). No primeiro inquérito (aplicado entre outubro e dezembro de 2011) foram contempladas 20 questões e foram considerados 471 questionários válidos (totalmente preenchidos) dos cerca de 1000 distribuídos.

Tentou-se aferir o tipo de participação esperada por parte da população vimaranense e a sua perceção dos impactes deste megaevento. As ilações principais foram as seguintes:

- 1) 59,2% dos inquiridos eram do sexo feminino, aproximando-se da percentagem encontrada através do Recenseamento Geral da População de 2011 (51,4%). Este resultado é

próximo do de outros estudos, como o de Sharma e Dyer (2009), Corte (2012) e Eusébio e Carneiro (2012); o nível de instrução mais representativo na amostra foi o 2º ciclo do ensino básico (50,1%), estando a representação deste grupo um pouco acima do que acontecia no município; também ocorreu uma sobrerrepresentação do grupo dos mais jovens (15 a 24 anos – 15% no município *versus* 54,4% na amostra) e a maioria dos inquiridos era proveniente de Áreas Predominantemente Urbanas (A.P.U. – 63,8%);

2) somente 35,5% dos inquiridos referiram que tencionavam assistir às atividades desenvolvidas no evento “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012” e a maioria (52,9%) afirmou que “provavelmente” o faria, existindo variações segundo o género, a idade e o nível de instrução;

3) o grau de conhecimento da programação cultural do megaevento foi considerado médio pelos inquiridos (42,4%), seguido de baixo conhecimento (26,1%), correspondendo a uma média de 2,7, usando uma escala de Likert com 5 níveis, afastando-se, por exemplo, do estudo de Melville *et al.* (2010), realizado para a cidade de Liverpool - em que, em 2007 (antes do megaevento “Liverpool Capital Europeia da Cultura”), 57% da população tinha um conhecimento razoável do megaevento;

4) dos 20 impactes usados para os inquiridos se pronunciarem, em termos de perceções de impactes económicos, usando uma escala de Likert de 5 níveis, os residentes concordavam que: a “Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012” atraía mais investimento (Média=4,00); em termos de perceções de benefícios sociais, os residentes consideravam que o evento “Guimarães 2012” promovia melhorias na dotação em infraestruturas locais (Média=3,77) e aumenta o nível de qualidade de vida (Média=3,32); no que concerne às perceções sobre os impactes culturais, a comunidade local considerou que o megaevento tinha mais impactes positivos para o destino do que negativos, nomeadamente no que dizia respeito à conservação do património construído (Média=4,17), à valorização e recuperação das tradições (Média=4,01) e a maior investimento na cultura (Média=4,06).

Estes resultados foram complementados com as motivações e a imagem dos visitantes relativamente ao destino “Guimarães” (anos de 2010 e 2011), referentes a uma investigação no âmbito de uma dissertação de mestrado desenvolvida pelo Diretor dos Serviços de Turismo de Guimarães, Vitor Marques (Marques, 2011).

Os inquéritos aplicados aos visitantes de Guimarães centraram-se em três épocas: baixa (Dezembro de 2010 – 90 inquéritos), média (Abril de 2011 – 90 inquéritos) e alta (Julho/Agosto de 2011 – 96 inquéritos). Foi confirmado que o perfil encontrado é idêntico ao avaliado para o turismo cultural à escala internacional (predomínio das mulheres, com níveis elevados de

instrução e jovens). Este tipo de perfil apenas se tem vindo a alterar no que diz respeito à maior procura por parte de turistas mais jovens (Silberbeg, 1995; Perez, 2009).

Em termos da amostra de 2013 (abril e maio) que resultou em 551 questionários completos, comprovou-se que existem diferenças significativas quando comparada com a primeira amostra. Há várias formas de se abordarem os impactes dos megaeventos. Pode-se optar por uma abordagem vertical, transversal ou longitudinal (Hiller, 1998; Matheson e Baade, 2003, citados por Góis, 2014). O estudo sobre o qual se vão apresentar resultados é do tipo longitudinal, ou seja, debruça-se sobre os impactes nos períodos pré, durante e pós-megaevento, que é a menos corrente (Gursoy *et al.*, 2011), visto a maior parte dos estudos se centrarem nos períodos *during* e *ex-post*. A maior das investigações realizadas confirma que os residentes tendem a ter uma perspetiva muito positiva antes do megaevento (principalmente se for a sua primeira experiência) e que após o megaevento as perceções positivas já não são tão elevadas (Gursoy *et al.*, 2011).

Através de uma análise factorial e uso de testes *t*, foi possível concluir o seguinte:

-as amostras são similares, havendo um predomínio das mulheres, mas estas estiveram mais presentes, em 2011, na primeira amostra (59,5% *versus* 55,5%); estes resultados seguem o que ocorria no universo (município de Guimarães) nas datas de realização dos inquéritos;

-verificou-se um predomínio dos jovens nas duas amostras (54,4% e 52,1%), significando que foram sobretudo os estudantes do ensino secundário (os primeiros a serem abordados) que responderam ao questionário;

-os respondentes da segunda amostra revelaram ter um nível de instrução mais elevado e um rendimento líquido familiar mensal mais elevado;

-foram considerados cinco fatores (1 - Investimentos e benefícios imateriais; 2 - Custos económicos, sociais e ambientais; 3 – Segurança e infraestruturas; 4 – Alterações nos costumes e hábitos; 5 – Benefícios económicos e sociais);

-os cinco fatores explicavam 56,02% do total da variância, com particular destaque para o fator 1;

-foram encontradas diferenças significativas entre as amostras do período antes e depois do evento, ou seja, dos 20 *itens* avaliados em termos de impactes, em 10 deles foram encontradas, em termos estatísticos, diferenças significativas;

-as maiores diferenças entre as duas amostras ocorreram nos fatores 1 e 5; os residentes tinham elevadas expectativas antes do megaevento em termos de investimentos e de benefícios imateriais, mas estas expectativas não aconteceram com a realização do megaevento;

-no entanto foi encontrado no período antes do megaevento e no fator 2 (de percepções negativas) médias mais elevadas do que no período posterior; este resultado significa que com o passar do tempo os residentes perceberam que o megaevento teve menos impactos negativos na economia local (e.g., aumento dos preços de bens e serviços, aumento dos níveis de crime e de tráfego) do que o que pensavam antes do megaevento;

- em dois *itens* ocorreram o mais baixo *score* em termos de media seguindo os resultados de outros estudos (e.g., Gursoy *et al.*, 2011); os residentes entenderam que o megaevento contribuiu para uma maior oportunidade de melhorar a imagem global da cidade e da comunidade, mas já não tiveram a certeza de tal acontecer em relação aos benefícios pessoais.

No que concerne à Braga 2012 Capital Europeia da Juventude (que também deve ser considerada como um megaevento) é um título concedido a uma cidade europeia pelo *European Youth Forum*, pelo período de um ano. Este megaevento tem subjacente a participação, sobretudo dos jovens, e esta deve ocorrer à escala local, nacional e europeia e pressupõe a implementação de projetos inovadores (*European Youth Forum*, 2011).

A escolha das C.E.J. é semelhante à das Capitais Europeias da Cultura, ainda que o montante envolvido em termos de investimento seja muito inferior ao que é testemunhado quando é organizada uma C.E.C.. Tal situação dificulta a aposta na regeneração urbana, ainda que possa ser motivadora de um algum dinamismo cultural. Braga foi a quarta cidade a receber uma Capital Europeia da Juventude. Tal aconteceu em 2012, tendo Roterdão sido, em 2009, a primeira C.E.J. (<http://www.youthforum.org/> – acedido a 19/11/2012).

Tendo por base a aferição da percepção dos participantes em cinco eventos e dos residentes em Braga, dos impactos da C.E.J. Braga 2012, uma equipa da Universidade do Minho aplicou um inquérito, entre outubro e dezembro de 2012, a 512 pessoas, aquando da realização de cinco eventos que cobriram vários locais da cidade, e que alcançaram vários estratos etários da população. Em Janeiro de 2013, esta auscultação foi complementada com a realização de um *focus group*, que nos levaram a concluir o seguinte:

- 1) em termos do total de participantes nos cinco eventos, predominou o sexo feminino (51,4% *versus* 46,1% no sexo masculino) e a maior parte dos inquiridos eram residentes no município de Braga (63,5%);
- 2) os grupos etários mais jovens foram os que predominaram na amostra (quase 60% situaram-se entre os 10 e os 29 anos de idade), enquanto o grupo igual ou superior a 65 anos de idade deteve muito pouca representatividade na amostra (0,8%);

- 3) a maioria dos inquiridos eram empregados (49,2%) e estudantes (39,3%); 13,3% da população encontrava-se desempregada; concluiu-se que a amostra possuía características de classe média e média baixa;
- 4) foram usadas sete afirmações (usando uma escala de Likert de 5 níveis) que versavam mais diretamente a percepção dos impactes da C.E.J. 2012;
- 5) na afirmação “Os eventos não tiveram grande impacte na cidade de Braga”, 34,6% discordaram e 18,2% discordaram totalmente desta afirmação; mas, 21,9% não respondeu à questão;
- 6) para avaliação dos impactes económicos e sociais da C.E.J. 2012 foram usadas duas afirmações, começando por “Vão ser relevantes os impactes económicos e sociais da C.E.J. nos anos após 2012”, usando novamente uma escala de Likert com 5 níveis; os inquiridos mostraram-se mais cautelosos e entenderam não responder (31,6%), porque não sabiam sobretudo avaliar este tipo de impacte, seguindo-se o concordo (28,1%). As mulheres emitiram uma opinião mais positiva (36,9% versus 33,4%), enquanto na variável idade foram os jovens e os idosos que revelaram uma opinião mais positiva;
- 7) na segunda afirmação (“Os principais impactes económicos da C.E.J. nos próximos anos serão uma maior dinâmica do comércio e serviços e uma maior criação de emprego”), os inquiridos expressaram uma opinião mais clara; concordaram, em 30,3% dos casos, com a afirmação, mas em 29,3% dos casos não expressaram a sua opinião; também aqui as mulheres demonstraram possuir uma opinião mais positiva (39,6% versus 35,6% para os homens).

2.4.4-Bibliografia básica

Besculides A.; Lee, M.; McCormick, P. (2002), “Residents’ perceptions of the cultural benefits of tourism”, *Annals of Tourism Research*, 29(2), pp. 303-319.

Brida, J.; Osti, L.; Barquet, A. (2010), “Segmenting resident perceptions towards tourism – a cluster analysis with a multinomial logit model of a mountain community”, *International Journal of Tourism Research*, 12(5), pp. 591–602.

Brunt, P.; Courtney, P. (1999), “Host perceptions of sociocultural impacts”, *Annals of Tourism Research*, 26(3), pp. 493–515.

- Butler, R. (1999), “Sustainable tourism: a state-of-the-art review”, *Tourism Geographies*, 1(1), pp. 7-25.
- Butler, R. (2009), “Tourism in the future: Cycles, waves or wheels?”, *Futures*, 41(6), pp. 346-352.
- Cadima Ribeiro, J.; Remoaldo, P.C. (2011), “Cultural heritage and tourism development policies – the case of a portuguese U.N.E.S.C.O. world heritage city”, in M. Coelho; Á. Matias (Orgs.), *Economics and Management of Tourism: Tendencias and Recent Developments*, Colec. “Manuais”, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, pp. 199-223.
- Cadima Ribeiro, J., Vareiro, L.; Remoaldo, P. (2012), “The host-tourist interaction in a world heritage site: the case of Guimarães”, *China-USA Business Review*, 11(3), pp. 283-297.
- Cavaco, C. (Coord.) (2008), *Turismo, Inovação e Desenvolvimento*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Costa, C. (2005), “Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000)”, *Análise Social*, XL(175), pp. 279-295.
- Eusébio, C.; Carneiro, M.J. (2010), “A importância da percepção dos residentes dos impactes do turismo e da interação residente-visitante no desenvolvimento dos destinos turísticos”, in *International Meeting on Regional Science: The Future of Cohesion Policy*, APDR e AECR, Elvas e Badajoz, 17 a 19 de Novembro, 25 págs.
- Getz, D. (1991), *Festivals, special events, and tourism*, New York, Van Nostrand Reinhold.
- Gursoy, D., Chi, C.G., Ai, J. e Chen, B.T. (2011), “Temporal Change in Resident Perceptions of a Mega-event: The Beijing 2008 Olympic Games”, *Tourism Geographies*, 13(2), pp. 299-324.
- Hall, C.M.; Page, S.J. (2009), “Progress in Tourism Management: from the geography of tourism to geographies of tourism – a review”, *Tourism Management*, 30, pp. 3-16.
- Jackson, L.A. (2008), “Residents’s perceptions of the impacts of special event tourism”, *Journal of Place Management and Development*, 1(3), pp. 240-255.
- Kim, K.; Uysal, M.; Sirgy, M.J. (2012), “How does tourism in a community impact the quality of life of community residents?”, *Tourism Management*, 36, pp. 527-540.
- Langen, F.; Garcia, B. (2009), *Measuring the impacts of large scale cultural events: a literature review*, Liverpool, Impacts 08.
- Melville, R. et al. (2010), *Neighbourhood Impacts: a longitudinal research study into the impact of the Liverpool European Capital of Culture on local residents*, Liverpool, Impacts 08.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (O.E.C.D.) (2009), *The impact of culture on tourism*, Paris.
- Pearce, D.G. (1981), *Tourist development. Topics in applied geography*, Harlow, Longman.

- Pearce, D.G. (1987), *Tourist today: a geographical analysis*, Edinburgh, Longman.
- Pérez, X. (2009), *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*, Tenerife, Colección PASOS edita, Nº 2.
- Poria, Y.; Butler, R.; Airey, D. (2003), “The core of heritage tourism”, *Annals of Tourism Research*, 30(1), pp. 238–254.
- Remoaldo, P.C.; Cadima Ribeiro, J. (2016), *O legado de Guimarães Capital Europeia da Cultura de 2012: a leitura dos residentes e dos visitantes*, Porto, Edições Afrontamento (no prelo).
- Richards, G.; Munsters, W. (Eds.) (2010), *Cultural tourism research methods*, Oxfordshire, CAB International.
- Richards, G.; Wilson, J. (Eds.) (2007), *Tourism, creativity and development*, London, Taylor & Francis.
- Silberberg, T. (1995), “Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites”, *Tourism Management*, 16(2), pp. 361-365.
- UNEP; UNWTO (2005), *Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers*, Paris, United Nations Environment Programme e Madrid, World Tourism Organization.
- Van Heck, I. (2011), *The European Capital of Culture. Aims, expectations, outcomes and cooperations in relation to this high profile mega event*, Master Thesis in Human Geography, Nijmegen, Radboud University Nijmegen, Netherlands.
- Vareiro, L.; Remoaldo, P.C.; Cadima Ribeiro, J. (2012), “Residents’ perceptions towards tourism impacts in the Northern Portugal using cluster analysis”, *Current Issues in Tourism*, iFirst article, pp. 1-17.

2.4.5-Bibliografia complementar

- Aguiló, E.; Roselló, J. (2005), “Host community perceptions. A cluster analysis”, *Annals of Tourism Research*, 32(4), pp. 925–941.
- Ap, J. (1992), “Residents’ perceptions on tourism impacts”, *Annals of Tourism Research*, 19(4), pp. 665–690.
- Ark, L.A.; Richards, G. (2006), “Attractiveness of cultural activities in European cities: A latent class approach”, *Tourism Management*, 27, pp. 1408-1413.
- ATLANTE (2005a), *Promoção turística conjunta de cidades atlânticas “Património da Humanidade”*, Concello de Lugo.

- ATLANTE (2005b), *Modelos de gestão: soluções institucionais para as cidades históricas/modelos de gestão: soluções institucionais para as Cidades Históricas*, Ayuntamiento de Santiago de Compostela e Câmara Municipal do Porto.
- Beni, M.C. (2003), *Análise estrutural do turismo*, 9ª ed., São Paulo, Editora Senac São Paulo.
- Bimonte, S.; Punzo, L.F. (2011), “Instruments of structural policies for tourism sustainability”, in Matias, Á.; Nijkamp, P.; Sarmento, M. (Eds.) (2011), *Tourism Economics. Impact Analysis*, London, Physica-Verlag, A Springer Company, pp. 95-107.
- Blackstock, K. (2005), “A critical look at community based tourism”, *Community Development Journal*, 40(1), pp. 39-49.
- Brougham, J.; Butler, R. (1981), “A segmentation analysis of resident attitudes to the social, impact of tourism”, *Annals of Tourism Research*, 7(4), pp. 569–590.
- Butler, R. (1980), “The concept of tourist area cycle of evolution: implications for management of resources”, *The Canadian Geographer*, 24(1), pp. 5-12.
- Cadima Ribeiro, J.; Vareiro, L. (2010), "Portugal's Minho-Lima region as a tourist destination: tourism operators' attitudes towards its mangement and promotin", *Tourism Economics*, 16(2), pp. 385-404.
- Chen, C.-F.; Chen, F.-S. (2010), “Experience quality, perceived value, satisfaction and behavioral intentions for heritage tourists”, *Tourism Management*, 31, pp. 29-35.
- Choi, H.; Murray, I. (2010), “Resident attitudes toward sustainable community tourism”, *Journal of Sustainable Tourism*, 18(4), pp. 575–594.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2008), *Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal – Agenda Regional de Turismo*, Porto.
- Corte, D.P. (2012), *O papel da Capital Europeia da Cultura Guimarães 2012: fator de atração do turista espanhol*, Dissertação de Mestrado em Marketing e Gestão Estratégica, Braga, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho.
- Claval, P. (2007), “The nature of cities and the analysis of their cultural problems”, *Journal of Economic and Social Geography*, 98(2), pp. 153-164.
- Cunha, L. (1997), *Economia e política do turismo*, Lisboa, McGraw-Hill.
- Cunha, M.J. dos S. (2008), “Turismo cultural e religioso como estratégia territorial de desenvolvimento”, in A. Vilaça e V. Pereira (Eds.), *Congresso Internacional – Turismo Cultural e Religioso – Oportunidades e Desafios para o Século XXI*, Actas do Congresso, TUREL/TCR, Póvoa de Varzim, pp. 166-176.

- Daniel, A.C.M.; Rodrigues, P.M.M. (2011), “Modelling tourism demand in Portugal”, in Á. Matias; P. Nijkamp; M. Sarmiento (Eds.), *Tourism Economics: Impact analysis*, Berlin, Physica-Verlag, a Springer Company, pp. 79-93.
- Deccio, C.; Baloglu, S. (2002), “Nonhost community resident reactions to the 2002 Winter Olympics: The spillover impacts”, *Journal of Travel Research*, 41, pp. 46-56.
- Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011), *Glossário do desenvolvimento regional*, Colec. “Título Gerais”, Lisboa.
- Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular (2007), *Sete Ideias para Sete Anos Decisivos – Agenda Estratégica do Eixo Atlântico*, Colec. “Biblioteca dos Estudos Estratégicos”, Porto.
- European Communities (E.C.) (2009), *European Capitals of Culture: the road to success: from 1985 to 2010*, Luxembourg, Office for Official Publications of The European Communities.
- European Institute of Cultural Routes (E.I.C.R.) (2004), *Cultural tourism or tourism and culture?*, Luxembourg.
- European Travel Tourism (E.T.C.). World Tourism Organization (W.T.O.) (2005), *City Tourism & Culture*, Madrid.
- European Youth Forum (2011), *Annual Report 2011*, Bruxelles (Disponível em <http://issuu.com/yomag/docs/annual-report-2011-en#download>).
- Eusébio, C.; Carneiro, M.J. (2012), “Impactos socioculturais do turismo em destinos urbanos”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 30, pp. 65-75.
- Faulkner, B.; Tideswell, C. (1997), “A framework for monitoring community impacts of tourism”, *Journal of Sustainable Tourism*, 5(1), pp. 3–28.
- Fortuna, C.; Leite, R.P. (Orgs.) (2009), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Série “Cidades e Arquitectura”, Coimbra, Edições Almedina.
- Frew, E.; Shaw, R.N. (1999), “The relationship between personality, gender, and tourism behavior”, *Tourism Mangement*, 20(2), pp. 193-202.
- Fúster, L.F. (1985), *Introducción a la teoría y técnica del turismo*, Madrid, Alianza Editorial.
- Gagliardi, C.M.R. (2009), “Turismo e cidade”, in C. Fortuna; R.P. Leite (Orgs.), *Plural de cidade: novos léxicos urbanos*, Série “Cidades e Arquitectura”, Coimbra, Edições Almedina, pp. 245-263.
- Garcia, B. (2004), "Urban regeneration, Arts programming and major Events: Glasgow 1990, Sydney 2000 and Barcelona 2004", *International Journal of Cultural Policy*, 10(1), pp. 103-118.
- Garrod, B.; Fyall, A. (2000), “Managing Heritage Tourism”, *Annals of Tourism Research*, 27(3), pp. 682-708.

- Garrod, B.; Fyall, A. (2001), “Heritage Tourism: a question of definition”, *Annals of Tourism Research*, 28(4), pp. 1049-1052.
- Getz, D. (1993), “Residents’ attitudes towards tourism: A longitudinal study in Spey Valley, Scotland”, *Tourism Management*, 15(4), pp. 247–258.
- Getz, D. & Page, S.J. (2016), “Progress and prospects for event tourism research”, *Tourism Management*, 52, pp. 593-631.
- Góis, M. (2014), *Perceção dos participantes dos impactes do megavevento Braga Capital Europeia da Juventude 2012*, Dissertação de Mestrado em Geografia, Área de Especialização em Planeamento e Gestão do Território da Universidade do Minho, Guimarães.
- Gonçalves, E.; Moreira, F.; Gustavo, N. (2009), “Turismo e eventos: o nicho dos eventos de golfe”, in J.M. Simões; C.C. Ferreira (Eds.), *Turismo de nicho: motivações, produtos, territórios*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, pp. 315-322.
- Gorp, B.; Renes, H. (2007), “A European cultural identity? Heritage and shared histories in the European Union”, *Journal of Economic and Social Geography*, 98(3), pp. 407-415.
- Hall, C.M. (1992), *Hallmark tourist events: impacts, management and planning*, London, Belhaven Press.
- Henriques, C. (2007), “Turismo cultural e desenvolvimento local: uma relação criativa?”, in 13^o Congresso da APDR – Actas do Congresso (CD-ROM), Ilha Terceira, Açores, 24 págs.
- Henriques, E.B. (2000), *As indústrias culturais e o sector económico da cultura. Questões conceptuais e metodológicas*, Série Investigação, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Hottola, P. (Ed.) (2009), *Tourism strategies and local responses in Southern Africa*, Oxon, United Kingdom.
- Instituto Nacional de Estatística (2010), *Estatísticas do Turismo 2009*, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2012), *Estatísticas do Turismo 2011*, Lisboa.
- Kim, H.J.; Gursoy, D.; Lee, S.-B. (2006), “The impact of the 2002 World Cup on South Korea: comparisons of pre- and post-games”, *Tourism Management*, 27, pp. 86–96.
- Kreisel, W.A. (2012), “Current issues in tourism letter: Some thoughts on the future research on leisure and tourism geography”, *Current Issues in Tourism*, 15(4), pp. 397-403.
- Kuvan, Y.; Akan, P. (2005), “Residents’ attitudes toward general and forest-related impacts of tourism: the case of Belek, Antalya”, *Tourism Management*, 26, pp. 691–706.
- Landford, C. (2009), “Managing for sustainable tourism: a review of six cultural World Heritage Sites”, *Journal of Sustainable Tourism*, 17(1), pp. 53-70.
- Lankford, S. (1994), “Attitudes and perceptions towards tourism and rural regional development”, *Journal of Travel Research*, 32(3), pp. 35–43.

- Lepp, A.; Gibson, H. (2011), “Tourism and World Cup Football amidst perceptions of risk: The case of South Africa”, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 11(3), pp. 286-305.
- Lew, A.A. (2001), “Defining a geography of tourism”, *Tourism Geographies*, 3(1), pp. 105-114.
- Liu, Z. (2003), “Sustainable tourism development: A critique”, *Journal of Sustainable Tourism*, 11(6), pp. 459-475.
- Marques, V. (2011), *Turismo Cultural em Guimarães – O perfil e as motivações do visitante*, Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural, Braga, Universidade do Minho.
- Matias, Á.; Nijkamp, P.; Sarmiento, M. (2011), “Impact of Tourism”, in Á. Matias; P. Nijkamp; M. Sarmiento (Eds.) (2011), *Tourism Economics. Impact Analysis*, London, Physica-Verlag, A Springer Company, pp. 1-8.
- Matias, M. (2010), *Organização de Eventos: procedimentos e técnicas*, 5ª edição, São Paulo, Manole.
- McDwall, S.; Choi, Y. (2010), “A comparative analysis of Thailand residents’ perception of tourism impacts”, *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 11(1), pp. 36–55.
- McEwan, C. (2005), “Geography, culture and global change”, in Daniels *et al.* (Eds.) (2005), *An introduction to Human Geography: issues for the 21st century*, 2nd edition, Essex, Pearson Education Limited, pp. 265-283.
- Ministério da Economia e da Inovação (2006), *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Para o desenvolvimento do turismo em Portugal*, Lisboa, Turismo de Portugal, Lisboa.
- Monjardino, I. (2009), “Indicadores de sustentabilidade do turismo nos Açores: O papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao turismo na região”, Paper presented at the 15^o Congresso da APDR – Redes e Desenvolvimento Regional, Praia, Cabo Verde, 34 págs.
- Murphy, P. (1981), “Community attitudes to tourism: A comparative analysis”, *International Journal of Tourism Management*, 3(2), pp. 189–195.
- Neto, V. (2013), *Portugal Turismo - Relatório urgente*, Lisboa, Deplano Network.
- Neuer, B.S.; Schulz, C. (2007), “Introduction: dossier on urban cultures and identities”, *Journal of Economic and Social Geography*, 98(2), pp. 151-152.
- Nunkoo, R.; Ramkissoon, H. (2009), “Applying the means-end chain theory and laddering technique to the study of host attitude to tourism”, *Journal of Sustainable Tourism*, 17(3), pp. 337–355.
- Palmer/Rae Associates (2004), *Study on the European Cities and Capitals of Culture, and the European Cultural Months (1995-2004)*, Brussels.
- Pizam, A. (1978), “Tourist impacts: The social costs to the destination community as perceived by its residents”, *Journal of Travel Research*, 16(4), pp. 8–12.

- Poria, Y.; Butler, R.; Airey, D. (2001), “Clarifying heritage tourism”, *Annals of Tourism Research*, 28(4), pp. 1047–1049.
- Ritchie, B.W., Inkari, M. (2006), “Host community attitudes toward tourism and cultural tourism development: the case of the Lewes District, Southern England”, *International Journal of Tourism Research*, 8, pp. 27-44.
- Ritchie, B.W.; Shipway, R., Cleeve, B. (2009), “Resident perceptions of mega-sporting events: A non-host city perspective of the 2012 London Olympic Games”, *Journal of Sport & Tourism*, 14(2), pp. 143-167.
- Ritchie, J.; Hudson, S. (2009), “Understanding and Meeting the Challenges of Consumer/Tourist Experience Research”, *International Journal of Tourism Research*, 11(2), pp. 111-126.
- Ritchie, J.R.B. (1984), “Assessing the impact of hallmark events: conceptual and research issues”, *Journal of Travel Research*, 22(1), pp. 2-11.
- Salim, M.A.B.; Ibrahim, N.A.B.; Hassan, H. (2012), “Language for Tourism: A Review of Literature”, *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 66, pp. 136–143.
- Santos, J.H. (2010), *A investigação sobre turismo em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Aveiro, Universidade de Aveiro, 497 págs..
- Santos, R. (2012), *O regresso dos emigrantes portugueses e o desenvolvimento do turismo em Portugal*, Tese de Doutoramento em Turismo, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Sharma, B.; Dyer, P. (2009), “An investigation of differences in residents’ perceptions on the Sunshine Coast: tourism impacts and demographic variables”, *Tourism Geographies*, 11(2), pp. 187-21.
- Shin, Y. (2010), “Residents' perceptions of the impact of cultural tourism on urban development: the case of Gwangju, Korea”, *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 15(4), pp. 405-416.
- Simeon, M.; Buoincontri, P., Trapani, G. (2009), “Importance, features and trends of cultural tourism in Italy: The case Pompeii, Herculaneum and the Archaeological system of Vesuvius”, in *Advances in Tourism Economics 2009*, Conference Proceedings, Lisbon, 25 págs..
- Simões, J.M. (2008), “Turismo, Ordenamento e Sustentabilidade do Território: problemas e desafios”, in Cavaco, C. (Coord.) (2008), *Turismo, Inovação e Desenvolvimento*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 341-393.
- Simões, J.M. (2009), *Geografia do Lazer e do Turismo*, Reedição, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Sousa, P.; Fernandes, S.B. (2007), “Aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica no Turismo”, *Finisterra*, XLII(84), pp. 105-118.
- Souza, C. (2009), *Turismo e desenvolvimento: percepções e atitudes dos residentes da Serra da*

Estrela, Dissertação de Mestrado em Gestão e Planeamento em Turismo, Aveiro, Universidade de Aveiro.

Steffani, A. (2011), “A la carte urban policies. Mega-events: from exceptionality to construction of ordinary planning practices. A look at Italy: case study of the 2006 Winter Olympic Games in Turin”, *Science – Future of Lithuania*, 3(3), pp. 23-29.

Umbelino, J. (1999), *Lazer e território*, Série Estudos, 1, Lisboa, Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional.

Van der Ark, L.A.; Richards, G. (2006), “Attractiveness of cultural activities in European cities: A latent class approach“, *Tourism Management*, 27, pp. 1408-1413.

Vargas-Sánchez, A.; Porrás-Bueno, N.; Plaza-Mejía, M.A. (2011), “Explaining the residents’ attitudes towards tourism development in the Spanish province of Huelva”, in Á. Matias; P. Nijkamp; M. Sarmiento (Eds.), *Tourism Economics: Impact analysis*, Berlin, Physica-Verlag, a Springer Company, pp. 247-259.

Vareiro, L.; Cadima Ribeiro, J.; Pardellas, X. (2009), "As preferências dos turistas que visitam o Minho - Lima: uma análise com base nas preferências declaradas", *Estudos Regionais - Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 22, pp. 35-46.

Waitt, G. (2003), “Social Impacts of The Sydney Olympics”, *Annals of Tourism Research*, 30(1), pp. 194-215.

Williams, J.; Lawson, R. (2001), “Community issues and resident opinions of tourism”, *Annals of Tourism Research*, 18(2), pp. 269–290.

World Tourism Organization. Netherlands Development Organization (2010), *Manual on Tourism and Poverty Alleviation – Practical Steps for Destinations*, Madrid.

World Tourism Organization (UNWTO) (2012), *Annual Report 2011*, Madrid, UNWTO.

Yankholmes, A.K.B.; Akyeampong, O.A. (2010), “Tourists’ perceptions of heritage tourism development in Danish-Osu, Ghana”, *International Journal of Tourism Research*, 12, pp. 603-616.

2.4.6-Sítios da internet

<http://www.cidadesatlante.org> (sítio da rede Atlante)

<http://www.ine.pt> (sítio do Instituto Nacional de Estatística)

<http://www.youthforum.org> (sítio do European Youth Forum)

<http://www2.unwto.org/> (sítio da World Tourism Organization)

3-Métodos de ensino, calendarização das aulas e modelo de avaliação

3.1-Métodos de ensino e de avaliação

O paradigma de Bolonha fez com que emergisse uma maior atenção para as questões mais pedagógicas que eram anteriormente mais secundarizadas no Ensino Superior e mais assentes nas pedagogias ditas transmissivas. Esta foi uma das mais-valias que surgiu com este paradigma.

A ritualização da transmissão da informação na sala de aula, tendo subjacente o saber e a autoridade do docente, institucionalmente legitimados, foram assim postos em causa e novos modelos pedagógicos surgiram acompanhando o desenvolvimento da sociedade do conhecimento, onde, por exemplo, a *internet* passou a deter um importante papel na disponibilização da informação de cariz científico (Machado, 2008). Tanto os alunos quanto os professores têm beneficiado com esta nova possibilidade, que em Portugal passou a ser mais efetiva nos últimos nove anos. Por exemplo, a *b-on* – Biblioteca do Conhecimento *Online* (www.b-on.pt) tem conseguido, desde 2004, proporcionar aos seus utilizadores o acesso ao acervo de milhares de periódicos científicos e livros em versão eletrónica, fundamentais para uma pesquisa que se quer, cada vez mais, integrante do que se vai produzindo à escala global, permitindo também a possibilidade de publicação por parte de muitos investigadores nessa esfera global.

Desta forma, o saber transmitido na sala de aula deixou de ser a fonte principal de informação, que determinava o esforço solicitado ao aluno, e o docente passou a assumir um papel de guia no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo cada vez mais para o trabalho autónomo do aluno e abrindo-lhe as portas da pluralidade de fontes de conhecimento (Machado, 2008).

“Ensinar menos e aprender mais” (*Teach Less, Learn More*) significa promover um diferente paradigma de aprendizagem, em que há menos dependência de aprendizagem mecânica (Schleicher, 2012) e da realização de testes repetitivos, podendo possibilitar uma aprendizagem mais responsável, uma descoberta através de experiências e uma aprendizagem de competências ao longo da vida. Mas esta postura também pode ter efeitos negativos, como desvalorizar o trabalho do professor, bem como conduzir à dispensa do mesmo e servir as razões, sobretudo economicistas, subjacentes ao paradigma de Bolonha.

Num mundo em rápida mutação, reproduzir o mesmo modelo de educação não será suficiente para enfrentar os desafios do futuro. Talvez o maior dilema para os professores de

hoje é constatar que as competências cognitivas básicas, as competências que são mais fáceis de ensinar e mais fáceis de testar, também são as que são mais fáceis de digitalizar, automatizar e de disponibilizar no *Google* ou noutro motor de busca. Há uma geração atrás, os professores estavam convencidos de que o que ensinavam duraria para toda a vida dos seus alunos. Hoje em dia, tal não é verdade (Schleicher, 2012).

Por outro lado, as exigências profissionais mudam rapidamente e o sistema de educação deve dar ênfase ao capacitar dos indivíduos para se tornarem aprendizes ao longo da vida (*Lifelong Learners*), para gerir formas complexas de pensar e formas complexas de trabalho que os computadores não podem assumir facilmente. Os indivíduos necessitam não apenas de serem capazes de estarem em constante adaptação, mas também de estarem constantemente a aprender e a crescer, tentando posicionar-se e reposicionando-se num mundo em rápida mudança (Schleicher, 2012).

A literacia de hoje encerra novas capacidades, tais como a curiosidade, o trabalho autónomo, a construção de representações mentais e a síntese de informação. Pressupõe também formas de pensar que vão desde a criatividade, ao pensamento crítico, à resolução de problemas, à tomada de decisão. Estes repercutem-se em formas de trabalhar onde a comunicação e a colaboração são fundamentais, usando informação e comunicação (TIC). Resumindo, cada vez é mais importante considerar as competências do século XXI, que se podem resumir nos “4 C” (criatividade, pensamento crítico, comunicação e colaboração) (Schleicher, 2012).

Tendo por base estas premissas, que se reveem na autonomia e na construção da própria aprendizagem por parte do aluno, e atendendo a que o presente relatório se reporta a uma unidade curricular de um curso de 2º Ciclo, a docente optou por usar métodos de ensino mais ativos, que foi testando ao longo dos seis anos de lecionação da unidade curricular, tendo ainda subjacente a formação do foro pedagógico que foi realizando nos últimos dez anos na Universidade do Minho.

O desenvolvimento de capacidades e competências mais voltadas para as necessidades e exigências do mercado de trabalho e da sociedade do conhecimento é uma das vantagens que está subjacente às novas metodologias de ensino. A par das competências técnicas e científicas, desenvolvem-se competências pessoais e comunicacionais (além do saber e saber-fazer, o saber-estar, o saber-comunicar e o saber-ser – Guedes *et al.*, 2007).

Neste sentido, são usadas da seguinte forma as três horas letivas semanais da unidade curricular.

1-A primeira hora e meia letiva de cada aula é utilizada para abordar os temas que estão contemplados no programa, cujo conteúdo já foi revelado no presente relatório e no restante tempo letivo a docente faz um acompanhamento dos trabalhos dos alunos, de forma individualizada, sendo procuradas soluções no conjunto da turma quando tal seja necessário.

2-No início de cada tema do programa é solicitado a cada aluno que realize uma pesquisa no sítio dos serviços de documentação da Universidade do Minho (www.sdum.uminho.pt), usando sobretudo a base de dados Scopus, ISI Web of Science, o portal www.b-on.pt (*b-on* – Biblioteca de Conhecimento *Online*), acedendo, neste último caso, a <http://pesquisa.b-on.pt/>, para a pesquisa integrada e o acesso às revistas eletrónicas contratadas via consórcio nacional ou usando o acesso aos sítios de origem de cada uma das bases de dados referenciadas no portal de pesquisa, que não integram o consórcio nacional e respetivo portal *b-on* (e.g., JSTOR, PsycARTICLES, PsycINFO, Compendex). É ainda usado o *Repositorium* Científico da UMinho *online* (<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>), bem como o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), agregador de Repositórios Portugueses. Este pedido tem subjacente uma busca racional de informação, concretizada de forma individualizada, sobre as temáticas previstas no programa e uma avaliação da mesma.

No fim de cada aula iniciante de cada tema, a docente solicita que cada aluno procure na biblioteca geral da Universidade do Minho bibliografia complementar e que, caso seja possível a sua requisição, use as obras e revistas nas aulas seguintes.

3-Apresentação individual do artigo e sob a forma de comunicação oral aos pares e à docente seguida de discussão.

4-Na última hora e meia letiva de cada aula, a docente faz um acompanhamento individualizado da construção do artigo ou do relatório, fomentando a pesquisa bibliográfica, aconselhando e disponibilizando bibliografia, como elemento complementar.

5-Apresentação final oral aos pares e à docente nas duas últimas aulas, no total de 20 minutos, da versão pré-final do artigo científico, contando com a avaliação e sugestões dos pares e da docente. Nesta apresentação, é solicitada a avaliação e classificação por parte de um júri de três alunos.

Depois de na primeira aula ser realizada uma apresentação dos conteúdos programáticos da unidade curricular e se discutir os métodos de avaliação, nas aulas seguintes desenvolve-se o modelo descrito. O modelo adotado será interrompido apenas no fim da 12ª semana de lecionação, aquando da finalização da abordagem do quarto tema do programa, com a apresentação oral final do trabalho realizado, prevendo-se 20 minutos para cada apresentação.

Esta duração corresponde, *grosso modo*, ao tempo que é concedido quer para a apresentação de uma comunicação num Congresso quer para a apresentação da dissertação no dia da defesa da mesma. Constitui, deste modo, um momento de treino da capacidade de comunicação e do controlo do tempo por parte dos alunos, assim como um momento em que o aluno se habitua a responder a questões que são realizadas pelos colegas e pela docente. Neste momento, é realizada uma avaliação de tipo sumativo, fornecendo, sobretudo, *feedback* aos alunos (classificando-os). Os alunos sabem desde o início das aulas que o melhor trabalho será um ponto de partida para uma proposta para publicação numa revista nacional ou internacional.

O exercício da recolha de informação, da estruturação da mesma, bem como da identificação da informação mais relevante e ligação com um outro tipo de informação, por forma a transformar a mesma, noutras formas de conhecimento, é o grande objetivo do desafio que se lança sempre no início da lecionação de cada ponto do programa.

O facto de se contemplar a participação dos alunos na avaliação permite uma maior reflexão sobre o próprio desempenho e o dos colegas. Paralelamente, cada aluno passa a deter mais *feedback* de várias fontes e não apenas a avaliação de um único interveniente no processo – a professora. Permite ainda colmatar um problema que, recorrentemente, os alunos advogam e que se prende com o facto de a maior parte das vezes os alunos terem uma avaliação que se cinge à atribuição de uma classificação unicamente por parte do professor.

O uso da avaliação por pares (*peer-assessment*) e a auto-avaliação (*self-assessment*) pode contribuir para uma maior motivação, responsabilização do aluno e para uma aprendizagem mais profunda, opinião partilhada por vários cientistas que vêm aplicando há vários anos este tipo de métodos, alguns deles na Universidade do Minho (*e.g.*, Van Hattum-Janssen *et al.*, 2004; Van Hattum-Janssen e Lourenço, 2006; Van Hattum-Janssen e Fernandes, 2012). A mudança da centragem do professor para o aluno pressupõe um maior envolvimento do aluno na sua própria avaliação. A avaliação por pares e a auto-avaliação são elementos do processo de avaliação que transferem responsabilidades do professor para o aluno. Não constituem apenas atividades de avaliação, mas fazem parte do próprio processo de aprendizagem (Van Hattum-Janssen e Fernandes, 2012). *During the peer assessment process, students do not only have a close look at the performance of their peers, but they are also constantly reminded of their own performance and are likely to use that as their frame of reference* (Van Hattum-Janssen e Fernandes, 2012: 2).

De acordo com Gielen *et al.* (2011), citados por Van Hattum-Janssen e Fernandes (2012: 2), podem ser avançados vários objetivos da avaliação de pares, salientando aqui quatro deles: 1) como controlo social, usado como medida de precaução, para contrariar a preguiça do aluno; 2) como uma ferramenta de avaliação (complementar ou central); 3) como uma ferramenta de

aprendizagem, reconhecendo o impacto deste tipo de avaliação na aprendizagem e usando-o como um instrumento; 4) como uma ferramenta para aumentar a participação ativa dos alunos.

Importa recordar que a docente da unidade curricular já ensaiou este tipo de postura com os estudantes do 1º Ciclo, tendo sido membro de vários projetos de cariz pedagógico sancionados pela Reitoria da Universidade do Minho, mas comprovou que é no seio do 2º Ciclo que a mesma ganha contornos mais satisfatórios. Na realidade, atendendo ao perfil de aluno do 1º Ciclo que temos hoje nas universidades portuguesas, a solicitação da sua participação na avaliação deve ser usada sobretudo no último ano de lecionação.

Os critérios usados na avaliação da unidade curricular são discutidos previamente com os alunos, aquando da proposta do desafio para a realização de um artigo ou relatório científico, no sentido de se encontrar uma fórmula de avaliação objetiva, clara e justa.

Dependendo de cada grupo de alunos, os critérios usados para a avaliação da apresentação oral são os seguintes, sendo variável a sua ponderação, mas sendo a mesma mais elevada nos 3º e 4º critérios e a mais baixa no 5º critério:

- 1-estrutura da apresentação;
- 1-clareza e objetividade na apresentação;
- 3-conceitos e fontes usados;
- 4-apresentação e discussão dos resultados obtidos na investigação realizada;
- 5-criatividade na apresentação dos resultados (*e.g.*, tipo de interação mantida com os elementos presentes na sala de aula).

No sentido de ajudar a construir um artigo científico, que poderá ser teórico, mas que a docente incentiva a que seja desenvolvida alguma componente empírica, a docente realiza antes uma ação de formação sobre “Como construir um artigo científico”.

A avaliação usada será, então, próxima da avaliação contínua e os elementos de avaliação da unidade curricular são os seguintes:

1º-todos os alunos (ordinários e trabalhadores-estudantes) têm que realizar dois momentos de avaliação; caso reprovem neste tipo de avaliação (classificação inferior a dez valores), poderão fazer exame final na época de recurso;

2º-cada aluno terá que realizar um artigo científico, de carácter individual (data de entrega a definir de acordo com o calendário escolar) e uma apresentação oral (em data marcada antecipadamente) devendo cada um destes elementos de avaliação ter a classificação mínima de dez valores;

3º-os alunos que obtiverem uma classificação inferior a dez valores em, pelo menos, um dos elementos de avaliação, terão que, obrigatoriamente efetuar um exame na época de recurso.

A ponderação dos diferentes elementos utilizados para a avaliação do ensino-aprendizagem é a seguinte, embora dependa da resolução tomada em conjunto com os alunos na sala de aula no início do semestre letivo:

1-artigo individual que verse direta ou indiretamente sobre um tema do programa – ponderação de 65% para a classificação final;

2-apresentação oral (a realizar no final do semestre letivo) – ponderação de 35% para a classificação final (50% da classificação será concedida pelos alunos avaliadores e 50% pela professora);

3-participação nas aulas – pode contribuir até 3 valores.

3.2-Calendarização das aulas

No Quadro 3 é avançada uma distribuição dos conteúdos programáticos e do exame em época de recurso, tomando em consideração 15 semanas letivas.

3.3-Distribuição dos conteúdos programáticos a desenvolver e dos objetivos a atingir

No Quadro 4 resume-se a distribuição dos conteúdos programáticos, os tópicos a desenvolver, bem como se recordam os respetivos objetivos a atingir para um total de 14 aulas. Não se apresenta o enunciado do exame de recurso, visto nunca ter ocorrido este tipo de exame.

Quadro 3 – Conteúdos programáticos e sua distribuição pelas semanas letivas

Conteúdos Programáticos	Semanas de aulas														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Apresentação dos conteúdos programáticos da unidade curricular e discussão sobre os métodos de avaliação	■														
1-O interesse da Geografia pela pobreza, pela exclusão social e por outros temas sociais atuais		■	■	■	■										
1.1-A Geografia pós-moderna e a abordagem de alguns temas sociais atuais 1.2-O desenvolvimento, o empoderamento, a pobreza e a exclusão social		■	■	■	■										
2-O caminho para a igualdade de género como uma das questões sociais com maior atualidade						■	■								
2.1-Sexo <i>versus</i> género e os desafios avançados pela O.N.U.						■									
2.2-Principais desafios que se colocam a Portugal							■								
3-As novas conjugalidades e modelos familiares								■	■						
3.1-A família contemporânea								■							
3.2-A pressão social 3.3-As desigualdades territoriais mais relevantes									■						
4-Políticas de desenvolvimento local centradas na atividade turística e respetivos impactes na qualidade de vida das populações										■	■	■			
4.1- As políticas desenvolvidas pelas autarquias: Guimarães e a aposta no turismo cultural										■					
4.2-A perceção dos residentes sobre os benefícios do turismo e a imagem do destino mantida pelos turistas											■	■			
4.3-As Capitais Europeias da Cultura e da Juventude e os seus impactes na qualidade de vida das populações												■			
Apresentação oral do artigo													■	■	
Exame de Recurso															■

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4-Resumo da distribuição dos conteúdos programáticos a desenvolver e dos objetivos a atingir

Conteúdos programáticos	Nº de aulas e de horas	Objetivos a atingir	Tópicos a desenvolver
Apresentação dos conteúdos programáticos da unidade curricular e discussão sobre os métodos de avaliação a vigorar na unidade curricular	1 (3 horas)	-Apresentar o programa, os objetivos e os resultados de aprendizagem a atingir no seio da unidade curricular; -discutir com os alunos os elementos de avaliação a vigorar na unidade curricular; -salientar a necessidade de realizar, ao longo do semestre letivo, um trabalho de investigação, com uma componente empírica, sob o formato de artigo ou de relatório; -apresentar o modelo de estrutura de um artigo e de um relatório; -ressaltar a necessidade de aplicar o espírito crítico e as vantagens da realização de heteroavaliação.	-Relembrar o paradigma de Bolonha (aspectos positivos e negativos) e a pretensão de alcançar um espaço europeu comum do Ensino Superior; -discutir o programa, os objetivos a atingir e os resultados de aprendizagem esperados no seio da unidade curricular; -apresentar a planificação e respetiva bibliografia básica, bem como discutir os elementos de avaliação a vigorar. A reflexão conjunta poderá levar a acertos na proposta inicial da docente, concedendo 1 semana para reflexão e decisão final sobre as ponderações a vigorar no processo de avaliação; -apresentar dois exemplos para compreensão da estrutura do trabalho científico a realizar; -apresentar as vantagens e inconvenientes do uso da heteroavaliação (<i>per-assessment</i>) no processo de avaliação apresentando os critérios de avaliação da apresentação oral; -recordar o que se espera de um trabalho científico, nomeadamente, a originalidade e o espírito crítico.
1-O interesse da Geografia pela pobreza, pela exclusão social e por outros temas sociais atuais	4 (6 horas)		
1.1-A Geografia pós-moderna e a abordagem de alguns temas sociais atuais	1	-avaliar o papel da Geografia (pós)moderna na abordagem de várias questões sociais.	-o fim da Geografia anunciado, em 1970, por Toffler; -as perspetivas de Paul Claval (2006); de Murray (2006), de Castree; Fuller e Lambert (2007) e de Agnew e Duncan (2011). -as “novas geografias” mais complexas; -os problemas que interessam à Geografia e aos quais esta ciência pode dar resposta.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4-Resumo da distribuição dos conteúdos programáticos a desenvolver e dos objetivos a atingir (continuação)

Conteúdos programáticos	Nº de aulas e de horas	Objetivos a atingir	Tópicos a desenvolver
1.2-O desenvolvimento, o empoderamento, a pobreza e a exclusão social	3	-definir os seguintes conceitos: desenvolvimento, empoderamento, pobreza e exclusão social; -caracterizar os Oito Objetivos do Milénio e a sua importância para o desenvolvimento; -caracterizar as desigualdades na repartição do rendimento e da riqueza, a incidência da pobreza e os seus vários rostos, principalmente para Portugal; -destrinçar o conceito de pobreza do de exclusão social.	-o conceito de desenvolvimento iniciado com o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (1995); -os conceitos de desenvolvimento sustentável e de Desenvolvimento Humano e as suas limitações; -O índice de concentração de Gini como o mais comumente utilizado na avaliação da desigualdade dos rendimentos; -os Oito Objetivos do Milénio e a sua ligação ao conceito de desenvolvimento; -o conceito de pobreza e a tentativa da sua medição; -distinção entre pobreza e exclusão social; -a pobreza em Portugal.
2-O caminho para a igualdade de género como uma das questões sociais com maior atualidade	2 (3 horas)		
2.1-Sexo <i>versus</i> género e os desafios avançados pela O.N.U.	1	-distinguir os conceitos de “sexo” e de “género”; -caracterizar a evolução do conceito de género e de igualdade de género e a sua importância para a Geografia e as restantes ciências sociais; -determinar a sua importância no âmbito dos Oito Objetivos do Milénio avançados pela O.N.U.; -aplicar as variáveis “sexo” e “género” na investigação.	-discussão sobre os conceitos de “sexo” e “género”; -a perspetiva da escola feminista, desde Swain (1995) a Pritchard (2001), Chant e Mellwaine (2009) e Wright (2010) e o contributo da ciência geográfica; -os dois conceitos na investigação científica.
2.2-Principais desafios que se colocam a Portugal	1	-caracterizar, em termos territoriais, a desigualdade de género, no que diz respeito à violência e à saúde; -avaliar quais têm sido as principais políticas empreendidas em Portugal e no resto da Europa; -avaliar quais são os desafios e resultados alcançados por Portugal.	-a importância do empoderamento das mulheres no âmbito dos Oito Objetivos do Milénio avançados pela O.N.U.; -principais desigualdades territoriais em Portugal relativamente ao género no que concerne à violência doméstica e à saúde; -as políticas públicas empreendidas em Portugal e no resto da Europa; -os desafios e resultados alcançados por Portugal.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4-Resumo da distribuição dos conteúdos programáticos a desenvolver e dos objetivos a atingir (conclusão)

Conteúdos programáticos	Nº de aulas e de horas	Objetivos a atingir	Tópicos a desenvolver
3-As novas conjugalidades e modelos familiares	2 (3 horas)		
3.1-A família contemporânea 3.2-A pressão social 3.3-As desigualdades territoriais mais relevantes	1	-distinguir a família contemporânea da família tradicional; -caracterizar a família contemporânea; -discutir a forma como pode ser investigada a família contemporânea; -avaliar a pressão social que persiste inerente aos modelos familiares atuais.	-os conceitos de família tradicional e família contemporânea; -as mudanças familiares na perspetiva de Castells (2010) e de Giddens (2005); -o que pode ser investigado sobre a família contemporânea; -a pressão social inerente aos modelos familiares atuais; -as principais desigualdades territoriais existentes em Portugal.
Apresentação aos pares e à docente da investigação realizada até ao momento	1	-receber <i>feedback</i> por parte dos pares e da docente do andamento do trabalho.	-apresentação oral de 10 minutos do trabalho realizado até ao momento.
4-O turismo cultural como atividade potenciadora da qualidade de vida das populações	3 (4h30m)		
4.1- Os impactes do turismo cultural na qualidade de vida das populações	1	-definir o conceito de turismo cultural; -afetir os impactes do turismo cultural nas comunidades.	-conceito de turismo cultural; -impactes do turismo nas comunidades.
4.2-Como investigar o tema do turismo cultural 4.3-A perceção dos residentes dos impactes do turismo e a imagem do destino mantida pelos turistas	1,5	-discutir que temas faz sentido serem investigados em turismo cultural; -caracterizar a perceção dos residentes sobre os impactes do turismo; -avaliar a imagem de um destino turístico mantida pelos seus visitantes.	-temas que podem ser investigados em turismo cultural; -perceção dos residentes sobre os impactes do turismo; -imagem dos visitantes sobre um destino turístico.
4.4-As Capitais Europeias da Cultura e da Juventude e os seus impactes na qualidade de vida das populações	0,5	-avaliar as perceções dos impactes de alguns megaeventos usando os exemplos das cidades de Braga e de Guimarães.	-perceções dos impactes dos megaeventos usando os exemplos das cidades de Braga e de Guimarães.
Apresentação oral do artigo	2 (6 horas)	-avaliar o aluno de forma sumativa	-apresentação oral do artigo realizado pelo aluno.

Fonte: Elaboração própria.

3.4-Glossário

No sentido de ajudar os alunos a definir alguns conceitos disponibiliza-se um pequeno glossário que pode ser complementado pelos próprios alunos.

Auto-avaliação (*Self-Assessment*) – Método de avaliação que passou a merecer destaque aquando da implementação do paradigma de Bolonha, que pressupõe o centrar do ensino e da aprendizagem no aluno, concedendo-lhe um papel mais ativo. A classificação por autoavaliação tem subjacente, principalmente, uma ação formativa. O seu uso visa sobretudo reflexão, diagnóstico e resolução de problemas de aprendizagem, melhoria do conhecimento da própria personalidade e maior responsabilidade do aluno.

Avaliação (*Assessment*) – Um processo, tecnicamente projetado para avaliar os resultados da aprendizagem dos alunos, e para a melhoria da aprendizagem dos mesmos, bem como para avaliar a eficácia do ensino (Seto e Wells, 2007)¹.

Avaliação de qualificações individuais – A avaliação formal por escrito ou avaliação das qualificações de um indivíduo por uma autoridade competente, com o fim de conceder-lhe o reconhecimento para o futuro desenvolvimento académico e/ou profissional (Seto e Wells, 2007).

Avaliação por pares (*Peer-Assessment*) – Método de avaliação que passou a merecer destaque aquando da implementação do paradigma de Bolonha, que pressupõe o centrar do ensino e da aprendizagem no aluno, concedendo-lhe um papel ativo. A classificação usando avaliação por pares (heteroavaliação), pressupõe uma discussão na definição e seleção dos critérios de avaliação, em ambiente de sala de aula com os alunos, concedendo mais autonomia e responsabilização dos mesmos. A classificação final é concedida, em partes iguais ou desiguais pelo docente e pelo aluno. Este método de avaliação poderá conduzir a uma aprendizagem mais consistente e profunda.

Bem-estar – É um conceito positivo que se relaciona estreitamente com o conceito de exclusão social e que é antónimo do conceito de pobreza, estando, deste modo, relacionado com o conceito de desenvolvimento humano. O bem-estar das pessoas aparece associado a muitas componentes, tais como a saúde, o conforto em termos materiais, a liberdade de escolha e ação e a segurança.

Coefficiente de Gini – De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2010), corresponde à média normalizada das diferenças absolutas entre o rendimento de qualquer par de indivíduos de uma população, sintetizando num único valor a assimetria da distribuição dos rendimentos desses indivíduos.

Mede a disparidade de distribuição de rendimentos entre os diversos indivíduos ou agregados familiares num determinado país. Varia entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento, correspondendo a uma absoluta igualdade) e 100 (quando o rendimento se concentra num único indivíduo, correspondendo a uma absoluta desigualdade).

¹ Seto, M.; Wells, P.J. (Eds.) (2007), *Quality Assurance and Accreditation: A Glossary of Basic Terms and Definitions*, Bucharest, U.N.E.S.C.O..

Competências – Segundo Seto e Wells (2007) numa publicação sancionada pela U.N.E.S.C.O., as competências correspondem a um padrão específico e mensurável de comportamentos e de conhecimentos que gera ou prediz um elevado desempenho numa dada posição ou contexto de responsabilidades. Elas são importantes na identificação e aplicação de ideias e soluções de modo a resolver os problemas com a máxima eficiência e a utilização mínima de recursos.

De acordo com a mesma instituição há vários tipos de competências, desde as competências cognitivas (raciocínio, recolha e organização de informação, análise, resolução de problemas, tomada de decisão, planeamento e definição de metas), competências comportamentais (ações, valores e normas que indicam e geram uma alta *performance*, e também mostram que os diferentes tipos de conhecimento foram eficazmente desenvolvidos pelo indivíduo), competências profissionais especializadas (o conhecimento especializado individual de fontes de informação, acesso, tecnologia, serviços e gestão, e a capacidade para criticar e efetivamente avaliar, filtrar e usar esse conhecimento com o fim para realizar com sucesso tarefas específicas e obter resultados).

Curva de Lorenz – É um gráfico em que as frequências acumuladas do rendimento são comparadas com as frequências acumuladas dos agregados familiares. Numa sociedade em que existe perfeita igualdade de rendimentos estas frequências devem ser iguais, ou seja, 10% dos agregados familiares devem receber 10% dos rendimentos, 20% dos agregados familiares devem receber 20% dos rendimentos, e assim sucessivamente. Consequentemente, nesta sociedade, a Curva de Lorenz é representada por uma reta com o ângulo de 45°.

Marca a percentagem total de acumulação de rendimentos distribuídos relativamente ao número de beneficiários, começando pelos indivíduos ou agregados familiares mais pobres. O coeficiente de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e a hipotética linha de igualdade absoluta, representada como percentagem da área máxima abaixo da linha.

Desigualdade social – Tem a ver com a apropriação diferenciada da riqueza (rendimento e ativos) por diferentes indivíduos e grupos sociais, quando comparados uns com os outros.

Empoderamento – Processo de mudança que permite ampliar a capacidade dos indivíduos ou grupos de fazerem escolhas transformando essas escolhas em ações e resultados desejados. O empoderamento devolve poder e dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania e principalmente a liberdade de decidir e controlar o seu próprio destino com responsabilidade e respeito pelo outro.

Esperança de Vida à Nascimento – É o número médio de anos de vida esperados para um recém-nascido mantendo o padrão de mortalidade existente, na população residente em determinado espaço geográfico e no ano considerado. Equivale à duração média que teria a vida de cada um dos membros de uma geração se se repartissem entre todos os anos vividos pelo conjunto.

Exclusão geográfica – Este tipo de exclusão tem subjacente, grande parte das vezes, um afastamento espacial face a territórios com melhor qualidade de vida (aqui definida com recurso ao que numa determinada sociedade se considera como *indicadores satisfatórios de acesso a bens e serviços essenciais*) e *dotados de melhores oportunidades*. *Do cruzamento entre a dimensão económica e a base geográfica da exclusão, resulta uma aproximação rigorosa à maior ou menor gravidade de uma determinada situação de indigência* (Lúcio, 2007: 83).

Exclusão social – É um conceito que tem sido encarado como sinónimo de pobreza, nas últimas décadas do século XX, porque a investigação passou a centrar-se em grupos de risco devido à sua exclusão dos centros de riqueza e de poder. Tem a ver com *uma determinada sociedade, definida por um tempo e espaço próprios, onde é possível encontrar agregados familiares/indivíduos afastados dos centros de decisão e produção de riqueza, sendo que esse afastamento pode ser definido quer numa perspectiva económica, quer numa dimensão geográfica* (Lúcio, 2007: 83).

Corresponde a uma situação em que determinados indivíduos de uma sociedade estão afastados daquilo que é considerado o tipo de vida no seio dessa sociedade (Gregory *et al.*, 2009).

Género – Corresponde às diferenças socialmente produzidas entre ser feminina e ser masculino. As diferenças de género devem ser entendidas como uma característica central do patriarcado, ou seja, um sistema social em que os homens têm exercido uma relação de domínio em relação às mulheres.

Geografia Social – Preocupa-se com os aspetos geográficos da prestação social, da reprodução social, das identidades sociais e das desigualdades.

Governança territorial – Corresponde à (...) *emergência e concretização de formas partilhadas inovadoras de planeamento e gestão das dinâmicas socio-espaciais. (...) O objetivo é a negociação de um conjunto de objetivos e a sua adoção por comum acordo, através do recurso a estratégias e políticas de desenvolvimento territorial. A melhoria da qualidade da governança territorial requer, muitas vezes, o fortalecimento do papel das autoridades locais e regionais, a quem cabe assegurar a coerência e o aumento da eficiência das políticas públicas com incidência num mesmo território* (Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011: 17)

Linha de pobreza relativa – Limiar de rendimento disponível por adulto equivalente abaixo do qual se considera que um indivíduo está em situação de risco de pobreza monetária (60% da mediana do rendimento disponível por adulto equivalente).

P.I.B. per capita – Corresponde a um quociente entre o Produto Interno Bruto (P.I.B.) e a população total residente.

Pobreza – Refere-se a um nível de recursos abaixo do qual não é possível alcançar o nível de vida considerado como sendo a norma mínima numa dada sociedade e num dado momento (Pacione, 2009). Em termos operacionais, os indivíduos e as famílias podem ser considerados pobres se estes não conseguem obter acesso ao tipo de alimentação, a participar nas actividades e não têm as condições de vida e comodidades que são correntes ou, pelo menos, largamente encorajadas ou aprovadas, nas sociedades a que eles pertencem.

Resumindo, ser pobre é ter falta de algumas necessidades básicas, é ter menos do que outros na sociedade e é sentir que não tem o suficiente para viver.

Qualidade de vida – Em termos operacionais, corresponde ao que numa determinada sociedade se considera como indicadores satisfatórios de acesso a bens e serviços considerados como essenciais.

Rácio S80/S20 – É um rácio que mede a desigualdade na distribuição do rendimento entre os 20% mais ricos (com maior rendimento) e os 20% mais pobres (com menos rendimento).

Rendimento monetário disponível por adulto equivalente (RAE) – De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2010), este indicador é obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da O.C.D.E.. Este indicador tenta refletir as diferenças na dimensão e composição das famílias.

Sexo – Características biológicas dos homens e das mulheres.

Referências bibliográficas do capítulo 3

Guedes, M.G. *et al.* (2007), *Bolonha: Ensino e aprendizagem por projecto*, Colec. Sociedade da Informação, Vila Nova de Famalicão, Centro Atlântico.

Machado, H. (2008), *Manual de Sociologia do Crime*, Colec. “Biblioteca das Ciências Sociais”, Sociologia, 67, Porto, Edições Afrontamento.

Schleicher, A. (Ed.) (2012), *Preparing Teachers and Developing School Leaders for the 21st Century: Lessons from around the world*, Paris, O.E.C.D. Publishing.

Van Hattum-Janssen, N. *et al.* (2004), “The accuracy of student grading in first-year engineering courses”, *European Journal of Engineering Education*, 29(2), pp. 291–298.

Van Hattum-Janssen, N.; Lourenço, J. (2006), “Explicitness of criteria in peer assessment processes for first-year engineering students”, *European Journal of Engineering Education*, 31(6), pp. 683–691.

Van Hattum-Janssen, N.; Fernandes, J.M. (2012), “Peer feedback: quality and quantity in large groups”, *Proceedings of 40th SEFI Conference*, 23-26 September 2012, Thessaloniki, Greece, 8 págs..